Sábado, 15 de fevereiro de 2025 **I Série — Número 89**

DIÁRIO
da Assembleia da República

XVI LEGISLATURA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 14 DE FEVEREIRO DE 2025

Presidente: Ex.mo Sr. José Pedro Correia de Aguiar-Branco

Secretários: Ex.mos Srs. Jorge Paulo da Silva Oliveira
Joana Fernanda Ferreira de Lima
Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro
Maria Germana de Sousa Rocha

S U M Á R I O

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.os 510 a 522/XVI/1.ª, 524 a 526/XVI/1.ª, 528 a 530/XVI/1.ª e 532 a 534/XVI/1.ª e dos Projetos de Resolução n.os 600, 644, 646, 648 a 652/XVI/1.ª, 654 a 657/XVI/1.ª, 659, 662 a 666/XVI/1.ª, 669, 671, 673, 675 a 682/XVI/1.ª, 690 a 703/XVI/1.ª e 706 a 708/XVI/1.ª.

O Presidente procedeu à leitura da mensagem do Presidente da República sobre a devolução sem promulgação do Decreto da Assembleia da República n.º 37/XVI, sobre a reposição de freguesias agregadas pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, concluindo o procedimento especial, simplificado e transitório de criação de freguesias previsto na Lei n.º 39/2021, de 24 de junho.

Foi apreciada e posteriormente votada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 46/XVI/1.ª (ALRAA) — Alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, que foi aprovada, juntamente com, também na generalidade, os Projetos de Lei n.os 361/XVI/1.ª (IL) — Alteração ao Código do

Direito de Autor e dos Direitos Conexos (CDADC), que foi aprovado, e 474/XVI/1.ª (PAN) — Altera o Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos por forma a assegurar a valorização do sector da rádio, que foi rejeitado, e o Projeto de Resolução n.º 523/XVI/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a mediação nas negociações entre a AD EDIT e os representantes das bandas filarmónicas e outras entidades utilizadoras de partituras musicais, e o apoio às bandas filarmónicas no acesso à cultura e ensino musical, que foi aprovado. Intervieram, a diverso título, os Deputados Carlos Guimarães Pinto (IL), Sofia Carreira (PSD), Sónia Monteiro (CH), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Inês de Sousa Real (PAN), Joana Mortágua (BE), Sofia Andrade (PS), Paulo Moniz (PSD), José Carvalho (CH), António Filipe (PCP), Sérgio Ávila (PS), Jorge Pinto (L) e Rodrigo Saraiva (IL).

Foi discutido, e posteriormente aprovado, o Projeto de Resolução n.º 161/XVI/1.ª (IL) — Recomenda ao Governo que solicite à IGF uma auditoria às indemnizações a administradores e dirigentes de cargos públicos e setor empresarial do Estado, tendo usado da palavra os Deputados Carlos Guimarães Pinto (IL), Jorge Paulo Oliveira (PSD), Carlos Barbosa (CH), Paulo Núncio (CDS-PP), Bruno Nunes (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Jorge Pinto (L), Isabel Pires (BE), Paula Santos (PCP) e Miguel Cabrita (PS).

Foi discutido, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 345/XVI/1.ª (CH) — Novo regime jurídico da lecionação e da organização da disciplina e área curricular de Cidadania e Desenvolvimento (CD) nos estabelecimentos dos ensinos básico e secundário, que foi rejeitado, conjuntamente com os Projetos de Resolução n.os 601/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo o desenvolvimento e implementação de um novo referencial de educação para o bem-estar animal e que a educação para o bem-estar animal seja de caráter obrigatório na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, que foi rejeitado, 611/XVI/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que reveja o conteúdo da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento e retire o seu conteúdo ideológico, que foi aprovado, e 613/XVI/1.ª (BE) — Promover a educação para a cidadania e para o desenvolvimento, que foi rejeitado. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Rita Matias (CH), Paulo Núncio (CDS-PP), Inês de Sousa Real (PAN), Joana Mortágua (BE), Rosário Gambôa (PS), Paula Santos (PCP), Isabel Mendes Lopes (L), Patrícia Gilvaz (IL), Inês Barroso (PSD), Madalena Cordeiro (CH) e Isabel Alves Moreira (PS).

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 666/XVI/1.ª (PAR) — Deslocação do Presidente da República ao Brasil.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 568/XVI/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que dê seguimento ao processo de revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional.

Foram votados, na generalidade, os Projetos de Lei n.os 328/XVI/1.ª (PS) — Estabelece o regime jurídico dos estudantes com necessidades educativas específicas no ensino superior, que foi aprovado, 470/XVI/1.ª (CH) — Pela promoção da inclusão dos jovens com necessidades educativas específicas no ensino superior, que foi rejeitado, 477/XVI/1.ª (L) — Inclui nas competências da A3ES a avaliação das condições de acessibilidade na frequência de alunos com necessidades educativas específicas e 479/XVI/1.ª (L) — Cria o estatuto do estudante do ensino superior com necessidades educativas específicas, que foram aprovados; e os Projetos de Resolução n.os 598/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda a adoção de medidas de inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais no ensino superior, que foi aprovado, 603/XVI/1.ª (L) — Recomenda a criação de fundo nacional para a inovação, acessibilidade e inclusão pedagógica no ensino superior e 608/XVI/1.ª (PCP) — Por um ensino superior inclusivo, que foram rejeitados, e 612/XVI/1.ª (BE) — Promoção do direito à vida independente dos estudantes com necessidades educativas específicas, que foi aprovado.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.os 111/XVI/1.ª (BE) — Tolerância zero aos paraísos fiscais para travar o crime fiscal e a corrupção, 47/XVI/1.ª (PCP) — Obriga a comunicação e cria a contribuição especial sobre transações financeiras para paraísos fiscais, 471/XVI/1.ª (PAN) — Altera o Código dos Contratos Públicos por forma a criar mecanismos que limitem a perda de recursos públicos para paraísos fiscais e 478/XVI/1.ª (L) — Altera o Código dos Contratos Públicos alargando os impedimentos à contratação às entidades domiciliadas em paraísos fiscais.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.os 3/XVI/1.ª (PCP) — Regime de dedicação exclusiva no Serviço Nacional de Saúde, 468/XVI/1.ª (BE) — Cria o regime de exclusividade no Serviço Nacional de Saúde e procede à alteração do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, 473/XVI/1.ª (PAN) — Aprova o regime de dedicação exclusiva aplicável aos profissionais de saúde e 483/XVI/1.ª (CH) — Torna mais atrativo o regime de dedicação plena e revoga a figura de Diretor Executivo do SNS, e o Projeto de Resolução n.º 607/XVI/1.ª (L) — Recomenda ao Governo a revisão do regime de dedicação plena no Serviço Nacional de Saúde.

Foram votados, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 46/XVI/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que transponha a Diretiva (UE) 2021/2167, protegendo as pessoas que veem os seus créditos cedidos a terceiros, que foi aprovado, o Projeto de Lei n.º 475/XVI/1.ª (BE) — Regime de proteção dos consumidores na alienação de créditos a terceiros, que foi rejeitado, o Projeto de Resolução n.º 600/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda a criação de mecanismos de proteção e salvaguarda de detentores de créditos não produtivos, que foi rejeitado, e o Projeto de Resolução n.º 614/XVI/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que proceda à transposição da diretiva europeia relativa aos gestores de créditos e aos adquirentes de créditos e que consagre um direito de preferência nas operações de transferência de crédito, que foi aprovado.

Foram votados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.os 572/XVI/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que distribua as verbas pelas unidades que viram candidaturas aprovadas para a construção de novas camas, por forma a não perder os fundos por incumprimento das metas, e 573/XVI/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que atualize os valores dos apoios a pagar às unidades de cuidados continuados integrados, que foram aprovados, o Projeto de Lei n.º 481/XVI/1.ª (CH) — Altera a Lei n.º 52/2012, de 5 de setembro (Lei de Bases dos Cuidados Paliativos), estabelecendo o número mínimo de camas por milhão de habitantes em unidades de cuidados paliativos, que foi rejeitado, o Projeto de Resolução n.º 596/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que garanta o alargamento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e a melhoria da sua capacidade de resposta, que foi aprovado, o Projeto de Resolução n.º 602/XVI/1.ª (BE) — Reforço da oferta pública em cuidados continuados integrados, que foi rejeitado, os Projetos de Resolução n.os 604/XVI/1.ª (L) — Recomenda ao Governo a melhoria da capacidade de resposta das consultas ao domicílio através da adoção de modelos inovadores de prestação de cuidados continuados e 605/XVI/1.ª (L) — Recomenda ao Governo a expansão da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental, que foram aprovados, e o Projeto de Resolução n.º 609/XVI/1.ª (PCP) — Desenvolvimento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, que foi rejeitado.

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade e em votação final global, o Projeto de Lei n.º 443/XVI/1.ª (PS) — Procede à alteração dos limites territoriais entre a freguesia de Pernes, a União das Freguesias de São Vicente do Paúl e Vale de Figueira e a União das Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém, do município de Santarém.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 496/XVI/1.ª (PS) — Construção da linha violeta do metropolitano em Loures e Odivelas.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 489/XVI/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo o reforço da fiscalização destinada a assegurar o cumprimento do quadro legal

aplicável ao mergulho profissional.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 626/XVI/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a atribuição de um suplemento por serviço e risco aos tripulantes de embarcações salva-vidas do Instituto de Socorros a Náufragos.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo L, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade do Projeto de Resolução n.º 472/XVI/1.ª (L) — Recomenda a inclusão de medidas específicas sobre a proteção, conservação e restauro dos ecossistemas marinhos no Plano Nacional de Energia e Clima 2030, no seguimento do qual usaram da palavra os Deputados Jorge Pinto (L), Alfredo Maia (PCP), Bernardo Pessanha (CH), Nuno Jorge Gonçalves (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), Ricardo Pinheiro (PS) e Fabian Figueiredo (BE). De seguida, foram votados, na especialidade, o ponto 1, que foi aprovado, e o ponto 2, que foi rejeitado, daquele projeto de resolução, que foi, depois, aprovado, em votação final global.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo BE, solicitando a prorrogação da baixa à Comissão de Educação e Ciência, sem votação, por 90 dias, do Projeto de Lei n.º 376/XVI/1.ª (BE) — Aprova o estatuto da carreira de investigação científica, o regime comum das carreiras próprias de investigação científica em regime de direito privado e o regime transitório da carreira de investigação científica.

Foram aprovados, em votação final global, os seguintes textos finais:

Apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º 27/XVI/1.ª (GOV) — Altera o Código Penal e o Regulamento das Custas Processuais, no sentido de reforçar o quadro penal relativo a crimes de agressão contra forças de segurança e outros agentes de serviço público;

Apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º 38/XVI/1.ª (GOV) — Altera a Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto, no sentido de alargar o período de duração máxima da proteção temporária de pessoas deslocadas de países terceiros, impossibilitadas de regressar em curto prazo ao seu país de origem;

Apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 482/XVI/1.ª (IL) — Recomenda ao Governo que promova, no plano internacional, a defesa da democracia, dos direitos humanos e do Estado de direito na Geórgia;

Apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 515/XVI/1.ª (L) — Recomenda o desenvolvimento de esforços para a adoção de uma convenção internacional sobre os direitos das pessoas mais velhas;

Apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 579/XVI/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que participe nas operações de evacuação médica da Faixa de Gaza;

Apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 623/XVI/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas especiais de reforço da rede consular portuguesa;

Apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 625/XVI/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo que defina um novo quadro de incentivos ao associativismo juvenil no estrangeiro;

Apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Resolução n.º 182/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que adote medidas de prevenção do suicídio nas forças de segurança; e

Apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Resolução n.º 271/XVI/1.ª (PAN) — Pela aprovação de medidas de prevenção e combate à violência sexual com base em imagens.

Foram aprovados dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, um no sentido de autorizar o levantamento da imunidade parlamentar de uma Deputada do CH e outro no sentido de autorizar um Deputado do PSD a intervir em tribunal.

Foi debatido o Projeto de Resolução n.º 162/XVI/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a autonomização dos crimes de ódio no *Relatório Anual de Segurança Interna*, juntamente com, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 476/XVI/1.ª (CH) — Altera a Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto (Aprova a Lei de Segurança Interna) em matéria de elaboração do *Relatório Anual de Segurança Interna* e com os Projetos de Resolução n.ºs 597/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a revisão e atualização do enquadramento legal dos crimes de ódio, o reforço de apoio às vítimas e a recolha, monitorização e disponibilização de dados referentes a estes crimes, 606/XVI/1.ª (L) — Recomenda que sejam implementadas as orientações da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa relativas a crimes de ódio e 610/XVI/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a inclusão de informação e estatísticas no *Relatório Anual de Segurança Interna* sobre nacionalidade, sexo e idade dos criminosos e das vítimas, crimes previstos no artigo 240.º do Código Penal, e outros. Intervieram, a diverso título, os Deputados António Rodrigues (PSD), Vanessa Barata (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Paulo Muacho (L), Paulo Núncio (CDS-PP), Marcus Santos (CH), Cláudia Santos (PS), Pedro Pinto (CH), Mariana Leitão (IL), António Filipe (PCP) e Fabian Figueiredo (BE).

O Presidente (Rodrigo Saraiva) encerrou a sessão eram 14 horas e 25 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sr.as Deputadas e Srs. Deputados, muito bom dia, está aberta a sessão.

Eram 10 horas e 2 minutos.

Os Srs. Agentes da autoridade podem abrir as galerias, por favor.

Estamos em condições de poder dar início aos trabalhos, pelo que passo a palavra ao Sr. Secretário da Mesa, o Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, para proceder à leitura do expediente.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, informo a Câmara de que deram entrada na Mesa, e foram admitidas pelo Sr. Presidente, várias iniciativas legislativas.

Em primeiro lugar, refiro os Projetos de Lei n.os 510/XVI/1.ª (IL), 511/XVI/1.ª (IL), 512/XVI/1.ª (PCP), 513/XVI/1.ª (PCP), 514/XVI/1.ª (PCP), 515/XVI/1.ª (PCP), 516/XVI/1.ª (IL), 517/XVI/1.ª (CH), 518/XVI/1.ª (CH), 519/XVI/1.ª (PAN), 520/XVI/1.ª (PAN), 521/XVI/1.ª (PAN), 522/XVI/1.ª (PAN), 524/XVI/1.ª (PAN), 525/XVI/1.ª (PAN), 526/XVI/1.ª (PAN), 528/XVI/1.ª (PAN), 529/XVI/1.ª (BE), 530/XVI/1.ª (BE), 532/XVI/1.ª (PSD), 533/XVI/1.ª (PS) e 534/XVI/1.ª (PS).

Deram também entrada na Mesa os Projetos de Resolução n.os 600/XVI/1.ª (PAN), 644/XVI/1.ª (CH), 646/XVI/1.ª (CH), 648/XVI/1.ª (CH), 649/XVI/1.ª (IL), 650/XVI/1.ª (BE), 651/XVI/1.ª (CDS-PP), 652/XVI/1.ª (PCP), 654/XVI/1.ª (CDS-PP), 655/XVI/1.ª (IL), 656/XVI/1.ª (PCP), 657/XVI/1.ª (PCP), 659/XVI/1.ª (PCP), 662/XVI/1.ª (CH), 663/XVI/1.ª (CH), 664/XVI/1.ª (CH), 665/XVI/1.ª (PSD), 666/XVI/1.ª (PAR), 669/XVI/1.ª (PSD, PS, CH, IL, L), 671/XVI/1.ª (PAN), 673/XVI/1.ª (PAN), 675/XVI/1.ª (PAN), 676/XVI/1.ª (PAN), 677/XVI/1.ª (L), 678/XVI/1.ª (L), 679/XVI/1.ª (L), 680/XVI/1.ª (L), 681/XVI/1.ª (L), 682/XVI/1.ª (L), 690/XVI/1.ª (CDS-PP), 700/XVI/1.ª (CH), 701/XVI/1.ª (BE), 702/XVI/1.ª (BE), 703/XVI/1.ª (L), 706/XVI/1.ª (CH), 707/XVI/1.ª (CH) e 708/XVI/1.ª (CH).

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Secretário Jorge Paulo Oliveira.

O primeiro ponto da nossa ordem de trabalhos consiste na leitura da mensagem do Sr. Presidente da República sobre a devolução, sem promulgação, do Decreto da Assembleia da República n.º 37/XVI — Reposição de freguesias agregadas pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, concluindo o procedimento especial, simplificado e transitório de criação de freguesias previsto na Lei n.º 39/2021, de 24 de junho.

Peço a atenção dos Srs. Deputados porque vou passar a ler a mensagem do Sr. Presidente da República:

«A Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República,

1 — São três as principais dúvidas que se podem suscitar — e têm sido suscitadas — acerca do novo mapa de freguesias, constante do Decreto submetido a promulgação.

2 — A primeira é a de implicar uma reversão — para alguns um grave retrocesso —, num caminho de reordenamento e de racionalização do Poder Local, assim questionando a essência da reforma de 2013.

Quanto a esta dúvida, um juízo sereno demonstra que, de facto, há uma reversão parcial da reforma e que ela é contraditória com a linha dominante, inspirada pelas instituições europeias, de um envolvimento das autoridades locais num novo modelo multinível de governança, como evidenciado no relatório de abril 2024 de Enrico Letta.

E não se afigura desejável haver orientações flutuantes, num caminho definido, mesmo que ele motivasse reparos ou críticas pelo seu radicalismo, ou processo, como, na altura, exprimi, como cidadão.

No entanto, o certo é que, em Democracia, por definição, as mudanças de Governo, de maioria parlamentar ou, tão somente, de orientação, são possíveis e traduzem um pulsar normal do pluralismo democrático.

Aliás, a revisão cobre apenas menos de um terço das agregações de 2013 e não toca nas entidades supramunicipais, versadas naquela ocasião.

Isto mais se acentua com o facto de a maioria parlamentar votante agora ser muito mais representativa do que a de 2013, só se opondo um partido — a Iniciativa Liberal.

Mais ainda — os partidos defensores de caminho oposto, em 2011e em 2013, subscreveram e votaram a nova solução.

Finalmente, nos termos da lei, ela traduziu prévia expressão de vontade das populações.

Logo, esta dúvida não apresenta a seu favor argumentos que pesem decisivamente contra a promulgação do Decreto.

3 — Segunda dúvida suscitável e suscitada respeita ao processo que culminou no Decreto. A sua falta de compreensão ou transparência pública, os seus avanços e recuos, as suas contradições, as hesitações e sucessivas posições partidárias, a inclusão e a exclusão de freguesias, e, sobretudo, o respeito rigoroso dos requisitos técnico-legais a preencher, para ser possível a desagregação.

Quanto à evolução das posições partidárias, não é possível transformar o juízo subjacente à promulgação em escrutínio daquilo que vai sendo a conversão de discordâncias em voto favorável ou abstenção finais. Tudo do foro partidário.

Quanto à análise, freguesia a freguesia, do rigor do cumprimento dos requisitos técnico-legais, é impossível no prazo da promulgação ou veto, aceder o Presidente da República a esse manancial de dados, que ocuparam os parlamentares ao longo de meses, senão de anos, designadamente através de grupo de trabalho cujos trabalhos foram mantidos de forma reservada.

Não seria politicamente e, em especial, legalmente honesto, formular um juízo perentório, positivo ou negativo, sem conhecimento de dados necessariamente numerosos e complexos. Tudo em vinte dias.

4 — Resta a última dúvida e essa não menos importante. A da capacidade para aplicar as consequências do novo mapa já às eleições de setembro ou outubro deste ano.

Formalmente, é tudo fácil. A eleição de novos autarcas equivale ao começo da instalação de novas autarquias e, depois, a comissão instaladora curará do resto.

É verdade que o prazo que dista da eleição é superior a seis meses.

Mas a complexidade da instalação e resolução dos problemas emergentes é variável de freguesias para freguesias desagregadas e pode ser mesmo, aqui e ali, muito complexo.

Por isso, e não por qualquer fetichismo de datas, em matérias como esta — e isso já aconteceu com matéria mais simples, em 2021 —, considerei desejável evitar alterações legislativas em ano eleitoral.

Se fosse, como aconteceu nas eleições europeias de 2024, apenas facilitar a mobilidade no voto, ou, como se pretendia nas eleições regionais madeirenses, facilitar mobilidade, paridade e voto em Braille, seria mais simples mudar a lei, desde que antes da convocação da eleição.

Na reinstalação, que o mesmo é dizer recriação de autarquia local, a minha preocupação com a concretização é maior.

Razão esta, e única, para devolver o presente Decreto à Assembleia da República.

Não por questionar a vontade das populações, a legitimidade parlamentar para reversões, a começar nos partidos antes adeptos do revertido, nem por ter matéria de facto disponível para contradizer a aplicação dos requisitos técnico-legais das desagregações.

Apenas por imperativo de consciência quanto à capacidade para executar a nova lei, sem subsequentes questões de Direito — ou de facto — patrimoniais, financeiras, administrativas ou outras, resultantes do tempo disponível.

5 — Compete à Assembleia da República, se tal o entender, reafirmar a sua vontade. Assim confirmando aos portugueses que se não tratou de solução ditada por razões ou conveniências conjunturais, antes exprime o resultado de uma longa e serena ponderação, que ditou a inclusão de umas e a exclusão de outras freguesias, numa linha de não só reverter uma política de fundo de 2013, como substituí-la por outra melhor para Portugal.

Nestes termos, devolvo, sem promulgação, nos termos do artigo 136.º, n.º 1, da Constituição, o Decreto da Assembleia da República n.º 37/XVI, de 17 de janeiro de 2025, sobre "Reposição de freguesias agregadas pela Lei n.º 1-A/2013, de 28 de janeiro, concluindo o procedimento especial, simplificado e transitório de criação de freguesias previsto na Lei n.º 39/2021, de 24 de junho", para que, querendo, a Assembleia da República pondere, uma vez mais, a praticabilidade da aplicação do mencionado diploma no horizonte deste ano eleitoral de 2025.

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.»

Pausa.

O ponto 2 da nossa ordem de trabalhos, relativo ao Projeto de Lei n.º 443/XVI/1.ª (PS) — Procede à alteração dos limites territoriais entre a Freguesia de Pernes, a União das Freguesias de São Vicente do Paúl e Vale de

Figueira e a União das Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém, do Município de Santarém, não tem tempos definidos para discussão, portanto vamos passar ao ponto 3 da nossa ordem do dia, que consiste na apreciação da Proposta de Lei n.º 46/XVI/1.ª (ALRAA) — Alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, em conjunto com os Projetos de Lei n.os 361/XVI/1.ª (IL) — Alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos (CDADC) e 474/XVI/1.ª (PAN) — Altera o Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos por forma a assegurar a valorização do sector da rádio, e o Projeto de Resolução n.º 523/XVI/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a mediação nas negociações entre a AD EDIT e os representantes das bandas filarmónicas e outras entidades utilizadoras de partituras musicais, e o apoio às bandas filarmónicas no acesso à cultura e ensino musical.

Para uma primeira intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 4 minutos.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Isto é uma partitura original utilizada por músicos no seu trabalho.

O orador exibiu a partitura que mencionou.

Esta custa um pouco mais de 300 €. Algumas estão à venda por milhares de euros. Esta custa 300 € não porque o papel ou a tinta valham 300 €, mas porque ao comprá-la o músico ou a banda adquirem também autorização para tocar a música que está nestas páginas.

Sendo um objeto tão valioso, tão caro, é por isso normal que quem o compra faça tudo para o preservar. Se estas páginas se rasgassem, se se molhassem, se fossem perdidas, quem já as comprou teria de as voltar a comprar, pagando novamente pelo direito que já adquiriu. Por isso, as bandas que tocam ao ar livre, ou noutras circunstâncias em que o papel se possa estragar, fazem cópias de trabalho, protegendo o original.

Recentemente, foi criada uma associação que, apoiada numa lei esquecida há décadas, deseja cobrar pela utilização destas cópias a quem já comprou os originais. Imaginem: pagar para colocar selos em fotocópias tiradas para proteger originais comprados legalmente.

Srs. Deputados, os compositores e as editoras merecem ser compensados pelo seu trabalho de criação. Mas cobrar por cópias de trabalho a quem já pagou centenas de euros pelo original não é uma forma justa de compensação — é abuso.

Esta lei não defende a arte nem os artistas, porque não é defender a arte transformar compositores em vendedores de selos, transformar artistas em rentistas e editores em malfeitores. Não é, certamente, defender a arte atacar quem a leva a todos os cantos do País.

No País fora de Lisboa, onde não há instituições como o CCB (Centro Cultural de Belém) a receber milhões, existem bandas filarmónicas que, com tostões e muito trabalho voluntário, conseguem levar a música e a cultura a todo o País.

Aplausos da IL.

Onde adultos se juntam por amor à arte e crianças aprendem música pela primeira vez.

Muitos dos músicos mais talentosos do País começaram ali, na banda da sua freguesia. Outros, menos talentosos, começaram, desistiram, mas não se esquecem do frio das noites de ensaio, das festas populares, do orgulho dos que ficaram em representar a sua terra. Eu sei porque fui um deles e sei que uma banda filarmónica não é só um grupo de músicos. É uma família, uma escola de vida, um pedaço da alma de cada terra.

Eu fui dos que desistiram, dos menos talentosos, mas quis o destino que ainda tivesse uma oportunidade para defender estas instituições, com o único instrumento que aprendi a dominar razoavelmente bem, a minha voz. Infelizmente, a pandemia já acabou com muitas destas bandas. Não deixemos que uma lei anacrónica ameace as restantes.

Aplausos da IL e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Sofia Carreira, do PSD, que dispõe de 7 minutos.

Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Sofia Carreira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O PSD assume-se, uma vez mais, como líder na defesa da cultura portuguesa, trazendo a debate um tema central — a valorização e a proteção do património musical nacional, desde as bandas filarmónicas às orquestras, às escolas de música, passando também pela defesa dos direitos de autor. A música é um pilar da identidade nacional, é um fator de coesão social, mas enfrenta desafios que exigem respostas políticas.

O PSD reconhece o papel essencial das bandas filarmónicas na democratização do ensino musical e na preservação da nossa cultura.

Aplausos do PSD.

Ao longo dos séculos, foram elas as verdadeiras escolas musicais em muitas regiões do País, garantindo que a tradição se mantivesse viva e acessível a todos. Portugal tem uma longa tradição musical que reflete a diversidade da sua história, desde as cantigas de amigo até às grandes composições de Lopes-Graça e Joly Braga Santos, passando pelo fado da Amália e o *rock* dos Xutos & Pontapés.

A música sempre acompanhou e deu voz ao nosso povo. As filarmónicas, em particular, têm sido um elo fundamental entre a cultura popular e a música erudita, perpetuando a nossa identidade em festas, romarias e momentos decisivos da história nacional, como a Implantação da República e o 25 de Abril. Mas defender a música portuguesa não se faz apenas com discursos, exige medidas. É por isso que o PSD apresenta hoje um projeto de resolução que propõe um compromisso sério, estruturado, no apoio às bandas filarmónicas, às escolas de música, às orquestras, assegurando que os direitos dos seus criadores também sejam respeitados.

O PSD lidera este debate porque acredita que a valorização da cultura deve ser uma prioridade política. Designamos o Ministério da Cultura como garante de equilíbrio entre o apoio às entidades que promovem a música portuguesa e a justa remuneração dos seus autores.

No seu Programa, o Governo reconheceu a necessidade de reforçar políticas culturais. Cabe agora, a todos nós, garantir que essas medidas saem do papel e se concretizam. Aprovar esta iniciativa significa reforçar o nosso património musical. O PSD lidera este caminho e desafia todas as forças políticas a juntarem-se a nós nesta causa. Apoiar a música portuguesa é apostar no futuro do nosso País. Como dizia Amália Rodrigues, a nossa música é um pedaço de nós, e, por isso, é nosso dever protegê-la.

Aplausos do PSD e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, a Sr.ª Deputada Sónia Monteiro, do Chega.

Faça favor, Sr.ª Deputada. Dispõe de 2 minutos.

A Sr.ª **Sónia Monteiro** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Sofia Carreira, as bandas filarmónicas são um património vivo da nossa cultura, desempenhando um papel insubstituível na formação musical e na democratização do acesso à cultura. Com mais de 750 bandas em todo o País, envolvendo cerca de 20 000 músicos, muitas destas instituições representam o primeiro contacto dos jovens com a música e são um pilar essencial para as comunidades locais.

O vosso projeto de resolução, apresentado hoje, parte de um problema real e inegável: as dificuldades que as bandas filarmónicas enfrentam face às novas regras de licenciamento de partituras. No entanto, a solução proposta da mera mediação do Governo entre as bandas e a AD EDIT (Associação de Editores de Partituras e Compositores) é insuficiente e não resolve o problema estrutural.

O PSD propõe mediação, mas não apresenta soluções concretas. Reconhece que a atual legislação impede a reprodução de partituras, mesmo para fins pedagógicos. Neste sentido, questiono: porque não propõem diretamente a revisão do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, em vez de apenas sugerir mediação?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Sónia Monteiro** (CH): — O vosso projeto menciona apoio financeiro, mas quais são as fontes de financiamento que pretende utilizar para ajudar as bandas a adquirirem repertório musical?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Sónia Monteiro** (CH): — Por que razão o PSD não propõe um regime específico de licenciamento acessível para as bandas filarmónicas e escolas de música, como já acontece noutros países, em vez de deixar a decisão nas mãos de uma única entidade privada, como a AD EDIT?

Srs. Deputados, a cultura não pode ser refém de uma burocracia e custos desproporcionais. Se queremos verdadeiramente ajudar as bandas filarmónicas e preservar o nosso património musical, precisamos de ações concretas, não apenas de mediação política, sem impacto real.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Sofia Carreira, faça favor, para responder. Tem 2 minutos.

A Sr.ª **Sofia Carreira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada, o nosso projeto de resolução é claro. Se a base de todo o nosso trabalho é efetivamente na defesa do património musical,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Sofia Carreira** (PSD): — … as filarmónicas, as escolas de música, as orquestras, são, para nós, um património de importância extrema.

Porém, também temos de olhar para a legislação e para o direito internacional. E é deste equilíbrio que tem de sair uma solução.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Sofia Carreira** (PSD): — E nós confiamos que estamos no caminho certo da solução.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado João Almeida. Dispõe de 3 minutos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP, queria, em primeiro lugar, cumprimentar todas as bandas filarmónicas de Portugal e todos aqueles que tocam, tocaram e passaram por estas bandas filarmónicas, sendo assim parte da sua formação e da sua escola de vida.

É importante dizermos que a matéria dos direitos de autor é uma matéria muito complexa. Por um lado, temos a proteção óbvia e necessária dos criadores e artistas; por outro, temos o direito à fruição dessas obras, por todos aqueles que não só fruem delas, mas que ajudam a divulgá-las e a promovê-las, e assim são também agentes de valorização das obras e das criações desses artistas.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Nesse sentido, é preciso que a lei respeite uns e outros, e o que está aqui em causa é um manifesto desequilíbrio nesta relação. Não faz sentido que quem pague, e pague bem, por aquisição de obras — e, no caso que estamos aqui a discutir, de partituras, para as tocar,

promovendo-as — tenha de pagar para fazer cópia, para passar de um músico para outro, para deixar o original protegido na sede da banda e levar para um qualquer coreto do País uma cópia para tocar a mesma partitura do mesmo autor.

Pior, que haja uma entidade que ponha selos, página a página, e que cobre por esse serviço, dizendo: «Ai, se não têm dinheiro para pagar página a página, não faz mal, podem pagar-nos uma avença e nós tratamos disso». Mas o que é isto? Nós estamos perante — e não é só relativamente a esta matéria, é relativamente a outros direitos de autor — entidades de muito duvidosa legitimidade, que praticam uma atividade, e é preciso dizê-lo, muito próxima da extorsão, porque vão junto de muitos operadores comerciais, vão junto de entidades sem fins lucrativos, que apenas têm como objetivo promover a divulgação da música e a formação dos músicos, cobrar valores totalmente desequilibrados sobre direitos de autor, valores esses que nem sequer vão, na esmagadora maioria dos casos, para os autores das músicas que essas pessoas tocam ou passam.

Ou seja, estas entidades são as principais beneficiárias, sem nunca terem criado nada, sem nunca terem produzido nada, sem acrescentarem nada àquilo que é a cultura.

Então, e faz sentido que aqueles que tocam, que aqueles que interpretam, que aqueles que fruem, que aqueles que valorizam estas criações tenham de pagar por isso a estas entidades, sem que essas verbas cheguem àqueles que verdadeiramente contribuíram para essa criação?

É fundamental que o Ministério da Cultura analise esta questão a fundo para promover este equilíbrio. Mas, enquanto isso não acontece, nós não podemos continuar a sujeitar as bandas filarmónicas a este esforço, que manifestamente não conseguem fazer e manifestamente não merecem.

Aplausos do CDS-PP, do PSD e da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para apresentar o seu diploma, tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, dispondo de 2 minutos para o efeito.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Caros concidadãos aqui presentes: Agradeço o agendamento de hoje, no qual o PAN se junta ao debate, trazendo o tema da rádio.

A rádio, como bem sabemos, chega a mais de 8 milhões de pessoas no nosso País diariamente e é a companhia de muitas pessoas. A larga maioria dos que aqui estamos, no final da semana, terá ouvido pelo menos 14 horas de rádio.

Embora, em tempos, a música *pop* tenha vaticinado que o vídeo mataria a rádio, a verdade é que a realidade demonstrou que a rádio conseguiu reinventar-se perante todas as inovações tecnológicas. Resistiu às televisões e fez surgir o jornalismo ao minuto, resistiu à *internet* e mostrou que poderia existir muito além da rádio de pilhas. E demonstrou-nos também que ouvir um *podcast* é apenas uma forma diferente de ouvir a rádio. Apesar desta capacidade de se reinventar e da importância que tem na vida de todos e de cada um de nós, a verdade é que este é um setor que enfrenta dificuldades e que, ainda assim, continua a ser esquecido em vários diplomas.

Os direitos de autor não são exceção. É por isso mesmo que, ao termos esta realidade e verificando que atualmente os operadores de radiodifusão são os únicos detentores dos direitos de autor que estão excluídos de receber uma percentagem da quantia de venda ao público de aparelhos que permitem a reprodução das suas emissões, urge suprir esta lacuna.

Esta situação é injusta, e não obstante o tema que temos hoje em debate, diferente desta matéria, o PAN propõe, por isso, a inclusão destes operadores de radiodifusão no leque de entidades beneficiárias deste direito, dando-lhes, assim, uma importante fonte adicional de financiamento. Esta é uma alteração que a própria Associação Portuguesa de Radiodifusão defende há anos e que a ERC (Entidade Reguladora para a Comunicação Social) considerou também ser muito relevante, porque garante, e cito, «a supressão de uma lacuna incompreensível e injusta».

Por outro lado, queremos também que o setor da rádio tenha assento no Conselho Nacional de Cultura. Não faz sentido que atividades como a tauromaquia tenham assento…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ai faz, faz! É cultura portuguesa! É cultura popular!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tradições!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … precisamente na área da cultura e a rádio, tão relevante que é para o nosso País, não o tenha.

O Parlamento recomendou esta inclusão em 2017, mas, desde aí, nada foi feito pelos sucessivos Governos, nem daqueles que batem no peito a dizer que defendem a cultura.

Daí que o PAN procure clarificar, de uma vez por todas, esta questão de eliminar a representação do Gabinete para os Meios de Comunicação Social, que já não existe, e para retirar a representação do Ministério da Justiça, visto que atualmente os meios…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Assim é que a música é boa!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda, para uma intervenção de 3 minutos. Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A proposta que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nos traz é cristalinamente clara. Diz ela: «Continuando a atribuir aos criadores artísticos direitos exclusivos sobre o uso e exploração das suas obras, a presente proposta de lei vem consagrar a licitude da reprodução de partituras e respetivas partes, em contexto de ensino, associativo, cooperativo, filantrópico, de culto religioso e bandas filarmónicas, desde que adquiridas licitamente». Julgo que não é possível ser mais claro do que isto.

Todos nós, ou quase todos nós, fizemos formação musical no contexto destas associações, destas bandas filarmónicas. Eu não passei do solfejo, na banda dos Bombeiros Voluntários de Alvito.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Dá para ver!

A Sr.ª **Joana Mortágua** (BE): — Mas foi graças a homens e mulheres como o avô do Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto que associações e bandas filarmónicas fizeram formação musical por esse País fora e continuam a fazer essa formação musical. Não devem ser castigadas por isso; devem ser recompensadas e apoiadas pelo trabalho que fazem.

Portanto, prestando homenagem a todas essas bandas, a todos esses homens e mulheres, como as centenárias de Almada e a SFUAP (Sociedade Filarmónica União Artística Piedense), tantas bandas que fizeram um trabalho histórico e associativo para além da música, com certeza que estas iniciativas merecerão o nosso apoio.

Aplausos do BE e da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Sofia Andrade, do Partido Socialista, que dispõe de 6 minutos.

A Sr.ª **Sofia Andrade** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: No debate que agora nos ocupa, falamos sobre a possibilidade de alterar o Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos.

Sobre esta matéria, há desde logo uma nota que gostaria de sublinhar: o Partido Socialista não só respeita, como defende que os direitos de autor devem ser salvaguardados, uma vez que o direito de autor serve precisamente para proteger os autores, escritores, artistas, produtores, compositores musicais, entre outros, em relação às obras por eles criados.

Tendo em conta este entendimento como ponto de partida, não podemos deixar de reconhecer que questões em torno do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos têm dimensões que não estão abrangidas na sua redação atual. É disso exemplo o vazio legal existente em relação à reprodução de partituras utilizadas por bandas filarmónicas, agrupamentos musicais e outras entidades culturais, e é sobre este domínio que visam

algumas propostas hoje apresentadas, com vista a consagrar a licitude de reprodução de partituras e respetivas partes em determinado contexto, desde que adquiridas licitamente.

Todos nós, nesta Casa, sabemos que as bandas filarmónicas e as escolas de música, bem como as demais entidades deste setor, são agrupamentos artísticos que se dedicam ao ensino e à divulgação da arte da música. Todos nós sabemos que estas entidades estão estabelecidas e disseminadas por todo o território nacional. Não é, portanto, um património que possamos desconsiderar.

Todos nós sabemos também que a criação musical é um património cultural inestimável. Por isso mesmo, a aquisição de material original não só evidencia o respeito pelo trabalho autoral, como também protege e valoriza quem o faz.

Dito isto, todos nós sabemos igualmente que as bandas musicais ou outras entidades precisam muitas vezes de fotocopiar originais de partituras ou partes delas para a sua utilização como cópia de trabalho ou em contexto de ensino. É precisamente aqui que pretendemos atuar, para que a utilização das cópias seja feita com ética, preservando simultaneamente os legítimos interesses dos compositores e editores, mas criando um regime claro, coerente e justo para a reprodução de partituras em contextos específicos, tendo em conta o tecido social, económico, de ensino artístico e associativo de Portugal, assegurando a sustentabilidade das atividades culturais e musicais.

É neste domínio que compreendemos a proposta da Iniciativa Liberal. Acompanhamos o entendimento de que a lei carece de ser revista e atualizada, por forma a acomodar este conceito de cópia de trabalho. Entendemos, contudo, que este projeto de lei carece ainda de uma análise mais detalhada, que vá ao encontro das diretivas emanadas pela União Europeia. Neste sentido, estamos disponíveis para, em sede de especialidade, trabalhar em conjunto numa redação final que melhor cumpra todos os requisitos aqui identificados.

Já sobre o projeto de resolução apresentado pelo PSD, apesar de reconhecermos a bondade da recomendação que é feita ao Governo, não podemos deixar de manifestar alguma estranheza. O que os Srs. Deputados do PSD recomendam ao Governo é que este atue como mediador entre as entidades que operam no setor. Ou seja, os Srs. Deputados estão a pedir ao Governo que faça aquilo que já lhe compete fazer.

Não sei que entendimento tem o PSD sobre o âmbito da atuação do Governo em cada setor, mas, no setor da cultura, em particular, eis o que sabemos: sabemos bem que esta não é uma área que seja valorizada pelo PSD e sabemos também que grande parte da ação da Sr.ª Ministra da Cultura se resume a assinar despachos de exoneração.

Apesar desta falta de sensibilidade para com o setor, espanta-nos que, passados mais de 10 meses de governação da AD (Aliança Democrática), os Srs. Deputados do PSD ainda tenham necessidade de recomendar ao Governo que cumpra as suas obrigações mais básicas, como as de mediar as negociações dentro da tutela.

Aplausos do PS.

Sinceramente, temos a expectativa de que, nesta matéria, o Grupo Parlamentar do PSD possa ir além das recomendações que faz ao Governo e consiga, em sede de especialidade, dar contributos no sentido de revermos a lei que rege o Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos.

Termino, reiterando aquele que é o nosso compromisso: o de contribuirmos para uma regulamentação justa e equilibrada, fazendo este trabalho em conjunto, pelos compositores nacionais, pela preservação das bandas filarmónicas e coros musicais, pelos músicos e pelo ensino artístico.

Aplausos do PS e da IL.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada tem um pedido de esclarecimento e, para o formular, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz, do PSD, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Sofia Andrade, ouvi-a com toda a atenção e, enquanto proferia a sua intervenção, procurei a proposta do Partido Socialista para ajudar a resolver um problema fundamental para as nossas filarmónicas.

Sr.ª Deputada, o Partido Socialista não apresentou nenhuma proposta.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos do Deputado do PS Ricardo Costa.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Quer dizer, o Partido Socialista, na verdade, faz aqui o que fez nos seus oito anos de governação: anúncios, intenções que não se concretizam.

Aliás, repare, Sr.ª Deputada, que agora o Partido Socialista, com o Governo da AD, faz algo impensável. Faz projetos de resolução para este Governo resolver o que os senhores não resolveram em oito anos. Tenha paciência!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, a Sr.ª Deputada Sofia Andrade, que dispõe de 1 minuto e 28 segundos.

A Sr.ª **Sofia Andrade** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Moniz, como eu disse na minha intervenção, nós faremos o trabalho que tenhamos a fazer na especialidade.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ah!…

A Sr.ª **Sofia Andrade** (PS): — Como o Sr. Deputado sabe, esta situação surgiu agora, em 2024, quando apareceu uma nova entidade que foi acreditada pela Inspeção-Geral das Atividades Culturais.

O que o senhor devia fazer não era recomendar ao Governo que fizesse o seu trabalho,…

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Está a fazer!

A Sr.ª **Sofia Andrade** (PS): — … mas ter um Governo que efetivamente trabalhasse, para que não tenhamos situações como a da Orquestra do Norte, à qual não chega financiamento atempadamente e, por isso, passa por muitas dificuldades.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Carvalho, do Chega, que dispõe de 2 minutos e 46 segundos.

O Sr. **José Carvalho** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: As minhas primeiras palavras, permitam-me, são de saudação a todos os filarmónicos que se encontram nas galerias e que hoje assistem aos nossos trabalhos.

Obrigado pela vossa presença nesta Casa, esta Casa que é nossa e é vossa.

Aplausos do CH, da IL e do CDS-PP.

Aos que aqui estão, aos que estão no exterior e aos que se encontram em casa, obrigado por nos mostrarem que a vontade move montanhas. A capacidade de mobilização que aqui mostram hoje perante o País é reveladora da verdadeira alma do bom povo português, que, ao longo da história e por inúmeras vezes, foi capaz de assumir os destinos da Nação nas suas mãos.

Caros músicos e artistas, uma nota pessoal: quem me conhece sabe que vivi mais de uma década nos Açores, região de forte tradição filarmónica, que daqui saúdo. Esta intervenção é também uma sentida homenagem de gratidão a todas essas muitas e boas gentes, que tão bem me receberam, e especialmente às

centenas de alunos, na sua grande maioria filarmónicos, que asseguram um futuro a essa bela tradição musical. Obrigado por garantirem a defesa da cultura popular num mundo cada vez mais global e igual e tão carente de diversidade.

Naturalmente, o Chega, como partido popular, está solidário nesta luta que é vossa e é nossa, e acompanha as dificuldades das associações culturais, que são decisivas para a identidade das comunidades. Sabemos o que a diretiva europeia impõe, mas trabalharemos para irmos ao encontro da diretiva e principalmente das filarmónicas. Havendo discussão, daqui surgirá a solução.

É isso que as pessoas esperam de nós. O Chega está disponível para encontrar uma solução viável para todas as partes envolvidas e não fugirá às suas responsabilidades.

Se as normas europeias poderão eventualmente estar contra os filarmónicos, nesse caso, é fulcral que uma única voz se faça ouvir neste Parlamento em defesa da superior soberania da Nação perante a Europa e perante os burocratas de Bruxelas. Para nós, a soberania nacional está acima de toda e qualquer vontade dos burocratas da Bruxelas internacional. Além do mais, que haja vontade de se rever a lei europeia vigente; que haja vontade de valorizar e proteger a música e todos os seus profissionais.

Srs. Deputados, as filarmónicas têm um passado. Que neste presente em que nos é dado viver se prepare e garanta o futuro destas mui nobres instituições que asseguram a nossa identidade, que confirmam o sentir de comunidade, com gestos de verdadeira humanidade.

É pela dignificação e valorização das bandas filarmónicas, é pela sobrevivência das bandas, um verdadeiro tesouro artístico nacional, que aqui estamos. É pelo futuro que aqui estamos — um futuro que temos o dever de construir e garantir.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe, do Partido Comunista Português, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começaria esta intervenção, em nome do PCP, por algumas saudações.

Começaria por saudar a banda de música mais antiga em exercício, que, para quem não sabe, é a Banda de Música de Santiago de Riba-Ul, da qual há registos desde 1722. Estamos a falar de uma instituição com mais de 300 anos de existência, e era só o que faltava que, tendo resistido estes 300 anos, fosse posta em causa por uma medida que não faz qualquer sentido e que, a ser aplicada, poderia levar à extinção de muitas bandas do nosso País.

Aplausos do PCP, do PSD e da IL.

Portanto, dirijo uma saudação a esta banda, a todas as bandas de música e às instituições que têm acompanhado este debate, particularmente a Plataforma da Música, a Confederação Musical Portuguesa e a Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Desporto e Recreio, que assistem a este debate e que também saudamos.

Saudamos também a proposta vinda da Região Autónoma dos Açores. Aliás, não é por acaso que esta proposta venha dos Açores, tendo em conta a implantação que as bandas de música têm nesta região autónoma, em que cada freguesia tem a sua banda de música.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — É importante que elas se mantenham, que sejam preservadas, e que esta Assembleia faça o que tem a fazer para as defender.

Também temos de saudar a proposta mais antiliberal vinda da Iniciativa Liberal de que há memória desde a criação deste partido,…

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — É verdade!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — … o que é muito significativo!

É que, para os liberais, o funcionamento do mercado é muito bonito. É muito bonito para os *outdoors*! O problema é quando se confrontam com a realidade e quando todos vemos que, se deixarmos o mercado funcionar como ele quer, as consequências são desastrosas, e então temos de recorrer ao Estado para nos defender do livre funcionamento do mercado.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Muito bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Que isso sirva de lição para os arautos do liberalismo. É que até a Iniciativa Liberal, quando confrontada com a realidade, tem de chamar o Estado a intervir, e o Estado deve intervir através desta Assembleia, se for necessário, do ponto de vista legislativo.

Da nossa parte, iremos votar favoravelmente quer a proposta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores quer a proposta antiliberal vinda, paradoxalmente, da Iniciativa Liberal. Achamos que se deve encontrar, em sede de especialidade, uma solução que salvaguarde os interesses legítimos não só das bandas, mas também das escolas de música, dos conservatórios, porque também estão a ser assediados por essa entidade recém-criada, que pretende levar a cabo uma mercantilização absolutamente absurda das cópias sobre as partituras musicais.

Temos de encontrar uma solução que salvaguarde, com justiça, os direitos autorais que sejam devidos, mas que defenda, ao mesmo tempo, aquilo que é essencial, que é a nossa cultura, as suas raízes mais profundas, e aqueles que querem, abnegadamente, promover e defender a cultura musical no nosso País.

Aplausos do PCP e do BE.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Sérgio Ávila, do Partido Socialista. Dispõe de 55 segundos, mais a tolerância.

O Sr. **Sérgio Ávila** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Gostaria de contribuir para este debate com dados mais quantitativos. Em Portugal, existem neste momento 600 bandas filarmónicas, o que representa 42 000 músicos, que, através das bandas filarmónicas, não só têm formação musical, como praticam essa atividade — daí a importância e a urgência de resolver este problema que penaliza, claramente, estas instituições e estes 42 000 músicos.

Por isso mesmo, existe uma proposta, também deste ano, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que é essencialmente idêntica à da Iniciativa Liberal, porque os Açores têm um sexto das bandas do País, 3 % dos açorianos estão em bandas filarmónicas, sendo esta, sem dúvida, a região do País com maior percentagem de músicos em bandas filarmónicas. Daí a importância acrescida, no âmbito da Região Autónoma dos Açores, das bandas filarmónicas enquanto instituição de formação musical, mas, particularmente, enquanto entidade formadora.

Por isso mesmo, importa resolver um problema. Sabemos quem paga, quem é penalizado: as filarmónicas. Sabemos quem recebe, mas não sabemos quem é o beneficiário final deste custo acrescido que é imposto às filarmónicas, e urge resolver isso rapidamente.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Começo por cumprimentar também os representantes das bandas musicais e das bandas filarmónicas que estão nestas galerias hoje, dizendo-vos que esta Casa é também vossa.

O debate é muito importante, por isso, agradecemos este agendamento, e começo por dizer uma coisa muito simples: os direitos de reprodução são legitimamente existentes. Eles servem, em teoria, para premiar os compositores, para premiar as editoras, pela sua inovação artística.

Mas aquilo de que o debate trata hoje é de algo muito pior. É de uma associação, a AD EDIT — associação composta, é importante dizê-lo e deixar isto claro, apenas por duas grandes editoras —, que, aproveitando um vazio legal, achou ter encontrado um filão de ouro na cobrança da reprodução das partituras.

O grande problema é que este filão de ouro é conseguido à custa do trabalho das orquestras, das filarmónicas, das bandas musicais, que são, em grande parte do território, a única maneira de milhares de crianças e jovens terem formação musical no nosso País.

Já vários Deputados disseram hoje que tiveram a sua formação musical graças a estas bandas. Eu também. O pouco, ou melhor, o pouquíssimo que sei de música, devo-o à paciência daqueles que, na Banda Musical de Amarante, um dia me tentaram ensinar. A Banda Musical de Amarante, é importante dizê-lo, é uma associação de utilidade pública, uma associação de mérito público reconhecido.

É esse trabalho que está a ser colocado em causa por este vazio legal, por esta forma — não quero exagerar nas palavras — quase mafiosa que esta associação tem nas suas práticas de pressão, de ameaça jurídica, que é real, junto das filarmónicas, colocando em causa o seu trabalho, que é um trabalho, muitas vezes, de contar os euros, contar os cêntimos, de um mês para o outro, tendo os próprios responsáveis destas filarmónicas frequentemente de tirar dinheiro do bolso próprio para conseguir aguentar a formação musical destas pessoas, os concertos, as paradas. Ainda agora, quando chegarmos à Páscoa, veremos na rua muitas destas filarmónicas a tocar.

Tudo isso é fruto de muito trabalho abnegado e é esse trabalho que está a ser posto em causa por um vazio legal com o qual a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a Iniciativa Liberal — mérito lhe seja feito hoje, pelo menos — querem acabar.

Risos da IL.

Quando a Iniciativa Liberal estiver a defender a regulação por parte do Estado, contem connosco.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Realmente, acho que, hoje, vocês estão a contradizer aquilo que dizem nos restantes dias do ano.

Protestos da IL.

Mas muito bem! Bem-vindos ao lado bom da força! Cá estaremos para vos acolher.

Em resumo, Sr. Presidente, e agradecendo novamente às filarmónicas, às bandas musicais e às orquestras por todo o seu trabalho, estas propostas, hoje a debate, são essenciais e contarão, certamente, com o voto favorável do Livre.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Paulo Moniz, do PSD. Dispõe de 2 minutos e 59 segundos.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Começaria por voltar a referir a importância que as bandas filarmónicas têm enquanto escola de formação musical, de iniciação para tantos jovens, enquanto local onde se formam pessoas, onde se criam laços de amizade, onde se criam laços de fraternidade, onde os mais velhos passam aos mais novos a arte e o saber musical.

Têm importância, também, enquanto repositórios de um património cultural, que, no caso dos Açores, é também religioso, porque não há manifestação religiosa nos Açores em que as bandas filarmónicas não sejam parte integrante e fundamental.

Repare-se que o dirigismo associativo cultural é extraordinariamente difícil nos dias de hoje. É uma prestação *pro bono*, é uma prestação em favor de um bem comum, e temos a obrigação, por justiça, de criar condições para que estas associações continuem a exercer o seu papel fulcral na sociedade portuguesa. No caso do Interior e das zonas mais remotas, elas são um farol identitário de gerações.

Cumpre-nos a nós, também, contribuir para repor o equilíbrio nesta relação de interesses, naturalmente aceites, entre quem é autor, quem é editor e as próprias filarmónicas. É deste equilíbrio que salvaguardamos a capacidade de haver produção artística e é deste equilíbrio que também salvaguardamos a longevidade e a continuidade dessas escolas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Acresce dizer que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores trouxe a proposta que aqui também apreciamos — a Iniciativa Liberal também apresentou um projeto. Mas não posso deixar de relevar, também, o papel central que o Grupo Parlamentar do PSD, na Assembleia da República, tem ao assumir e chamar a si a liderança deste processo, com um projeto de resolução que muito incomodou o Partido Socialista, porque nada apresentou.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sejam bem-vindos! Nós queremos contar com todos, mas com uma diferença em relação à governação socialista: nós queremos contar com o Partido Socialista para, em concreto, resolver um problema, e não para anúncios ou para fazer de conta. Peço que se juntem a nós, na especialidade, para fazer aquilo que o povo espera de nós, que é repor a justiça e resolver os seus problemas.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 26 segundos, mais a tolerância.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como sabem, ou pelo menos aqueles que querem saber, o liberalismo apareceu para combater o absolutismo.

As ideias liberais têm, ao longo da sua história, combatido muitos «ismos»:…

A Sr.ª **Joana Mortágua** (BE): — Isso serve para tudo!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — … o socialismo, o comunismo, mas também coisas como o rentismo.

A Sr.ª **Joana Mortágua** (BE): — A IL, de tanto torcer, ainda parte!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — O liberalismo também cresceu para defender os oprimidos perante os opressores. E se há um grande exemplo na história desta Assembleia da República daquilo que é o liberalismo, é exatamente este debate e esta proposta.

É isso que aqui estamos a fazer. Somos e seremos sempre liberais e, sobre isso, não nos dão lições.

Aplausos da IL.

A Sr.ª **Joana Mortágua** (BE): — Há um livro de história intelectual das ideias algures a sofrer!

Risos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Está terminado este ponto da ordem do dia.

Vamos passar para o quarto ponto da nossa ordem de trabalhos, com a apreciação do Projeto de Resolução n.º 161/XVI/1.ª (IL) — Recomenda ao Governo que solicite à IGF uma auditoria às indemnizações a administradores e dirigentes de cargos públicos e setor empresarial do Estado.

Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, que tem 4 minutos.

Pedia aos Srs. Deputados o favor de exercerem a mobilidade com alguma rapidez, para que o Sr. Deputado tenha condições para fazer a sua intervenção.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.as Deputadas: Um técnico licenciado, de 62 anos, recebeu 120 000 € de indemnização à saída da CP (Comboios de Portugal); um inspetor-chefe de condução, de 64 anos, recebeu 100 000 €; um técnico licenciado, de 64 anos, recebeu 100 000 €; um inspetor de tração, de 62 anos, recebeu 90 000 €; um inspetor-chefe de serviço, de 62 anos, recebeu 88 500 €.

Só somando estes casos, já temos o correspondente à indemnização de Alexandra Reis na TAP (Transportes Aéreos Portugueses). Mas estes são apenas 5 de 400 casos, só entre 2010 e 2014, só numa das 147 empresas públicas do País. Só na CP, em cinco anos, contabilizaram-se mais de 20 milhões de euros em indemnizações — 40 vezes mais do que aquilo que foi atribuído a Alexandra Reis —, a maioria das quais para pessoas já em fim de carreira.

Nalguns casos, é verdade, estas indemnizações cumpriram o seu objetivo de reduzir custos. Mas, como todos sabemos, em muitos casos não foi assim. Em muitos casos, estamos a falar de pessoas prestes a entrar na reforma, que sairiam na mesma e que aproveitaram um programa de rescisões para saírem com um pé-de-meia adicional à custa dos contribuintes, a que mais nenhum trabalhador tem direito.

Noutros casos, são só pessoas que encontraram um emprego melhor fora da CP, muitas delas competentes — aliás, uma delas tão competente, que chegou a secretária de Estado! Mas a CP, em vez de gastar dinheiro a tentar manter essas pessoas competentes nos quadros, como faria qualquer empresa privada, ainda pagou um bónus, um prémio, para que pudessem sair. Pior: em alguns casos, as pessoas saem, recebem o bónus de saída e voltam a ser contratadas como consultores, porque não há quem as substitua.

No caso da TAP e da CP, ficámos a conhecer estes casos, porque se tornaram mediáticos. Mas a pergunta que fica é: quantos casos destes haverá escondidos em empresas para as quais não estamos a olhar? Em empresas públicas longe da atenção mediática, mas demasiado perto das nossas carteiras? Quantos milhões de euros de desperdício encontraríamos, se investigássemos todos estes bónus que foram atribuídos nas empresas públicas, nas últimas décadas?

Se calhar, descobriríamos que os planos de rescisões voluntárias, supostamente para reduzir custos, não são verdadeiramente planos de cortes de custos, mas planos para dar bónus salariais pela «porta do cavalo», à custa dos contribuintes.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — É importante que os quadros das empresas públicas tenham salários competitivos, mas de forma transparente, não pela «porta do cavalo», aproveitando-se de esquemas criados muitas vezes pelos próprios, ou pelos amigos, para tirarem mais algum dinheiro aos contribuintes.

Numa altura em que falta dinheiro em todo o lado, na educação, na saúde, na defesa, na justiça, na segurança e, acima de tudo, no bolso dos portugueses, é nossa responsabilidade garantir que ele não anda a ser mal gasto e que não existe um Estado dentro do Estado que se aproveita da nossa falta de escrutínio para desviar, mesmo que legalmente, dinheiro que nunca deveria ter sido seu.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, inscreveram-se junto da Mesa dois Srs. Deputados para lhe fazerem pedidos de esclarecimento. O Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto informou a Mesa de que responderá aos dois em conjunto.

Para formular o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, do PSD, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, a Iniciativa Liberal propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que, através da Inspeção-Geral de Finanças, se realize uma auditoria transversal a toda a Administração Pública — repare-se bem, a toda a Administração Pública.

E, por isso, Sr. Deputado, é importante, neste momento, e desde logo, sabermos de que Administração Pública estamos nós a falar. Estamos a falar apenas da administração direta do Estado? Estamos a falar da administração direta e indireta do Estado? E, dentro da administração direta e indireta do Estado, estamos a falar apenas da administração central? Ou também estamos a falar da administração regional e da administração local?

Repare, Sr. Deputado, a resposta a esta pergunta não é indiferente, desde logo do ponto de vista da dimensão do que nos está a ser pedido, ou do que nos está a ser proposto, nem tão-pouco é indiferente do ponto de vista daquelas que são as competências próprias da Inspeção-Geral de Finanças, que, como todos nós sabemos, não tem qualquer tutela no âmbito da administração regional e apenas tem tutela de legalidade, e não de mérito, no que concerne à administração local.

Portanto, Sr. Deputado, a pergunta é simples: de que Administração Pública estamos nós a falar quanto àquele que é o pedido constante da proposta da Iniciativa Liberal?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Barbosa, do Chega.

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, o partido Chega concorda perfeitamente com este tipo de iniciativas. O Chega, em si, já por várias vezes falou sobre este tipo de âmbitos, de que devemos realmente esmiuçar tudo aquilo que é feito na nossa Administração Pública.

Agora, o que a IL nos traz cá hoje achamos que é curto, e, de certa forma, também me faz pensar se a IL esteve na audição à IGF (Inspeção-Geral de Finanças) durante esta semana, porque o Sr. Inspetor-Geral refere que não tem armas, que não consegue fazer o seu trabalho.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — Ele tentou fazer o seu trabalho, para fazer a investigação devida no âmbito da TAP, e não lhe foi permitido. E foi a tal questão que toda a gente lançou: onde estão os 55 milhões? O que é que aconteceu aos 55 milhões?

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Foram para a empresa!

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — E ninguém soube responder a isto. Ele próprio diz que não tem formas de ir atrás dos políticos, para conseguir esmiuçar este tipo de situações.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — Agora, isto, sim, deveria ser um projeto de lei, deveríamos estar aqui a discutir um projeto de lei que obrigasse a que fossem mesmo feitas mais auditorias coerentes e corretas à nossa administração. Não podemos ter mais Cristina Dias, não podemos ter mais Alexandra Reis, não podemos ter mais Pedro Leitão, Tiago Ramos Marques, situações que retiraram milhões de euros ao erário público.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — E, sim, Sr. Carlos Guimarães Pinto, o que é que a Iniciativa Liberal pretende fazer, que formas é que vai tentar encontrar para que este tipo de casos não se repita na Administração Pública?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, tem mais 30 segundos, por cedência de tempo por parte do Grupo Parlamentar do PSD, portanto, tem 41 segundos, mais a tolerância, para responder. Faça favor.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Sr. Presidente, muito obrigado aos Srs. Deputados Jorge Paulo Oliveira, do PSD, e Carlos Barbosa, do Chega.

Um dos Srs. Deputados disse que isto era de mais, o outro disse que isto era de menos, o que me leva a pensar que é exatamente o suficiente,…

Protestos da Deputada do CH Madalena Cordeiro.

… é exatamente o que é preciso saber.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Estão no centro.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Nós não podemos tolerar mais que existam casos em que o dinheiro dos contribuintes é tratado ao pontapé, em que há uma espécie de um Estado dentro do Estado, que decide bónus para si próprio. Nós temos de perceber exatamente o que se passa. E, percebendo o que se passa, depois, sim, podemos decidir exatamente aquilo que temos de fazer.

Primeiro, temos de ter dados, e, com esses dados, depois decidiremos o que é que podemos ou não fazer. Neste momento, não temos os dados. Temos os dados em relação a uma empresa, que é a CP, precisamos de dados para todas as empresas.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP, para uma intervenção, dispondo de 3 minutos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Discutimos hoje uma matéria que aborda um dos pilares fundamentais da democracia e da gestão da coisa pública, que é a transparência e o rigor na utilização do dinheiro dos contribuintes.

Os últimos anos, sob a governação do Partido Socialista, foram marcados por uma vergonhosa sucessão de escândalos, abusos e gestão danosa,…

Protestos do Deputado do PS Ricardo Costa.

… que colocaram em xeque a confiança dos portugueses nas suas instituições. A opacidade com que o PS geriu os recursos públicos foi absolutamente chocante.

O CDS sempre defendeu um Estado que sirva os cidadãos e não os interesses de um partido, um Estado que seja responsável e rigoroso na forma como gere o dinheiro dos contribuintes. Assim, entendemos que qualquer medida que vise o reforço da transparência na gestão pública é, em termos gerais, um passo na direção certa.

Contudo, esta iniciativa da Iniciativa Liberal levanta questões operacionais e legais. Reconhecemos a importância da transparência e do rigor na gestão dos dinheiros públicos.

Protestos do Deputado do PS Ricardo Costa.

Todavia, é crucial avaliar a eficácia e a necessidade de tal iniciativa.

A IGF já possui mecanismos de fiscalização, o poder e a autonomia técnica de atuar perante a administração do Estado. Além disso, uma auditoria como aquela que está agora a ser proposta iria redundar numa duplicação

de esforços e de recursos, quando o que é necessário é garantir que as instituições já existentes funcionem de forma eficaz, respeitando sempre a sua autonomia técnica.

Protestos do Deputado do PS Carlos Brás.

Segundo o último relatório de atividades, a IGF tem demonstrado melhorias significativas na sua ação de fiscalização. A atividade desenvolvida por esta inspeção abrange hoje um universo auditado de mais de 20 mil milhões de euros, tendo sido descobertas infrações financeiras que ultrapassam os 2 mil milhões de euros no último ano.

A IGF otimizou os sistemas de informação, tornando a gestão pública mais eficiente, e reforçou o controlo interno para melhorar e monitorizar os riscos e erros ou fraudes. Além destes esforços, também tem ocorrido uma otimização das entidades de inspeção que operam em cada ministério, tornando a fiscalização mais eficiente e coordenada.

Por último, o Tribunal de Contas também tem reforçado a sua ação no escrutínio das atividades do Estado, identificando falhas, promovendo a transparência e garantindo uma gestão mais rigorosa dos recursos públicos.

Por esse motivo, embora compartilhemos do princípio de mais transparência e rigor na gestão dos dinheiros públicos, entendemos que a melhor via para o atingir é reforçar os mecanismos já existentes, evitando assim redundâncias e despesas desnecessárias para o erário público.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Nunes, do Chega, que dispõe de 3 minutos e 28 segundos.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Estado, o Estado, o Estado. O Estado somos todos nós, e todos nós a pagar, a toda a hora, para esta brincadeira.

Recomendação ao Governo? A única coisa que recomendamos aos Governos dos últimos 50 anos é vergonha, porque o que queremos é um projeto de lei que, de facto, seja eficaz, e não recomendações que não passam disso mesmo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Mas vamos falar de um filme com a *timeline* completa. O filme chamar-se-ia «A Indemnização Abesbílica», e tem a ver com alguém que era administradora numa empresa pública; que rescindiu, por sua iniciativa, o contrato; que, no mesmo dia, participou numa reunião do Conselho de Administração, apesar de já ter rescindido o contrato; que, no dia a seguir, foi para a entidade reguladora dessa mesma empresa ganhar 10 000 € do Estado; e, no dia a seguir, a reunião do Conselho de Administração volta a realizar-se para dispensar o visto prévio, ou melhor, o tempo que teria de ser dado à casa.

Estaríamos a falar de um filme abesbílico se não estivéssemos a falar da atual Secretária de Estado da Mobilidade, nomeada pelo Partido Social Democrata…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — … quando era Administradora da CP, e que entretanto saiu para ir para a Autoridade da Mobilidade e dos Transportes. No meio disto tudo, os documentos estão aqui — atas, documentação assinada pela própria —,…

O orador exibiu os documentos que mencionou.

… numa situação em que chegamos ao final do dia, e esta Casa diz: «Não sabemos.» E a imprensa passa assim, amiúde, pela situação.

Eu vou-vos dizer, de facto, tendo em conta a falta de vergonha que tem existido, a primeira recomendação que o Chega propõe é que, hoje mesmo, o PSD mande um SMS (*short message service*), ao jeito de Alexandra Reis, a Luís Montenegro e diga: «Cristina Dias tem de ser exonerada hoje, a bem da verdade.» Mas, como isto não é notícia a todas as horas, todos os dias, durante semanas e semanas, eu creio que faltou algo à imprensa, ao quarto poder, para tornar isto, de facto, em algo importante.

As notícias diziam, na altura: «Ex-Presidente da CP contradiz governante.» Eu acrescentei: «Deputado do Chega bebia café da manhã à mesma hora.»

O orador exibiu uma cópia.

Risos de Deputados do CH.

E assim, certamente, será notícia, assim, certamente, terá muitas horas de debate,…

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — … muitos comentadores, muitos «paineleiros» nos painéis da televisão.

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

Mas podíamos fazer ainda outra: «Rescisões da CP só para trabalhadores a mais.» Saberem agora que administradores são trabalhadores excedentários é surpreendente. Eu acrescento: «Deputado do Chega envolvido.»

O orador exibiu uma cópia.

Risos da Deputada do CH Marta Martins da Silva.

E assim vai, certamente, passar na televisão, horas e horas, horas e horas.

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do PS Ricardo Costa e do Deputado do L Rui Tavares.

Calma, calma!

Mas podíamos colocar outra, e esta eu tenho a certeza de que vai ser manchete em todo o lado, de que estará em todo o lado.

Protestos do Deputado do PS Ricardo Costa.

Os senhores riem, passeiam por todo o lado com tudo e mais alguma coisa, e com esta não há hipótese: «CP favoreceu atual governante.» Acrescentem no final: «André Ventura esteve na reunião.»

O orador exibiu uma cópia.

Tenham topete! Isto é uma vergonha, e Cristina Dias tem de ser demitida hoje.

Neste momento, o orador dirigiu-se à bancada da imprensa.

E os senhores aproveitem e façam notícias a sério, que isto limita a democracia.

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

Risos do Deputado do PSD Hugo Soares.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, tem 1 minuto para a sua intervenção. Faça favor.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente…

Neste momento, os Deputados do CH Armando Grave e João Tilly levantaram-se e tiraram fotografias à bancada da imprensa.

Protestos do PS, do BE e do L.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Vão-vos dar um café, também.

O Sr. **Presidente**: — Só um minuto, Sr.ª Deputada.
Ó Sr. Deputado, o Sr. Deputado sabe que, aliás, na Conferência de Líderes já foi referido que não se devia tirar fotografias no Plenário entre os Srs. Deputados.

Protestos de Deputados do CH.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Estão a visar a bancada dos jornalistas, atenção!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Vocês parecem o VAR (*video assistant referee*)!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pedro Pinto, eu estou nesta sessão, aconteceu nesta sessão, e eu estou a fazer a advertência relativamente ao Sr. Deputado que estava em pé a tirar fotografias quando eu estava a dar a palavra à Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real. Portanto, é uma situação que, até do ponto de vista da educação, não deve acontecer.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem! De acordo!

O Sr. **Presidente**: — Fica feito este reparo, e, se acontecer com outro Sr. Deputado, eu farei o mesmo relativamente a outro Deputado. Comigo não há vítimas nessa matéria.

Aplausos do PSD, do L e de Deputados do PS.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — No outro dia foi no PS e não disseste nada!

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, para a sua intervenção dispõe de 1 minuto. Faça favor.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, naquilo que diz respeito a esta iniciativa que a Iniciativa Liberal nos traz, o PAN acompanha a questão de princípio, mas não podemos deixar de referir que, quando, aqui há uns anos, surgiu precisamente o caso de Alexandra Reis e o PAN propôs alterar o Estatuto do Gestor Público, a Iniciativa Liberal votou contra, ao lado do PSD e do PS.

Portanto, apesar de acompanharmos a emergência que é haver uma auditoria às indemnizações, porque não podemos continuar a ter casos nem como o de Alexandra Reis nem como o de Cristina Dias, quando

precisamos de mudar efetivamente a lei e evitar que este tipo de situações aconteça, é um bocadinho estranho que depois não acompanhem a necessidade de evitar, do ponto de vista legal, este tipo de situações.

Por outro lado, e tendo em conta que já vieram a público estes abusos que têm sucessivamente acontecido no setor empresarial do Estado, as indemnizações milionárias dos dirigentes e administradores, o facto de, muitas das vezes, as entidades não terem dinheiro para necessidades estruturais, mas acabarem, depois, por ver estes fundos sugados precisamente para pagar prémios e também indemnizações como as que aconteceram, isto põe em causa a confiança dos cidadãos na Administração Pública, o que não pode acontecer, e também a sua eficiência.

Nós vamos acompanhar esta proposta, mas lamentamos que não tenham estado ao lado do PAN quando quisemos resolver o problema que hoje nos traz a discutir precisamente esta proposta.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre, dispõe de 3 minutos. Faça favor.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Eu tento imaginar como é que foi o planeamento desta semana, por parte da Iniciativa Liberal.

Não sei bem como é que se referem entre vós — talvez como *partners*.

Risos do L e do PCP.

Portanto, imagino: «*Partner*, o que é que vamos discutir esta semana? O que é que está *trending*? Será o populismo? Talvez o populismo! Comecemos com o populismo justiceiro, na quarta-feira.» Correu-vos mal o debate! Hoje vem aí uma coisa que é mais o vosso *core business*, que é o populismo anti-Estado. Mas, muito bem, vamos a isso. Vamos a isso!

Aplausos do L e do PS.

Para preparar este debate, o que é que a Iniciativa Liberal nos pede? Traz-nos um projeto de resolução, em que basicamente diz: «Olhe-se a toda a administração, olhe-se para tudo o que aqui está, tudo aquilo que o Estado tem, à procura de falhas!»

Não nos interpretem mal, o Livre quer que as falhas do Estado sejam corrigidas,…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Não, não!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — … e quer muito, porque o Livre acredita no Estado e quer um Estado forte, para promover a liberdade de cada um de nós. Mas aquilo que vem da Iniciativa Liberal é, por norma, o contrário, porque o que nós ouvimos sempre dessa bancada é: há problemas na saúde? Motosserre-se!

Risos do L.

Há problemas nas escolas? Motosserre-se! Há problemas na habitação? Motosserre-se! Este é o grande problema daqueles que são motosserra: é que, para eles, tudo o resto é madeira.

Aplausos do Deputado do L Rui Tavares e de Deputados do PS.

E, deixem-me dizer-vos, como alguém que usa uma motosserra de vez em quando, para além das dores de costas, isto não resolve os problemas, multiplica-os. É disso que a Iniciativa Liberal, mais cedo do que tarde, se vai aperceber.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nunca usaste uma motosserra! Estão a brincar com quem trabalha! Respeita os trabalhadores!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Portanto, Srs. Deputados, nós queremos que todos estes problemas e todas estas falhas — e é verdade que os há, o Estado, como tudo, não é perfeito — se corrijam, e que não se faça isso recorrendo ao populismo antiestatal, recorrendo à motosserra habitual que a Iniciativa Liberal traz para estes debates.

Quando quiserem ter esse debate feito de forma séria e com propostas concretas que possam melhorar o Estado permanentemente, contem connosco, e contem connosco porque, para nós, o Estado é demasiado importante para ser tratado desta forma tão leviana.

Aplausos do L e de Deputados do PS.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — O Jorge devia ser o CEO (*chief executive officer*) do Livre. É o melhor que a bancada tem, muito mais engraçado que o Rui Tavares!

O Sr. **Presidente**: — Se o telefone não tocar, passarei para a intervenção de encerramento.

Pausa.

Sr.ª Deputada Isabel Pires, do Bloco de Esquerda, faça favor, tem 3 minutos para a sua intervenção.

A Sr.ª **Isabel Pires** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.ªs Deputadas: Relativamente ao projeto de resolução que está hoje em cima da mesa, por parte da Iniciativa Liberal, eu dividiria a nossa intervenção em dois pontos.

Primeiro, quanto aos casos que são utilizados para justificar a apresentação deste projeto de resolução, enfim, é muito fácil ir verificar todas as intervenções que o Bloco de Esquerda fez sobre os mesmos. Em dezembro de 2022, relativamente a Alexandra Reis, e depois, em fevereiro de 2023, nos vários anos em que sucederam estes casos, sempre dissemos o mesmo: era preciso retirar consequências práticas relativamente às indemnizações que estavam a ser pagas, porque, de facto, estávamos perante — e em alguns dos outros casos, como é referido agora, no da atual Secretária de Estado, Cristina Dias — uma dança de cadeiras relativamente também a temas que tutelam mais tarde, ou que depois passam do privado para o público.

Na verdade, o que se passou, por exemplo, com Alexandra Reis reflete, de facto, a má gestão da TAP, na altura, e não tanto algo mais que tenha a ver com isso. Portanto, achamos que falta também aqui uma reflexão — mas que nos parece óbvio que falte, por parte da Iniciativa Liberal — relativamente à própria gestão privada no caso da TAP, que é muito referida neste processo. Do nosso ponto de vista, a lei — nomeadamente, a Lei n.º 4/2004, que é aqui referida — é clara, pode ser sempre mais clarificada, e aquilo que defendemos é que ela deve ser cumprida e que devem ser prestados todos os esclarecimentos sobre todos os casos que surjam, a bem da gestão pública.

A segunda parte tem exatamente a ver com esta questão da gestão pública, e é onde o debate se torna mais estranho e esta iniciativa, por parte da Iniciativa Liberal, se torna mais estranha, ainda para mais quando o Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, a determinada altura, na sua intervenção inicial, fala do problema da falta de investimento em serviços públicos.

Bem isso aí, então, é uma bizarria, ouvirmos a Iniciativa Liberal dizer que é um problema haver falta de investimento nos serviços públicos, porque, ao mesmo tempo que diz isto, semana após semana, mês após mês, ano após ano, apresenta propostas que depauperam exatamente os serviços públicos. O caso da saúde é o mais gritante, onde, muito claramente, todas as propostas que apresentam são para retirar investimento público, erário público, diretamente para a mão dos privados. Sr. Deputado, isso, sim, é má gestão do dinheiro público, e não vemos a Iniciativa Liberal preocupada com isso.

Portanto, a nossa conclusão sobre este projeto é que ele serve mais para fazer propaganda acerca da desconfiança natural que a Iniciativa Liberal tem para com o Estado do que necessariamente para resolver qualquer tipo de problema com os serviços públicos, porque com isso não estão minimamente preocupados.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português, dispõe de 3 minutos para uma intervenção. Faça favor.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A Iniciativa Liberal traz a debate uma proposta para solicitar à IGF uma auditoria às indemnizações a administradores e dirigentes de cargos públicos e do setor empresarial do Estado, e, na sua exposição de motivos, faz referência, por exemplo, ao caso de Alexandra Reis.

Mas eu gostaria de dizer que só se soube destas indemnizações escandalosas por parte da TAP porque a empresa era pública, porque, durante a sua gestão privada, foram pagas, de facto, indemnizações faraónicas, de muitos milhões de euros, e não se ouviu qualquer tipo de preocupação por parte da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Desde que não seja eu a pagar!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Foi, de facto, a gestão pública que trouxe a nu estas opções que foram tomadas.

O problema relativamente a estas matérias é que são adotados critérios de gestão privada para a gestão pública, e utilizam na gestão pública esses critérios, que em nada interessam ao interesse público, ou que em nada o favorecem. Nós consideramos que no Estado não deve ser esta a prática. A prática do Estado não deve ser aquela que os senhores defendem para os grupos económicos e para os grupos privados, com salários e indemnizações de largos milhares de euros para favorecer os acionistas, enquanto precarizam o trabalho.

Aquilo que tem acontecido é que a gestão pública tem importado, de facto, as piores práticas da gestão privada: a falta de transparência nos atos de gestão, o abuso de poder, o saque às contas, em pagamentos de salários, prémios e bónus a administradores, o desrespeito pelos direitos dos trabalhadores e a degradação do serviço público. Estamos totalmente contra estas opções que têm sido adotadas. Aquilo que nós consideramos é que devem ser, de facto, gestores públicos comprometidos com a causa pública, com o interesse nacional, e que, de facto, ajam sob os princípios da transparência e salvaguardem o interesse público.

Registamos também que, nesta iniciativa, a Iniciativa Liberal não propôs que fosse uma consultora a fazer qualquer tipo de auditoria ou estudo, mas sim uma entidade pública, a própria IGF.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — É a entidade que existe para fazer isso!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Mas eu não posso deixar de, neste debate, fazer uma última referência. É que a Iniciativa Liberal traz esta proposta, mas nós sabemos bem quais é que são as suas opções.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Ah!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — E as suas opções são numa linha de ataque ao setor público, as suas opções são numa linha de ataque ao setor empresarial do Estado. Sabemos bem o que é que pretendem e o que é que querem.

Da parte do PCP, consideramos, de facto, que, na gestão das empresas públicas, no interesse público, deve ser isto que deve prevalecer: o interesse do desenvolvimento do nosso País. É isto que deve estar presente nesta gestão, e não os critérios que os senhores defendem sempre para os grupos privados.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Se o telefone continuar sem tocar, irei passar à sessão de encerramento.

Pausa.

Sr. Deputado Miguel Cabrita, do Partido Socialista, tem 6 minutos para uma intervenção. Faça favor.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Está hoje em debate uma proposta para que a Inspeção-Geral de Finanças realize uma auditoria a toda a administração sobre as saídas de cargos de gestão pública com indemnização, nomeadamente saídas com passagens para outro cargo.

A este propósito, começo por afirmar, em nome da bancada do PS, a importância que atribuímos à transparência, ao escrutínio de dinheiros públicos, de nomeações, da conduta daqueles que livremente decidem servir o Estado e empresas públicas enquanto dirigentes ou gestores.

Portanto, a nossa primeira palavra sobre a substância da proposta é que ela não merece ao PS um reparo especial, pelo contrário. Entendemos ser importante que se escrutine, que possa ser feito um levantamento das situações que se enquadram na tipologia que é descrita, e que se identifiquem, já agora, se existirem, más práticas do ponto de vista da legalidade, da lisura, da ética, do comportamento dos diferentes envolvidos.

Mas, sendo esta a nossa posição de partida e de princípio, não podemos deixar de fazer alguns reparos: à proposta em si, ao modo como ela é formulada, também ao modo como este debate está a decorrer e como algumas bancadas se têm posicionado. Vamos por partes.

Em primeiro lugar, a IL dá dois exemplos para fundamentar este projeto como sendo equivalentes.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Não!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Ora, os dois casos que são citados não são iguais. Não têm nem condições nem contexto equivalente. Sim, são duas pessoas que saíram de empresa pública; sim, receberam indemnização; sim, transitaram para outro cargo; sim, mais tarde, foram nomeadas para cargo político e governamental; mas o paralelo fica por aí.

Desde logo, um dos casos já foi, há muito, objeto de amplo escrutínio, foi objeto de parecer da IGF, foi parte do objeto de uma comissão parlamentar de inquérito, foram apurados os factos, as circunstâncias, as responsabilidades; muito importante: teve consequências políticas, e até consequências pessoais, em termos financeiros. Este é um caso, no essencial, encerrado.

Aliás, mesmo as circunstâncias foram diferentes.

No caso da saída da Dr.ª Alexandra Reis da TAP, havia um conflito público com a administração, que era reconhecido, havia razões do interesse da empresa para a saída, mediou tempo entre a saída da TAP e a entrada noutro cargo público, a administração que acordou e pagou a indemnização não podia saber que a indemnizada iria mais tarde aceitar um novo cargo público.

O outro caso que é referido, o da atual Secretária de Estado Cristina Dias, não tem nada que ver com isto. O caso desta Secretária de Estado, aliás, que sai da administração da CP durante um Governo PSD/CDS, em 2015, é muito, mas muito, diferente e muito mais grave em termos dos factos, do processo, da legalidade, em termos éticos, e, sobretudo, também, do silêncio, da inação e da total ausência de consequências políticas, seja para a própria, seja para o próprio Governo.

Senão, vejamos: como já foi aqui referido, é um caso de uma secretária de Estado em funções, que aceita, num dia, uma indemnização para sair de uma empresa pública e, no dia logo a seguir, sabendo para onde ia, um cargo de uma entidade pública para uma entidade reguladora.

É um caso em que uma atual secretária de Estado aceita uma indemnização de um programa de rescisões amigáveis, ao qual não teria direito enquanto administradora, no seu próprio interesse, não no interesse da empresa, já sabendo que, logo no dia a seguir, ia assumir um outro cargo de nomeação política para uma entidade reguladora.

É um caso, na verdade, em que uma pessoa simula que sai da administração e simula que volta a ser técnica superior de uma empresa só para ter direito a uma indemnização a que não tinha direito como administradora. Portanto, simulou que saía do lugar de administração e reassumiu um lugar de técnica superior, quando já sabia que ia sair, para onde e em que condições, sendo que, como dirigente, não teria direito à indemnização, e assim passou a ter.

É um caso, já agora — e também é importante dizê-lo —, em que a própria administração da CP não podia não saber que isto ia acontecer assim. Aliás, o Presidente da CP, à época, era Manuel Queiró, alto dirigente do CDS, ex-Deputado desta Casa, que foi nomeado por um Ministro do CDS no Governo PSD/CDS. Portanto, ouvir o Deputado Paulo Núncio falar ali, do púlpito, sobre práticas chocantes… Bem, isto é, de facto, chocante, e contrasta com o silêncio com que os partidos que apoiam o Governo têm tratado este caso.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Meu Deus, este caso foi dos mais falados nos jornais.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Esteve nos jornais, mas não teve nenhuma consequência — nenhuma consequência!

Mais um elemento: a administração, à época, processou em tempo recorde o pedido, porque a agora Secretária de Estado sai da administração, volta para técnica superior,…

Protestos do Deputado do PSD Alexandre Poço.

… em 24 horas apresenta um pedido de rescisão, que é despachado em 24 horas, e ainda há uma nova reunião para dispensar qualquer período que fosse necessário para demorar mais tempo.

Portanto, o que nós temos aqui é, na verdade, uma situação em que é impossível que nenhum destes intervenientes soubesse o que estava a fazer, com a dimensão ética que esta questão tem. E, para concluir, isto leva-me a falar da profunda hipocrisia, da desresponsabilização, da duplicidade ética, do silêncio e da inação do atual Governo PSD/CDS e dos partidos que o suportam. Lamento profundamente dizê-lo, mas é isto que está em causa.

Aplausos do PS.

Ao contrário do que sucedeu no Governo do PS, esta Secretária de Estado não saiu do Governo, não houve consequências políticas, não houve nem há responsabilização, não são dadas quaisquer explicações.

Aliás, ainda ontem foram substituídos seis secretários de Estado e esta secretária de Estado não estava nesse lote. Zero explicações, zero consequências, o que ilustra bem a hipocrisia, a contradição e a duplicidade moral dos partidos que suportam esta minoria governamental.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, do PSD, dispondo de 3 minutos e 56 segundos.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Eu não resisto a comentar e reagir à intervenção do Sr. Deputado Miguel Cabrita, que falou de sentido de responsabilidade, sentido de Estado, ética, hipocrisia. Quem é o Partido Socialista, com um chorrilho de casos e casinhos…

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

… ao longo dos últimos oito anos, para se asseverar aqui de professor de religião e moral da democracia portuguesa?

Protestos do PS.

Sr. Deputado Miguel Cabrita, gastou 6 minutos do seu tempo a falar de um caso, de um partido enxameado de casos e casinhos, como foi o Governo do Partido Socialista.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — E sobre este caso? Nada?

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o Grupo Parlamentar do PSD acompanha a importância de se encetar um debate profundo sobre as leis que regulamentam a possibilidade

de pagamento de indemnizações a dirigentes e gestores públicos, conforme preconiza a Iniciativa Liberal neste seu projeto de resolução.

Comungamos da importância de averiguar e avaliar situações de indemnizações irregulares e aceitámos que estes dois propósitos podem ajudar a restaurar a confiança dos cidadãos na gestão da Administração Pública e no setor empresarial do Estado.

Ora, é alicerçado exatamente nestes dois propósitos que a Iniciativa Liberal recomenda ao Governo que, através da Inspeção-Geral de Finanças, se realize uma auditoria transversal a toda a Administração Pública.

Protestos da Deputada da IL Mariana Leitão.

Mas quando questionada sobre qual era o perímetro de referência «toda a Administração Pública», a resposta da Iniciativa Liberal não foi nada clarificadora. E esta circunstância, como já assinalámos, não é indiferente, desde logo do ponto de vista da dimensão daquilo que se está a pedir à Inspeção-Geral de Finanças.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, na administração direta do Estado há atualmente 15 747 dirigentes; na administração indireta do Estado há 2118 entidades públicas; e o setor empresarial do Estado central comporta 148 entidades.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, pedir à IGF que neste gigantesco universo avalie a legalidade das indemnizações ocorridas nos últimos 20 anos — repare-se bem, nos últimos 20 anos —, tratando-se de dirigentes da Administração Pública, e nos últimos 17 anos, tratando-se de gestores públicos, em todos os casos — repare-se bem, não é só em alguns — de passagem direta de um cargo de gestão pública para o outro, identificando as datas, os cargos, os montantes, as entidades, as personalidades envolvidas, é uma tarefa que duraria anos…

Protestos da Deputada da IL Mariana Leitão.

… e que consumiria toda, toda, mas mesmo toda a capacidade de ação da Inspeção-Geral de Finanças.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E qual é a solução?

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, mesmo partindo do pressuposto de que não é este o perímetro objeto da proposta da Iniciativa Liberal e que este fica circunscrito apenas e tão só à administração direta e indireta do Estado e ao setor empresarial do Estado, ainda assim, nós temos imensas dificuldades e temos sérias dúvidas, temos mesmo sérias dúvidas, de que esta exigente tarefa que a IGF teria de levar a cabo vai mesmo sacrificar as ações que estão planeadas e que já estão em execução por parte da Inspeção-Geral de Finanças.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Não tenho mais inscrições, Srs. Deputados.

Pausa.

Sr. Deputado Miguel Cabrita, tem a palavra, por 12 segundos, para uma intervenção.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ouvindo a intervenção que me precedeu, percebemos, então, que continuamos com zero explicações e zero consequências num dos casos que fundamenta o pedido da Iniciativa Liberal.

O que quero deixar claro é que o PS não acompanha o paralelismo entre casos que foi feito, não acompanhamos também qualquer ideia populista de uma suspeição generalizada sobre o Estado e os dirigentes, mas aceitamos, evidentemente, a necessidade de perceber se há situações que são menos próprias, e é nesse sentido que a proposta, na substância, não nos merece reparo.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para a intervenção de encerramento, dou a palavra ao Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O que vimos aqui pedir hoje é uma coisa muito simples. Perante o conhecimento de alguns casos graves, nós procuramos ter um maior conhecimento sobre aquilo que se passa no setor público.

O que nós tivemos aqui foi um exercício muito engraçado.

À esquerda, vieram-nos dizer: «Mas vocês não se preocupam com os bónus nas empresas privadas.» Ó Sr.ª Deputada, isto não é uma assembleia de acionistas de uma empresa privada, isto aqui é a Assembleia da República. Portanto, é normal que nos preocupemos com a coisa pública.

Aplausos da IL.

O Sr. Deputado do Livre viu nesta proposta uma motosserra qualquer. Eu sei que o Livre não gosta de motosserra, mas, se calhar, aquilo de que gosta mesmo é daqueles óculos de realidade virtual,…

Risos do Deputado do L Jorge Pinto.

… em que o Estado é muito eficiente, em que é possível trabalhar 20 horas por semana e receber o triplo do salário. É nisso que o Livre acredita.

Aplausos da IL.

Motosserras, não; óculos de realidade virtual, sim.

Mas a reação que mais me surpreendeu, tenho de confessar, foi a reação do PSD.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Oh!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — A posição do PSD é basicamente a seguinte: «Existem tantos casos de fraude neste País que o melhor é nem começar a investigar.

Aplausos da IL.

Aquilo é tão grande, existem tantos problemas neste País que nem vamos levantar essa pedra, sob o risco de descobrirmos demasiadas coisas.»

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não se consegue!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Isto é duplamente surpreendente,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso não é surpreendente, é desonesto! Nem parece seu!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — … porque, quando saiu o caso da secretária de Estado, foi feita uma pergunta para termos informação das indemnizações da CP, uma pergunta que foi respondida pelo Governo num tempo recorde. Em poucos dias, tivemos acesso a 400 casos de indemnizações da CP. Quem é que fez essa pergunta?

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — O PSD!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — O Grupo Parlamentar do PSD!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não tem nada a ver com isso!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — São os mesmos que agora, para defenderem a sua secretária de Estado, aceitaram perguntar a uma empresa pública, mas, para terem um conhecimento transversal, rejeitam.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Hugo Soares pede a palavra para uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Exatamente, Sr. Presidente, uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado. Tem 1 minuto.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, é mesmo uma interpelação para que a Mesa pudesse informar o Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto de duas coisas que, creio, são elementares.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso é uma intervenção!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Por isso, peço para a Mesa poder distribuir ao Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto aquilo que vou solicitar.

Em primeiro lugar, a intervenção do Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Jorge Paulo Famalicão!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … em nome do Grupo Parlamentar do PSD, que, em momento algum, disse aquilo que o Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto disse da tribuna, o que é manifestamente desonesto do ponto de vista político.

Em segundo lugar, peço à Mesa para informar o Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto do número de vezes que a Comissão de Economia, que é a comissão competente, se debruçou sobre o caso da Sr.ª Secretária de Estado, para que ele saiba que esta Assembleia nunca se furtou ao escrutínio de nada nem de ninguém.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, será distribuída a primeira intervenção do Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira. Quanto à segunda solicitação, vamos ver se temos condições para o fazer.

Protestos do Deputado da IL Carlos Guimarães Pinto e contraprotestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Joana, toma nota desta discussão para depois ires contar ao *Expresso*!

O Sr. **Presidente**: — Passamos ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

Antes disso, dou a conhecer à Câmara quem está a assistir aos nossos trabalhos ou quem também assistiu e, entretanto, saiu: um grupo de 120 alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Santo André, do Barreiro; um grupo de 47 alunos e professores da Escola Secundária Homem Cristo, de Aveiro; um grupo de 60 alunos e professores da Escola Básica El Rei D. Manuel I, de Alcochete; um grupo de 98 alunos e professores da Escola Secundária Alberto Sampaio, de Braga; um grupo de 30 alunos e professores da Escola Secundária do Restelo, de Lisboa, que estão nas respetivas galerias.

Aplausos gerais.

Vamos então iniciar o quinto ponto da ordem de trabalhos, que consiste na discussão, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 345/XVI/1.ª (CH) — Novo regime jurídico da lecionação e da organização da disciplina e área curricular de Cidadania e Desenvolvimento (CD) nos estabelecimentos dos ensinos básico e secundário, conjuntamente com os Projetos de Resolução n.os 601/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo o desenvolvimento e implementação de um novo referencial de educação para o bem-estar animal e que a educação para o bem-estar animal seja de caráter obrigatório na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, 611/XVI/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que reveja o conteúdo da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento e retire o seu conteúdo ideológico e 613/XVI/1.ª (BE) — Promover a educação para a cidadania e para o desenvolvimento.

Vou dar a palavra, para uma primeira intervenção, à Sr.ª Deputada Rita Matias, do Chega, que tem 6 minutos para o efeito. Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nos anos 90, Ana Benavente, que hoje é assumidamente uma eleitora do Bloco de Esquerda, era secretária de Estado do Governo de Guterres, que hoje é o rosto da decadente ONU (Organização das Nações Unidas) ou da decadente Agenda 2030. Mas não era nisso que me queria focar.

Foi neste Governo que se deram os primeiros passos para o assalto ideológico aos currículos escolares. Criaram, na altura, as disciplinas de Área de Projeto, Estudo Acompanhado e Formação Cívica. Estava, então, escancarada a porta para Tiago Brandão Rodrigues, o Ministro da Educação que conseguiu construir mais casas de banho mistas do que escolas, dar então asas à disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, que surgiu em 2017.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — O Brandão Rodrigues ficou-lhe no goto!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Que fique claro, o Grupo Parlamentar do Chega não está aqui a discutir disciplinas técnicas e científicas. Estamos, sim, a apontar baterias ao que é da esfera da subjetividade, da opinião ou, pior, ao que tem viés ideológico.

Meus caros, o Estado ensina, a família educa, e isto para nós é muito claro.

Aplausos do CH e do CDS-PP.

O problema é que esta disciplina fica na fronteira, e nós sabemos que, nos dias que correm, quem pisa a fronteira infelizmente sente aquela tentação de a ultrapassar e sente-se convidado a entrar.

A formação das crianças e dos jovens é, no entanto, demasiado séria. É que esta disciplina tem para nós dois grandes problemas na sua origem: em primeiro lugar, o currículo; em segundo lugar, a autonomia que cada escola tem para fazer o que quiser.

O currículo, porque está dividido em três tipos de blocos e, por isso, torna obrigatório o ensino da igualdade de género, que só por adotar a lógica de género já é uma forma ideológica de olhar algo tão básico e fundamental como a igualdade de todos os cidadãos perante a lei. Torna obrigatório o ensino sobre sexualidade, multiculturalismo — esta doutrina autofágica que persegue o homem heterossexual caucasiano — ou o ambientalismo, por exemplo, o maior pretexto para criarmos impostos, impostos, impostos. E — vejam! — deixa para último plano a literacia financeira, deixa para último plano a literacia política.

Por outro lado, a autonomia que é dada às escolas abre portas para que possam definir os materiais pedagógicos e quais os coletivos e ativistas que querem receber na sua escola. E é por isto que temos visto nas escolas inquéritos que perguntam a jovens de 10 anos qual é a sua orientação sexual e quantos parceiros sexuais já tiveram. Ou pior, fichas pedagógicas — como as que tenho aqui na minha mão — onde podemos ler perguntas como: quantas posições se fazem no sexo, porque é que as raparigas gostam de sexo oral ou como se faz amor.

Eu espero não estar a indignar-vos, porque se isto é indigno para aqui, mais indigno é para uma sala de aula, Srs. Deputados.

Aplausos do CH e do CDS-PP.

Isto não é competência da escola. Não há professor nenhum que esteja mandatado para falar sobre isto com crianças e jovens.

Srs. Deputados, que fique bem claro: quando o Chega for governo, nós vamos pegar nos ativistas que se passeiam no Ministério da Cultura e no Ministério da Educação e vamos dizer «*afuera*!» Nós vamos pegar no currículo de Cidadania e no enviesamento que agora vai marchando por Português, por História, por Geografia e vamos dizer «*afuera*!» Nós vamos olhar para as universidades e para aqueles institutos de investigação cheios de marxistas e bloquistas e dizer «*afuera*!»

Mas, por agora, olhamos para esta maioria que se diz de direita, e que esperamos que se percecione verdadeiramente como de direita, para fazer um muro forte contra a esquerda e contra a extrema-esquerda, e aprove, então, esta proposta do Chega que pede três coisas fundamentais: limpar da ideologia os currículos da escola; apertar os critérios para que quem leciona esta disciplina nas escolas ter, de facto, competências para tal;…

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Censura, é o que vocês querem!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — … e, por fim, que esta disciplina se torne opcional, para que nunca mais nenhuma família, como a família Mesquita de Guimarães, tenha de responder perante um tribunal por dizer algo tão simples como «não queremos que os nossos filhos sejam doutrinados numa escola».

Coragem, Deputados à direita, hoje podemos fazer a diferença!

Aplausos do CH e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção de apresentação da sua iniciativa, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP, que dispõe de 4 minutos para o efeito.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A educação dos filhos é um direito dos pais e não um direito do Estado. Este é um princípio fundamental do qual nós não abdicamos.

As crianças não são geradas pelo Estado, não são produto do Estado e muito menos são um brinquedo do Estado. As crianças são geradas pelos pais, são filhas dos pais e são educadas pelos seus pais.

O CDS já o diz há muito tempo, mas não somos os únicos. A Declaração Universal dos Direitos do Homem…

A Sr.ª **Joana Mortágua** (BE): — Direitos humanos!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … prevê expressamente a liberdade de os pais escolherem o género de educação que querem dar aos seus filhos. A Constituição protege a ação insubstituível dos pais na educação dos seus filhos e a mesma educação proíbe que o Estado programe ideologicamente a educação das nossas crianças.

Sr.as e Srs. Deputados, é precisamente da programação ideológica da educação que tratamos neste debate. Não tenhamos ilusões: a esquerda usa sempre uma linguagem estrambólica para tentar disfarçar o que quer efetivamente impor.

Mas nós não nos enganamos e não nos enganam a nós nem enganam o povo português. O que os senhores querem é usar a sala de aula como laboratório social, e o mais sinistro é que, no vosso esforço de reconstruir a sociedade, querem usar os mais indefesos, as nossas crianças, para impor uma agenda ideológica e isso é absolutamente inaceitável.

Querem exemplos? Eu dou-vos exemplos. Sabem quantas vezes a palavra «desconstruir» e «reconstruir» são citadas no *Guião de Educação Género e Cidadania*?

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

Nove vezes no pré-escolar, 28 vezes para crianças entre os 6 e os 9 anos e 35 vezes para o 2.º ciclo.

Srs. Deputados, isto é verdadeiramente uma overdose de género. E mesmo o pré-escolar não se safa.

Protestos da Deputada do PS Elza Pais.

O CDS não tem nada contra lecionar esta disciplina quanto à educação ambiental, valores constitucionais ou mesmo deveres cívicos. Isso é um sofisma.

Protestos do Deputado do PS Pedro Delgado Alves.

O CDS é contra doutrinar as crianças pequenas contra a vontade dos seus pais, sobre o género como construção social, sobre ideologia de género e sobre transsexualidade.

Srs. Deputados, deixem as nossas crianças crescer em paz.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o Primeiro-Ministro anunciou recentemente que pretende retirar as amarras ideológicas desta disciplina…

A Sr.ª **Elza Pais** (PS): — Amarras ideológicas?!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … e o Ministério da Educação confirmou que já iniciou a revisão desta disciplina.

Aplausos de Deputados do PSD.

O CDS aplaude entusiasticamente essa iniciativa. Por isso, apresentamos um projeto de resolução neste debate para retirar imediatamente o conteúdo ideológico de ideologia de género da disciplina de Cidadania.

Mas não vamos ficar por aqui. A esquerda gosta de desconstrução? Pois bem, daqui a 15 dias vamos continuar a desconstruir o wokismo…

A Sr.ª **Joana Mortágua** (BE): — Isso é uma frigideira, não é?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … em Portugal, pedindo a retirada do guia *Direito a Ser* nas escolas.

Este guia resulta de uma norma que foi considerada inconstitucional e cuja apreciação foi precisamente pedida por Deputados do CDS e do PSD. Nós, no CDS, não temos dúvidas:…

Protestos do Deputado do PS Pedro Delgado Alves.

… a educação não é doutrinação e muito menos imposição do Estado. A educação dos filhos é um direito das famílias e não pode ser uma imposição do Estado.

O CDS está onde sempre esteve: ao lado das famílias, ao lado dos pais e ao lado da educação e da liberdade de…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos de Deputados do PSD.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Já disse «desconstrução» três vezes!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para apresentar a iniciativa, a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O Chega não consegue ultrapassar a existência de uma disciplina de Cidadania e Desenvolvimento.

Aliás, a insistência em retirar uma eventual ideologia da disciplina de Cidadania é já um pouco triste e é um sinal claro de resistência a um ensino que promove o respeito pelos direitos humanos, pela diversidade e pela igualdade, valores que o Chega e, lamentavelmente, o CDS, ignoram, mas que a sociedade progressista não ignora.

Protestos da Deputada do CH Madalena Cordeiro.

E é por considerarmos essencial o respeito pelos direitos humanos e pela proteção animal e ambiental que apresentamos, mais uma vez, uma iniciativa que pretende preencher uma lacuna no cumprimento da legislação, concretamente em garantir a efetiva integração do bem-estar animal no currículo escolar.

Ainda que a lei preveja o bem-estar animal no âmbito da educação ambiental, esta disciplina tem sido sistematicamente relegada para um papel secundário, opcional. Apesar de, no 1.º Ciclo, haver já professores a lecionar estas matérias, precisamos de garantir que esta matéria esteja incluída com caráter obrigatório e que temos, de uma vez por todas, a sua regulamentação, o que não tem acontecido.

Está mais do que comprovado — e não estamos a falar de um tema menor — que a violência contra os animais está intimamente ligada à violência contra as pessoas e a educação é fundamental para alterar esta realidade, promovendo, desde cedo, o respeito por todas as formas de vida como um valor ético.

Aliás, cinco anos após a promulgação da lei que previa a inclusão do bem-estar animal no currículo escolar, foi desenvolvido um referencial de educação para o bem-estar animal que foi colocado em consulta pública em 2021, um documento limitado e utilitarista que falhava profundamente em promover o valor intrínseco da vida animal e que, por isso mesmo, nunca chegou a ver a luz do dia.

É, no nosso entender, imperativo que o bem-estar animal seja integrado de forma obrigatória no currículo escolar e que a sociedade, através da educação, aprenda a respeitar e proteger os animais como seres com direitos e dignidade, porque isto não pode ser uma mera nota de rodapé.

Esperamos, evidentemente, que as forças políticas do espectro democrático nos acompanhem e é por isso que o PAN não só traz esta iniciativa a debate como rejeita qualquer tentativa por parte de outras forças políticas que são anti direitos humanos. Porque sim, todas as crianças e todos os adolescentes têm o direito a ser e não apenas a ser aquilo que outros querem impor…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Pedia aos Srs. Deputados que estão de pé a conversar o favor de se sentarem. Só não interrompi a Sr.ª Deputada para não estragar o encadeamento do pensamento, mas estava a ver dificuldades na intervenção.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Agora podia dizer qual era o grupo parlamentar! Qual era?

O Sr. **Presidente**: — Vou repetir, parece que não se ouviu. Pedia aos Srs. Deputados que estão em pé o favor de se sentarem. São vários.

Tem a palavra, para apresentar o respetivo diploma, a Sr.ª Deputada Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda, dispondo de 4 minutos.

Pedia, por favor, aos Srs. Deputados para se sentarem.

Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: As crianças são…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não são do Estado!

A Sr.ª **Joana Mortágua** (BE): — … detentoras de direitos humanos onde quer que nasçam e são cidadãs quando nascem numa democracia.

Como cidadãs, a Constituição reconhece-lhes direitos e reconhece também que o Estado tem obrigações perante esses direitos.

A educação é um direito de todas as crianças e a educação universal e obrigatória tem objetivos definidos na Constituição. Ela deve contribuir para a igualdade de oportunidades, para a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, para o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade, de responsabilidade para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva.

É essa a obrigação do Estado e é esse o propósito do currículo nacional: promover a educação completa das crianças e do seu desenvolvimento.

A educação para a cidadania é parte importante deste currículo. É por isso que o Ministro da Educação defendeu que a educação para a cidadania não deve ser opcional e a identidade de género deve, sim, estar incluída na educação para a cidadania. E defendeu bem, é uma garantia que nós aplaudimos.

Aplausos do BE, do L e de Deputados do PS.

Há muitos conteúdos na educação para a cidadania que vão da educação para a literacia financeira até à segurança rodoviária. Há uma que verdadeiramente incomoda, que é a educação sexual, e é sobre ela que devemos falar.

As crianças devem ou não devem ter direito à educação sexual nas escolas? Poderia perguntar aos jovens que aqui estão, que certamente me dirão que sim.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Com 3 e 4 anos?!

A Sr.ª **Joana Mortágua** (BE): — Mas queria acrescentar um outro argumento. As crianças devem ou não devem aprender a defender-se de abusadores sexuais? As crianças devem ou não devem aprender a defender-se de quem quer abusar do seu corpo?

Aplausos do BE, do L e de Deputados do PS.

As crianças devem ou não devem aprender a diferença entre comportamentos de respeito para com o seu corpo por parte de adultos e comportamentos que são abusivos?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não nos tentem enganar!

A Sr.ª **Joana Mortágua** (BE): — Devem ou não devem aprender a distinguir entre um comportamento afetivo normal e um aliciamento para o abuso sexual de menores? Devem ou não devem aprender a defender o seu corpo e que o devem respeitar?

Aplausos do BE, do L e de Deputados do PS.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O género como construção social, é isso que vocês querem impôr!

A Sr.ª **Joana Mortágua** (BE): — Mais: a quem é que interessa, Sr.as e Srs. Deputados, que as crianças não aprendam isto?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Aos pais, que têm o direito a educar os filhos como entenderem!

A Sr.ª **Joana Mortágua** (BE): — A quem é que interessa que as crianças não aprendam sobre consentimento? A quem é que interessa que as crianças não aprendam a defender-se? A quem é que interessa que as crianças não aprendam a defender a sua dignidade sexual?

Aplausos do BE, do L e de Deputados do PS.

Acho que quando colocamos estas questões assim, sabendo nós que a maioria dos abusos sexuais de menores acontecem dentro da família, sabemos que não basta a família para que as crianças saibam defender-se dos abusos sexuais.

Aplausos do BE, do L e de Deputados do PS.

Protestos da Deputada do CH Rita Matias e do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

A Sr.ª **Joana Mortágua** (BE): — Sr.as e Srs. Deputados, isto não é opcional.

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Demagogia!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Doutrinação ideológica!

A Sr.ª **Joana Mortágua** (BE): — O direito das crianças a defenderem-se, a defender a sua dignidade, a sua integridade sexual, o seu corpo, a sua identidade, não é opcional.

Deixem as crianças em paz!

Aplausos do BE, do L e de Deputados do PS.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Ainda teve tempo de escrever este discurso depois de falar com o *Expresso*! És uma grande parlamentar, Joana!…

O Sr. **Presidente**: — Terminada esta fase da apresentação de diplomas, passamos às restantes intervenções. A primeira inscrição é da Sr.ª Deputada Rosário Gambôa, do Partido Socialista, que dispõe de 6 minutos para uma intervenção.

A Sr.ª **Rosário Gambôa** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O saber e a cidadania são elos interativos de uma democracia viva, de uma democracia atenta à ciência, às artes, à cultura, promotora do desenvolvimento da personalidade, da responsabilidade como base social da construção coletiva.

Compete à escola esta missão, garantindo a educação como direito fundamental para todos e compete às políticas públicas a geração de condições necessárias à sua efetivação.

A educação não é neutra de valores e princípios e estes não se aprendem no vazio, mas, sim, em interação com os outros informados pelo conhecimento e realizados em competências e atitudes.

É neste contexto que se compreende a área curricular da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento no ensino básico e secundário. E do que é que se trata? Segundo as linhas orientadoras que datam desde 2013 — e estão na DGE (Direção-Geral de Educação) —, a prática da cidadania constitui um processo participado, individual e coletivo, que apela à reflexão e à ação sobre os problemas sentidos por cada um e pela sociedade.

Quais são as dimensões deste tema? São os direitos humanos, a igualdade de género, a interculturalidade, a educação sexual, a educação ambiental, os *media*, o consumidor, o risco, o empreendedorismo ou as finanças.

Pergunto: serão irrelevantes estes conteúdos? Ou serão essenciais à formação de pessoas, de cidadãos num mundo contemporâneo, integrando como tal o currículo da escola para todos, de acordo com o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*? Ou serão estes conteúdos, ao invés, como expressam o Partido Chega e o CDS nas suas propostas, amarras e projetos ideológicos de fação, matérias de endoutrinamento que distorcem a identidade e os valores das crianças e jovens, pondo em causa o verdadeiro papel da escola e dos pais?

O CDS centra o seu ataque na denominada ideologia de género. O Chega acompanha, mas vai mais longe e denuncia a dita agenda ideológica, identificando-a nas diversas referências aos programas globais, como as alterações climáticas, os extremismos, as desigualdades, o acesso a bens essenciais, os direitos fundamentais e as crises humanitárias. Isto é ideológico. Fica claro, muito bem, ao que vem o Chega.

Sr.as e Srs. Deputados, os valores democráticos não são ideologias sectárias, não conduzindo alguém a uma doutrina ou ideias de forma acrítica ou a um endoutrinamento. São o seu oposto. A haver ideologia, então, essa é a ética dos direitos humanos, dos direitos fundamentais, das liberdades e garantias que a Constituição consagra.

As orientações metodológicas da disciplina — e o método é sempre importante — estruturam a área curricular de uma maneira bem definida: cada escola define a sua estratégia para a educação para a cidadania, e isto é autonomia; cada escola identifica e prioriza os domínios de educação para a cidadania a trabalhar em cada nível de educação, envolvendo, para o efeito, toda a comunidade e os pais; cada escola estipula ainda que, em todos estes níveis de operacionalização, o tratamento deve ser feito sempre em interligação com as disciplinas, densificando os conteúdos; e os referenciais de educação, que estão apresentados pelo Ministério da Educação, não são guias ou programas prescritivos, mas, sim, instrumentos de apoio que podem ser utilizados e adaptados em função das opções a definir em cada contexto.

Onde estão, pois, Srs. Deputados, as estratégias de endoutrinamento ou as amarras ideológicas? Seguramente, estão nos preconceitos enraizados, nas fobias, na ignorância que fabrica falsos conceitos como a ideologia de género, estão nos medos que presidem à motivação daqueles que, na incapacidade de aceitarem a diferença, que sempre existiu — hoje até algumas cientificamente reconhecidas —, invocam falsas dicotomias para refutar o dever de a escola universal incluir, não segregar, condenando à condição de não existência quem foge à regra dominante.

Mas a realidade não deixa de existir porque é negada. Cresce no escuro, na ignorância, sem acompanhamento, sem cuidado. A educação para a cidadania alicerça na promoção de competências cognitivas, pessoais, sociais, emocionais e conhecimento. E estas são as bases da autonomia, do pensar por si mesmo, da tolerância e do respeito.

A educação para a cidadania não é opcional; não é opcional à formação humanística, não é opcional à democracia e é mais urgente do que nunca.

Aplausos do PS, do BE e do L.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O que o Chega quer é atacar a escola pública, a escola de Abril, a escola dos direitos. O que verdadeiramente pretende é o regresso à escola do passado, do «ler, escrever e contar», ao obscurantismo e ao autoritarismo, onde não havia lugar nem estímulo ao espírito crítico, ao questionamento, muito menos era admitido qualquer tipo de participação.

A escola é um espaço de aprendizagem e de conhecimento, sim, mas é também um espaço de socialização, sendo um local onde provavelmente os estudantes passam mais tempo.

Por isso, a escola pública tem um papel determinante na promoção da participação democrática, da inclusão, dos valores da solidariedade e da igualdade, do respeito por todos e cada um, independentemente das características individuais, do combate a todas as discriminações e todas as formas de violência.

Digam lá, o que não querem que seja abordado na disciplina de Cidadania? Os direitos ou a igualdade entre os cidadãos? Os valores democráticos ou que não há lugar à discriminação em função da cor da pele, da orientação sexual, da origem ou das condições económicas e sociais, como determina a nossa Constituição?

O que o Chega não tolera é a escola enquanto espaço que contribui para o desenvolvimento integral do indivíduo,…

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Muito bem!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … que contribui para a emancipação individual e coletiva da juventude, dos trabalhadores, do povo, que questiona, que pensa, que age, porque isso impede a concretização do seu projeto reacionário e retrógrado e, por isso, defende uma escola que reproduza as desigualdades.

Nós defendemos uma escola pública, a escola de Abril, como fator de elevação do nível cultural da população, da formação integral do indivíduo, uma escola que rompa com a espiral de desigualdades, uma

escola sem discriminação, sem violência, uma escola da igualdade, dos direitos, de afirmação de uma cidadania plena e criadora de uma sociedade democrática.

O Estado tem de assumir a educação como vetor estratégico para o desenvolvimento do País, que atenda à multiplicidade e diversidade dos processos educativos e formativos contemporâneos e às dimensões a que estes necessitam de dar resposta, desde a competência profissional à qualificação, à cultura humanista e científico-técnica, à inovação e à criação, aos valores cívicos e humanos, que considere o conjunto da população portuguesa e desenvolva um sistema de educação permanente que integre e equilibre a educação inicial com o ensino e a formação contínua dos adultos e assegure um ensino da mais elevada qualidade para todos.

A educação e o ensino não são inseparáveis, pois a escola não se reduz à aprendizagem do escrever e contar. O direito à educação e ao ensino, tal como à cultura e ao desporto, é o direito de todos e de cada um à criatividade, ao pleno e harmonioso desenvolvimento das suas potencialidades, capacidades e vocações.

Aplausos do PCP.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr.ª Deputada?

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, gostaríamos de pedir a distribuição do Projeto de Lei n.º 345/XVI/1.ª (CH) — Novo regime jurídico da lecionação e da organização da disciplina e área curricular de Cidadania e Desenvolvimento (CD) nos estabelecimentos dos ensinos básico e secundário. É que, depois desta intervenção da Deputada Paula Santos, parece-nos claramente que o Partido Comunista Português não percebe o que é que está aqui em debate.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, será distribuído.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada Paula Santos pede a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, queria que ficasse bem claro neste debate que o PCP não só leu como percebe bem quais são os intuitos do Chega, e por isso é que não compactuamos…

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada, não lhe posso dar a palavra para responder…

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … com os pretextos para atacar a escola pública e para colocar em causa os valores da igualdade e da democracia.

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CH): — Teatreira! Sempre a manipular, a distorcer as coisas!

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada Paula Santos conhece bem as regras e as figuras regimentais, que eu sei.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: De que é que têm medo? De que é que têm medo, Sr.ªs e Srs. Deputados?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Que ponha em causa a liberdade de educação pelos pais!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — De termos uma disciplina transversal que ensina, que educa as nossas crianças, os nossos jovens e que fala de direitos humanos? Não têm medo de direitos humanos, espero. Que fala de educação ambiental, que ensina a reciclagem, que ensina as questões das alterações climáticas? Têm medo disto? Têm medo da democracia? Têm medo de que os jovens saibam que têm voz e quais as formas como podem participar, que conheçam as instituições democráticas?

Protestos do CH.

Se calhar, também têm medo disto. Têm medo da literacia financeira e do empreendedorismo? Têm medo do bem-estar animal? Têm medo de ensinar segurança rodoviária?

Protestos do CH.

Sei que não é disto que têm medo. Do que têm medo é da igualdade de género e do ensino da sexualidade. Eu sei que é disto que têm medo!

Aplausos do L, do BE e de Deputados do PS.

Protestos do CH.

Têm medo de que os jovens saibam o que é consentimento, têm medo de que saibam o que é uma relação saudável entre rapazes e raparigas, têm medo de que as pessoas saibam que as relações saudáveis são aquelas que se baseiam na confiança e no respeito.

Vozes do L: — Muito bem!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — É que eu tenho medo, sim, tenho medo das notícias e dos dados que nos mostram que a violência no namoro está a aumentar, que há jovens que acham normal controlar os telemóveis das namoradas e dos namorados,…

Protestos do CH.

… que acham normal controlar o que a namorada veste. Disso é que eu tenho medo! Disso é que eu tenho medo!

E tenho medo também da violência doméstica, Sr.ªs e Srs. Deputados.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Aqui falam tanto da violência doméstica e depois querem retirar a ferramenta que na escola permite contrariar a violência doméstica naquilo que é estrutural, que é garantir aprendizagens sobre igualdade de género e sobre sexualidade. Isso é fundamental para combater a violência doméstica.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Têm medo também que os nossos jovens saibam que podem ser quem são, podem amar quem amam e têm, por isso, o direito a ser aceites e a sentir-se seguros em todo o lado. É disso que têm medo?

Protestos do CH.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — A educação pelos pais vem na Constituição da República Portuguesa!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Porquê é que têm medo disto? Deixar as crianças em paz é dar-lhes todas as ferramentas para serem…

Protestos do CH e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada, desculpe-me interrompê-la.

Srs. Deputados, uma coisa é um aparte, outra coisa é impedir que a oradora fale.

Vozes do PS e do L: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Portanto, comigo qualquer ideia e qualquer opinião têm aqui espaço para serem discutidas e não vou permitir que se condicione o debate democrático com apartes que não são apartes.

Aconselho os Srs. Deputados a lerem o que é um aparte. Um aparte é uma expressão de concordância ou de discordância, não é um boicote a uma intervenção.

Aplausos do PS e da IL.

Enquanto eu for Presidente, assim será, pelo menos tentativamente, sempre.

Queira continuar, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

É que, de facto, o medo, depois, acaba por exaltar. É por isso que se veem estas exaltações.

Deixar as crianças em paz é dar-lhes todas as ferramentas para serem felizes, venham de onde vierem, tenham a família que tiverem, e a escola deve dar e deve reforçar essas ferramentas.

Da bancada do Chega já nada nos surpreende, porque promovem ativamente o ódio, promovem o desrespeito por toda a gente, como, aliás, se viu ontem aqui no Plenário.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — É o que está a fazer agora!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Mas o problema são os partidos democráticos.

O Primeiro-Ministro disse, no Congresso do PSD, que ia libertar a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento das amarras ideológicas,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E bem!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — … sem dizer que amarras eram essas. Nós já desconfiávamos e agora sabemos: querem abolir o direito a ser na escola, que é o direito a todas as pessoas se sentirem seguras na escola.

Vozes da IL e de Deputados do PS: — Muito bem!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr.as e Srs. Deputados, nós sabemos quais são as amarras e as amarras aqui não estão na disciplina de cidadania, estão à volta do PSD e do CDS. São as amarras, os tentáculos da extrema-direita, do ódio e do desrespeito.

Aplausos do L, do BE e de Deputados do PS.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — A educação cabe aos pais!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — E, portanto, sim, essas amarras podem sufocar os partidos, o PSD e o CDS, mas o problema é que estão a pôr em perigo crianças e famílias, e isso é que nós não admitimos.

Aplausos do L, do BE e de Deputados do PS.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Os Deputados do Chega devem ser menos do que os Deputados do Livre! Vocês nem dormem a pensar em nós!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Patrícia Gilvaz, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.ª **Patrícia Gilvaz** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O que estamos a transmitir e a ensinar às nossas crianças e aos nossos jovens? A grande questão do debate de hoje não é se devemos ter uma disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, mas, sim, o que estamos a ensinar nessa disciplina e com que propósito.

Os jovens devem sair da escola preparados para a vida real, com capacidade para tomar decisões informadas, aproveitar oportunidades e compreender os seus direitos e deveres, mas para isso precisam de conhecimento sobre o mundo do trabalho, sobre o empreendedorismo, sobre o valor das instituições e participação democrática, precisam de literacia financeira, jurídica, digital, política.

O que temos hoje é uma disciplina que se afasta destas prioridades. A liberdade também se transmite e isso significa garantir que a escola é um espaço de conhecimento e não de doutrinação.

Ideologia não é ensinar finanças pessoais, ideologia é impedir que os jovens aprendam a gerir o seu próprio dinheiro; ideologia não é ensinar o funcionamento das instituições democráticas, ideologia é esconder dos jovens os mecanismos da participação democrática.

A disciplina de cidadania deve ser uma ferramenta para formar jovens autónomos, críticos e conscientes do seu papel na sociedade e não pode ser um veículo de imposição de visões fechadas sobre o mundo.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

A Sr.ª **Patrícia Gilvaz** (IL): — Se queremos um ensino de qualidade, temos de apostar no que realmente faz falta: conhecimento sobre o Estado e os seus organismos, saúde, direitos humanos, literacia financeira, digital, política, empreendedorismo. Sem isso, a escola falha na sua missão de preparar cidadãos livres e responsáveis.

Sr.as e Srs. Deputados, o problema não está em ensinar a cidadania, o problema está num Estado que desconfia dos cidadãos ao ponto de querer decidir por eles, de os proteger da responsabilidade em vez de os capacitar para a liberdade. A escola tem de abrir portas para a autonomia, não limitar pensamento e escolhas.

Ensinar cidadania é ensinar a pensar, não a obedecer, e é por isso que defendemos uma disciplina que prepare, que liberte e que capacite e nunca que imponha limite ou controlo. Mas, para isso, as escolas não podem ser estanques, não podem estar cristalizadas no tempo, devem ter a capacidade e o realismo de, a todo o momento, se adaptarem às dinâmicas da sociedade, aos novos desafios que se apresentam, apontando, adaptando e acrescentando áreas de conhecimento.

Sr.as e Srs. Deputados, a democracia exige cidadãos informados, uma escola que ensina e capacita para a liberdade, para a autonomia e para a responsabilidade. Só assim teremos uma educação de qualidade, plural e que prepare os cidadãos para o futuro.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês Barroso, do PSD. Dispõe de 6 minutos.

A Sr.ª **Inês Barroso** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: «A educação para a cidadania visa contribuir para a formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres em diálogo e no respeito pelas outras, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo, tendo como referência os valores dos direitos humanos», cito o *site* da Direção-Geral da Educação.

No contexto escolar, a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento objetiva promover o desenvolvimento de competências cívicas e sociais nos alunos, preparando-os para serem cidadãos ativos e responsáveis. Ela vai além do ensino tradicional de conteúdos curriculares e visa fomentar uma compreensão profunda sobre os direitos, deveres e valores que sustentam a convivência em sociedade.

Através desta disciplina, os alunos são incentivados a refletir sobre temas como justiça e igualdade, democracia, direitos humanos, sustentabilidade e ética, entendendo o papel crucial que desempenham na construção de uma sociedade mais justa e participativa. Em suma, a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento ajuda a promover a educação pela cidadania ativa, incentivando os alunos a expressar as suas opiniões, a tomar decisões informadas e a resolver conflitos de forma pacífica, ou seja, formando cidadãos capazes de agir responsável e construtivamente para uma sociedade democrática inclusiva e sustentável.

Sr.as e Srs. Deputados, em Portugal, no reconhecimento da importância da aquisição de conhecimentos e competências nesta área e no princípio de que o contexto escolar é, por excelência, educativo e formativo no âmbito da matéria em análise, foi criada a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania em convergência com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e com as aprendizagens essenciais, tendo sido constituído um grupo de trabalho que teve como missão normalizar a sua operacionalização no currículo escolar.

Os referenciais da disciplina constituem-se como referências para os domínios identificados por nível de ensino, assumem-se como programas prescritivos, respeitando e fomentando que possam ser utilizados no âmbito da autonomia dos agrupamentos de escolas ou das escolas não agrupadas.

Constatamos, pois, que o nosso País está alinhado com os princípios nacionais e internacionais e que hoje a discussão da matéria assenta, efetivamente, no conteúdo e não na forma. O que está em causa é como são abordadas as temáticas, com que intuito ou mesmo com que objetivo: estamos a formar para quê? Para desmistificar ou adensar dogmas ideológicos?

Paremos para pensar, Srs. Deputados. É sobre este paradigma que nos devemos debruçar e é neste paradigma que o Governo, desde o seu início em funções, se comprometeu a trabalhar e tem cumprido. Não é um Governo de anúncios sem consequências, já nos bastaram anos de medidas socialistas e de geringonça. O nosso Governo está a executar.

O Governo não ignorou os sinais de preocupação que lhe foram transmitidos pela comunidade educativa, e até pela sociedade civil, em relação a alguns conteúdos de educação e cidadania e à forma como estão a ser lecionados. Atendeu, inclusive, à própria Confederação Nacional das Associação de Pais, que admitiu a necessidade de revisão dos conteúdos. Não, Srs. Deputados, o Governo não ficou indiferente, o Governo reagiu e está a agir.

O Sr. Primeiro-Ministro assumiu que quer libertar a disciplina de amarras ideológicas, sim. O Sr. Ministro da Educação, Ciência e Inovação, ainda em setembro último, comunicou que, e passo a citar, «sendo um assunto que gera algum mal-estar nas famílias, sobretudo em relação a determinados conteúdos lecionados de determinada maneira, em particular em idades mais iniciais de 1.º e 2.º ciclos, então vamos olhar com atenção para isto».

Para provar que palavra dada é palavra honrada, como é apanágio no Governo da Aliança Democrática, o Ministério da Educação, Ciência e Inovação já comunicou que, atualmente, se encontra em curso a avaliação externa das aprendizagens essenciais para que as decisões a tomar no âmbito da disciplina sejam sustentadas.

Aplausos do PSD.

O Ministério pondera rever os conteúdos desenvolvidos, aprendizagens e referenciais dos domínios, bem como a adequabilidade de outros recursos para as escolas disponíveis no portal da DGE. E se dúvidas subsistem no que concerne à formação de professores para a lecionação da disciplina, deixo os dados atuais: de janeiro de 2024 até ao final do presente trimestre, foram realizadas 28 ações de formação, em 43 turmas, num total de 1275 professores formados.

Ainda se equaciona o que está a ser feito na formação? Claro é, e temos consciência disso, que deverá ser feito mais, mas o importante, Srs. Deputados, é fazer melhor.

Nos termos atuais, em que parece só interessar a quantidade — o número de iniciativas, o repetir o que o outro já fez, o fazer mais e mais —, o nosso Governo desafia-nos à ponderação, a fazer melhor, a tomar decisões e desenvolver medidas e programas com base em dados reais, em não copiar o erro pelo erro, em não fazer a metro, em adequar políticas às realidades nacionais.

Saibamos honrar as crianças e os jovens do nosso País, saibamos respeitar professores, pais e encarregados de educação, saibamos deixar trabalhar quem está empenhado em fazer melhor, saibamos contribuir para a democracia moderada e responsável em Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Rodrigo Saraiva.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada tem um pedido de esclarecimento do Grupo Parlamentar do Chega, que será feito pela Sr.ª Deputada Madalena Cordeiro.

Para o pedido de esclarecimento, a Sr.ª Deputada ainda tem 1 minuto e 47 segundos e, depois, para a possível resposta, o Grupo Parlamentar do PSD ainda tem 3 segundos e a tolerância.

Sr.ª Deputada Madalena Cordeiro, tem a palavra.

A Sr.ª **Madalena Cordeiro** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Inês Barroso, ouvi o seu discurso com muita atenção, mas há algo que fica por esclarecer: como irá votar a bancada do PSD o projeto de lei do Chega?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Contra!

A Sr.ª **Madalena Cordeiro** (CH): — Mais: porque é que estão a vir a este debate sem uma proposta própria, tendo em conta o que Luís Montenegro disse no Congresso do PSD? É que falta perceber se há convicção nesta matéria ou se pretendem apenas esvaziar politicamente o Chega, sabendo que esta é uma das suas bandeiras.

Referem agora querer tirar a ideologia dos currículos de cidadania, mas onde estiveram ao longo dos últimos anos? Honestamente, este Governo mais perece um cata-vento: cada ministro, cada opinião; cada audição, cada opinião.

Vozes do CH: — Muito bem!

A Sr.ª **Madalena Cordeiro** (CH): — Luís Montenegro fala de doutrinação nas escolas, mas o Ministro da Educação relativizou o tema e diz que espera o resultado de avaliações externas. O que é que o PSD precisa de ver e ainda não viu que é claro?

Sr.ª Deputada, peço-lhe: não fiquem em cima do muro. Estar em cima do muro, nesta matéria, não é sensatez, é medo. Sensatez é afirmar que uma mulher é uma mulher e que um homem é um homem,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Madalena Cordeiro** (CH): — … sensatez é afirmar que a escola ensina e a família educa. Não fazer nada para proteger as nossas crianças da doutrinação a que são sujeitos nas escolas é precisamente o oposto à sensatez, é cobardia.

Uma postura dúbia da parte do PSD só explica o avanço civilizacional da esquerda. Não há dúvidas de que, até o Chega a existir, a direita vivia refém da extrema-esquerda.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Vá estudar!

A Sr.ª **Madalena Cordeiro** (CH): — Por fim, se por acaso hoje até já concorda com o que o Chega diz há anos, então desafio o PSD a dar mais espaço e a reconhecer que a ideologia não está só no currículo de cidadania, está em todas as disciplinas e, por isso, esta reforma tem de ser mais estrutural. Estão dispostos a libertar as nossas crianças?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês Barroso.

A Sr.ª **Inês Barroso** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Madalena Cordeiro, muito obrigada pela sua pergunta.

Obviamente, o Grupo Parlamentar do PSD votará contra o projeto de lei do Chega. E porquê? Bem nos tentam empurrar para os extremos, mas o Partido Social Democrata é um partido de responsabilidade, de moderação e de respeito pela dignidade…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção, até 6 segundos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

A Sr.ª **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente: A minha intervenção é breve e apenas porque, quando falei da importância da educação sexual, muitos Deputados referiram que há uma idade limite mínima para isso. Fui à página de *internet* da PJ (Polícia Judiciária) sobre abuso sexual de crianças e não recomendo a ninguém a leitura sobre a idade mínima em que começam os abusos sexuais: 5 anos, 6 anos, 7 anos, 10 anos…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do BE, do L e de Deputados do PS.

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.

O Sr. **Presidente**: — Dou a palavra à Sr.ª Deputada Isabel Moreira para uma intervenção. Tem 1 minuto e 15 segundos. Faça favor.

A Sr.ª **Isabel Alves Moreira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A Constituição, a nossa, como outras posteriores aos horrores da II Guerra Mundial, não é neutra, fez uma opção pela República não confessional, assente na dignidade de todos, na igualdade e na liberdade.

Os nossos direitos fundamentais são contramaioritários e nenhuma maioria conjuntural pode decidir que uma pessoa por ser negra, homossexual, mulher, portadora de deficiência, judia, pobre ou imigrante tem menos direitos.

É por isso que o artigo 13.º, n.º 2, da Constituição enumerou estas categorias, entre outras, como categorias suspeitas. É, à partida, inconstitucional discriminar em função delas, porque a história mostrou-nos brutalmente

o que foi feito a essa categoria de pessoas. E é também por isso que a Constituição obriga o Estado a promover a educação de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade.

A escola não é neutra no sentido em que a escola está vinculada à Constituição, que fez uma opção clara: a igualdade está certa, a desigualdade está errada. Os jovens, as crianças, não são propriedade dos pais e têm o direito de receber ferramentas para viverem livres e em paz, sem *bullying*, sem ciúme, sem racismo, sem homofobia, sem sexismo, sem desprezo, sem abuso, sem aliciamento.

Aplausos do PS, do BE e do L.

O Chega acha a Constituição sensível porque não quer esta democracia, portanto, tudo normal: o Chega quer deseducar para normalizar o ódio. O ataque à disciplina de Cidadania…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS e do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para a intervenção de encerramento, tem a palavra a Sr.ª Deputada Madalena Cordeiro, do Chega, que dispõe de 2 minutos e 4 segundos.

A Sr.ª **Madalena Cordeiro** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No final deste debate gostava de perguntar se já pensaram que, desde que a atual disciplina foi implementada, a violência no namoro e as relações abusivas aumentaram entre os jovens. É por isso que seria razoável, e que temos mesmo de defender, uma disciplina de Cidadania diferente.

Quando a abstenção em Portugal representa 50 % da população, precisávamos de uma disciplina de Cidadania que apostasse na literacia política. Quando a maioria dos jovens sai da escola sem saber o que é o IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares), sem saber como adquirir uma casa ou celebrar o contrato mais básico, quer com o banco quer com o senhorio, precisávamos de uma disciplina de Cidadania que apostasse na literacia financeira.

Quando vemos que a classe política portuguesa discute política como quem vive num *reality show*,…

Risos do BE, do PCP e do L.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Ai, é?!

A Sr.ª **Madalena Cordeiro** (CH): — … como a «casa dos degredos», precisávamos de uma Cidadania que apostasse no conhecimento dos valores constitucionais.

Aplausos do CH.

Mas a par disto, a par de uma disciplina de Cidadania voltada para a literacia financeira, para a literacia política e para os valores constitucionais, poderíamos ter uma disciplina voltada para a promoção da família,…

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Madalena Cordeiro** (CH): — … esta que é a fonte das relações mais importantes na nossa vida.

Promover famílias fortes é reconhecer os dados que nos dizem que crianças que nascem num lar unido têm menos predisposição para a delinquência, têm menos predisposição para a depressão, para o consumo de substâncias, e têm menos predisposição precisamente para relações abusivas e violentas. Só por isto valeria a pena promover a família. É que promover a família é demograficamente, financeiramente e socialmente mais sustentável.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Madalena Cordeiro** (CH): — E, Srs. Deputados, tudo isto seria o que uma maioria de direita — da verdadeira direita — faria sem pestanejar e sem pedir autorização à esquerda. No entanto, como sabemos como esta maioria se posiciona ou se perceciona, Srs. Deputados, pedimos o que é mais básico e basilar, o que pode ser consensual. Pedimos que a disciplina de Cidadania seja facultativa e vazia de conteúdo ideológico,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Madalena Cordeiro** (CH): — … para garantir duas coisas: que há liberdade na sua frequência e que a mesma enriquece o aluno e não formata o seu modo de ver o mundo, através de lentes geralmente marxistas.

O mundo é mais bonito do que isso.

Aplausos do CH.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sabes lá o que é o marxismo!

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Estão em grande, vocês!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Já viste, eu tão bem acompanhado aqui e tu aí tão mal-acompanhado!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos então passar ao ponto das votações.

Peço aos serviços para fazerem a verificação do quórum e aos Srs. Deputados o favor de se registarem — incluindo eu próprio.

Pausa.

Algum dos Srs. Deputados teve dificuldade no respetivo registo?

O Sr. **João Vale e Azevedo** (PSD): — Sr. Presidente, não me consegui inscrever.

O Sr. **Presidente**: — Fica agora registado, Sr. Deputado.

Pausa.

O Sr. Deputado não inscrito Miguel Arruda também não se tinha conseguido inscrever. Fica agora registado, Sr. Deputado.

Pausa.

Srs. Deputados, entretanto, só estou aqui a fazer um ligeiro compasso de espera, porque não está presente nenhum dos Deputados do CDS-PP, o que me parece um bocado estranho.

Pausa.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Deixem o CDS em paz!

O Sr. **Presidente**: — A Mesa tem a informação de que um dos Deputados desse grupo parlamentar está a chegar.

Pausa.

Tenho tido tolerância também com outros grupos parlamentares,…

Vozes do BE: — Quais?!

O Sr. **Presidente**: — … quando às vezes acontece situação semelhante.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Não me lembro de acontecer…

Pausa.

Entretanto, o Deputado do CDS-PP Paulo Núncio entrou na Sala.

Risos e aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Peço aos serviços o favor de registarem também a presença do Sr. Deputado Paulo Núncio.

Temos, assim, quórum deliberativo, com 200 Srs. Deputados presentes, pelo que vamos começar as nossas votações. Peço então a atenção de todos, para que as votações possam decorrer com máxima celeridade.

Começamos por votar o Projeto de Resolução n.º 666/XVI/1.ª (PAR) — Deslocação do Presidente da República ao Brasil.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, da IL, do BE, do PCP, do L, do CDS-PP e do PAN e os votos contra do CH e do Deputado não inscrito Miguel Arruda.

Segue-se a votação do Projeto de Resolução n.º 568/XVI/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que dê seguimento ao processo de revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, da IL, do L e do PAN e as abstenções do CH, do BE, do PCP, do CDS-PP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda.

Votamos, agora, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 328/XVI/1.ª (PS) — Estabelece o regime jurídico dos estudantes com necessidades educativas específicas no ensino superior.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, do BE, do PCP, do L, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e as abstenções do PSD, da IL e do CDS-PP.

O projeto baixa, assim, à 8.ª Comissão.

Votamos, também na generalidade, o Projeto de Lei n.º 470/XVI/1.ª (CH) — Pela promoção da inclusão dos jovens com necessidades educativas específicas no ensino superior.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do PS, os votos a favor do CH, da IL e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e as abstenções do BE, do PCP, do L, do CDS-PP e do PAN.

Temos, agora, a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 477/XVI/1.ª (L) — Inclui nas competências da A3ES a avaliação das condições de acessibilidade na frequência de alunos com necessidades educativas específicas.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, da IL, do BE, do L, do CDS-PP e do PAN e as abstenções do CH, do PCP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda.

O diploma baixa, assim, à 8.ª Comissão.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O NIMA (não inscrito Miguel Arruda) alguma vez vota diferente do Chega?!

O Sr. **Presidente**: — Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 479/XVI/1.ª (L) — Cria o estatuto do estudante do ensino superior com necessidades educativas específicas.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN, os votos contra do CH e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e as abstenções do PSD e do CDS-PP.

O projeto baixa, por isso, à 8.ª Comissão.

Votamos, ainda, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 598/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda a adoção de medidas de inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais no ensino superior.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, da IL, do BE, do PCP, do L, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e as abstenções do PSD e do CDS-PP.

Este projeto baixa também à 8.ª Comissão.

Temos, agora, para votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 603/XVI/1.ª (L) — Recomenda a criação de fundo nacional para a inovação, acessibilidade e inclusão pedagógica no ensino superior.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do BE, do PCP, do L e do PAN e as abstenções do PS, do CH, da IL e do Deputado não inscrito Miguel Arruda.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 608/XVI/1.ª (PCP) — Por um ensino superior inclusivo.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do BE, do PCP, do L e do PAN e as abstenções do PS, do CH, da IL e do Deputado não inscrito Miguel Arruda.

Votamos agora, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 612/XVI/1.ª (BE) — Promoção do direito à vida independente dos estudantes com necessidades educativas específicas.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, do BE, do PCP, do L, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção da IL.

O diploma baixa, assim, à 8.ª Comissão.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O Chega vota sempre com o Bloco!

O Sr. **Presidente**: — Votamos, agora, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 111/XVI/1.ª (BE) — Tolerância zero aos paraísos fiscais para travar o crime fiscal e a corrupção.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do BE, do PCP, do L e do PAN e as abstenções do CH e do Deputado não inscrito Miguel Arruda.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 47/XVI/1.ª (PCP) — Obriga a comunicação e cria a contribuição especial sobre transações financeiras para paraísos fiscais.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do BE, do PCP, do L e do PAN e as abstenções do CH e do Deputado não inscrito Miguel Arruda.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 471/XVI/1.ª (PAN) — Altera o Código dos Contratos Públicos por forma a criar mecanismos que limitem a perda de recursos públicos para paraísos fiscais.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do BE, do PCP, do L e do PAN e as abstenções do PS, do CH e do Deputado não inscrito Miguel Arruda.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 478/XVI/1.ª (L) — Altera o Código dos Contratos Públicos alargando os impedimentos à contratação às entidades domiciliadas em paraísos fiscais.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do BE, do PCP, do L, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e as abstenções do PS e do CH.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 3/XVI/1.ª (PCP) — Regime de dedicação exclusiva no Serviço Nacional de Saúde.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL, do CDS-PP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda, os votos a favor do BE, do PCP, do L e do PAN e a abstenção do PS.

Ponho agora à votação, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 468/XVI/1.ª (BE) — Cria o regime de exclusividade no Serviço Nacional de Saúde e procede à alteração do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, do CDS-PP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda, os votos a favor da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN e a abstenção do PS.

Também na generalidade, vamos votar o Projeto de Lei n.º 473/XVI/1.ª (PAN) — Aprova o regime de dedicação exclusiva aplicável aos profissionais de saúde.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL, do CDS-PP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda, os votos a favor do BE, do L e do PAN e as abstenções do PS e do PCP.

Temos, de seguida, a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 483/XVI/1.ª (CH) — Torna mais atrativo o regime de dedicação plena e revoga a figura de Diretor Executivo do SNS.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, da IL, do BE, do L, do CDS-PP e do PAN, os votos a favor do CH e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e a abstenção do PCP.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 607/XVI/1.ª (L) — Recomenda ao Governo a revisão do regime de dedicação plena no Serviço Nacional de Saúde.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PS, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do BE, do L e do PAN e as abstenções do PSD, do CH, do PCP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda.

Seguimos com a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 46/XVI/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que transponha a Diretiva (UE) 2021/2167, protegendo as pessoas que veem os seus créditos cedidos a terceiros.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do PCP, do L e do PAN, os votos contra do PSD e do CDS-PP e as abstenções do CH, da IL, do BE e do Deputado não inscrito Miguel Arruda.

O projeto de resolução baixa à 5.ª Comissão.

Prosseguimos com a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 475/XVI/1.ª (BE) — Regime de proteção dos consumidores na alienação de créditos a terceiros.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do BE, do PCP, do L e do PAN e as abstenções do PS, do CH, da IL e do Deputado não inscrito Miguel Arruda.

Vamos agora votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 600/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda a criação de mecanismos de proteção e salvaguarda de detentores de créditos não produtivos.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, o voto a favor do PAN e as abstenções do PS, do CH, do BE, do PCP, do L e do Deputado não inscrito Miguel Arruda.

Vamos passar à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 614/XVI/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que proceda à transposição da diretiva europeia relativa aos gestores de créditos e aos adquirentes de créditos e que consagre um direito de preferência nas operações de transferência de crédito.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do BE, do PCP, do L e do PAN, os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP e as abstenções do CH e do Deputado não inscrito Miguel Arruda.

O projeto de resolução baixa à 5.ª Comissão.

De seguida, vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 572/XVI/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que distribua as verbas pelas unidades que viram candidaturas aprovadas para a construção de novas camas, por forma a não perder os fundos por incumprimento das metas.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL, do BE, do PCP, do L, do CDS-PP, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e os votos contra do PS.

O projeto de resolução baixa à 9.ª Comissão.

Vamos passar à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 573/XVI/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que atualize os valores dos apoios a pagar às unidades de cuidados continuados integrados.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL, do BE, do PCP, do L, do CDS-PP, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e a abstenção do PS.

O projeto de resolução baixa à 9.ª Comissão.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 481/XVI/1.ª (CH) — Altera a Lei n.º 52/2012, de 5 de setembro (Lei de Bases dos Cuidados Paliativos), estabelecendo o número mínimo de camas por milhão de habitantes em unidades de cuidados paliativos.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS e da IL, os votos a favor do CH, do CDS-PP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e as abstenções do BE, do PCP, do L e do PAN.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 596/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que garanta o alargamento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e a melhoria da sua capacidade de resposta.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O projeto de resolução baixa à 9.ª Comissão.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 602/XVI/1.ª (BE) — Reforço da oferta pública em cuidados continuados integrados.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do BE, do PCP, do L, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e a abstenção do PS.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 604/XVI/1.ª (L) — Recomenda ao Governo a melhoria da capacidade de resposta das consultas ao domicílio através da adoção de modelos inovadores de prestação de cuidados continuados.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O projeto de resolução baixa à 9.ª Comissão.

De seguida, votamos, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 605/XVI/1.ª (L) — Recomenda ao Governo a expansão da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O projeto de resolução baixa à 9.ª Comissão.

Ponho agora à votação, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 609/XVI/1.ª (PCP) — Desenvolvimento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH, da IL, do BE, do PCP, do L, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e a abstenção do PS.

Passamos à votação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 46/XVI/1.ª (ALRAA) — Alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PS, do CH, da IL, do BE, do PCP, do L, do CDS-PP, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e a abstenção do PSD.

A proposta de lei baixa à 12.ª Comissão.

Votamos agora, também na generalidade, o Projeto de Lei n.º 361/XVI/1.ª (IL) — Alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos (CDADC).

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, da IL, do BE, do PCP, do L, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e as abstenções do PSD e do CDS-PP.

O projeto de lei baixa à 12.ª Comissão.

Prosseguimos com a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 474/XVI/1.ª (PAN) — Altera o Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos por forma a assegurar a valorização do sector da rádio.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL, do L e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do BE, do PCP, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e a abstenção do PS.

A Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes pede a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, queríamos anunciar uma declaração de voto escrita sobre esta última votação.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr.ª Deputada.

Vamos agora votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 523/XVI/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a mediação nas negociações entre a AD EDIT e os representantes das bandas filarmónicas e outras entidades utilizadoras de partituras musicais, e o apoio às bandas filarmónicas no acesso à cultura e ensino musical.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, do CH, da IL, do CDS-PP, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e as abstenções do BE, do PCP e do L.

O projeto de resolução baixa à 12.ª Comissão.

De seguida, vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 161/XVI/1.ª (IL) — Recomenda ao Governo que solicite à IGF uma auditoria às indemnizações a administradores e dirigentes de cargos públicos e setor empresarial do Estado.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, da IL, do BE, do L, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e as abstenções do PSD, do PCP e do CDS-PP.

O projeto de resolução baixa à 5.ª Comissão.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 345/XVI/1.ª (CH) — Novo regime jurídico da lecionação e da organização da disciplina e área curricular de Cidadania e Desenvolvimento (CD) nos estabelecimentos dos ensinos básico e secundário.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, do BE, do PCP, do L e do PAN e os votos a favor do CH, da IL, do CDS-PP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 601/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo o desenvolvimento e implementação de um novo referencial de educação para o bem-estar animal e que a educação para o bem-estar animal seja de caráter obrigatório na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento.

Submetido à votação, verificou-se um empate, tendo-se registado os votos a favor do PS, do BE, do L e do PAN, os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP e as abstenções do CH, do PCP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda.

Temos de pedir a um *partner* da IL para nos vir ajudar a fazer as contas. *Pro bono*, *pro bono*!

Risos.

Srs. Deputados, dada a situação de empate registada pela Mesa, vamos proceder a uma segunda votação do projeto de resolução.

Submetido a nova votação, verificou-se o mesmo resultado.

Srs. Deputados, tendo-se verificado novo empate, o projeto de resolução foi rejeitado, ao abrigo do artigo 99.º do Regimento.

O Sr. Deputado Pedro Pinto pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, é para anunciar que apresentaremos uma declaração de voto escrita sobre esta votação.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

Votamos agora, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 611/XVI/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que reveja o conteúdo da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento e retire o seu conteúdo ideológico.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PS, do BE, do PCP, do L e do PAN, os votos a favor do CH, da IL, do CDS-PP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e a abstenção do PSD.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — A esquerda toda! Isto é uma medalha para nós!

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 613/XVI/1.ª (BE) — Promover a educação para a cidadania e para o desenvolvimento.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL, do CDS-PP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e os votos a favor do PS, do BE, do PCP, do L e do PAN.

As votações que vão desde a última da página 14, Projeto de Resolução n.º 162/XVI/1.ª (PSD), até à página 16, Projeto de Resolução n.º 610/XVI/1.ª (CDS-PP), saem do guião, porque vão ser objeto de debate no ponto seguinte da ordem do dia.

Então, avançamos para a votação do Projeto de Lei n.º 443/XVI/1.ª (PS) — Procede à alteração dos limites territoriais entre a freguesia de Pernes, a União das Freguesias de São Vicente do Paúl e Vale de Figueira e a União das Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém, do município de Santarém.

Podemos fazer a votação na generalidade, na especialidade e final global ao mesmo tempo?

Dizem-me que sim.

Vamos votá-lo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Segue-se a votação do Projeto de Resolução n.º 496/XVI/1.ª (PS) — Construção da linha violeta do metropolitano em Loures e Odivelas.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, do CH, do BE, do PCP, do L, do CDS-PP, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e a abstenção da IL.

Sr. Deputado Pedro Pinto, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, é para anunciar que vamos apresentar uma declaração de voto sobre esta votação.

O Sr. **Presidente**: — Sim senhor, Sr. Deputado.

Votamos agora o Projeto de Resolução n.º 489/XVI/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo o reforço da fiscalização destinada a assegurar o cumprimento do quadro legal aplicável ao mergulho profissional.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, da IL, do BE, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e as abstenções do PSD, do PCP, do L e do CDS-PP.

Vamos votar o Projeto de Resolução n.º 626/XVI/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a atribuição de um suplemento por serviço e risco aos tripulantes de embarcações salva-vidas do Instituto de Socorros a Náufragos.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, da IL, do BE, do L, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e as abstenções do PSD, do PS, do PCP e do CDS-PP.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, pedi a palavra para pedir a mudança do sentido de voto do PSD no Projeto de Resolução n.º 611/XVI/1.ª (CDS-PP), de abstenção para a favor.

Vozes do CH, da IL e do CDS-PP: — Ah!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Foi o Nuno Melo que ligou?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — As crianças ganharam!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Ah, afinal ainda há CDS! Olé!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — As crianças, a liberdade e a educação ganharam! As crianças ganharam!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É para ser um fim de semana mais amoroso!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Afinal temos Ministro da Defesa, mais nada!

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

Srs. Deputados, então, o Projeto de Resolução n.º 611/XVI/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que reveja o conteúdo da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento e retire o seu conteúdo ideológico, com os votos a favor do PSD, do Chega, da IL, do CDS-PP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e os votos contra do PS, do Bloco de Esquerda, do PCP, do Livre e do PAN, passa a aprovado e baixa à 8.ª Comissão.

Aplausos do CH, do CDS-PP e de Deputados do PSD.

Peço a atenção dos Srs. Deputados, porque a votação que se segue foge à normalidade do que estamos hoje a votar.

Vou pôr à votação o requerimento, apresentado pelo Livre, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade do Projeto de Resolução n.º 472/XVI/1.ª (L) — Recomenda a inclusão de medidas específicas sobre a proteção, conservação e restauro dos ecossistemas marinhos no Plano Nacional de Energia e Clima 2030.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Dado o resultado da votação, vamos ter agora um ponto de debate, em que cada grupo parlamentar terá 2 minutos para intervir.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre, que dispõe de 2 minutos para o efeito.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, tomarei muito menos tempo que isso, porque o assunto é relativamente simples.

O nosso projeto de resolução pede uma coisa muito importante, e o título é autoexplicativo. Achamos que, se realmente acreditamos e queremos defender os nossos mares e oceanos, as nossas áreas marinhas, eles devem ser protegidos, e essa proteção pode também passar pela sua inclusão no Plano Nacional de Energia e Clima 2030.

Este projeto de resolução já tinha vindo a esta Câmara, foi aprovado em dezembro e não sofreu qualquer pedido de alteração em sede de Comissão, mas, fruto de vicissitudes da Comissão de Ambiente e Energia, acabou por ser chumbado por uma alteração de voto. Nós achamos que isso pode ser agora invertido, aprovando, então, tal como já fizemos nesta Câmara em dezembro, este projeto de resolução, pela sua importância e pela preservação das nossas áreas marinhas.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — A Mesa regista mais três inscrições.

Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP, tem 2 minutos. Faça favor

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O PCP acompanha, naturalmente, a necessidade de valorização dos ecossistemas marinhos, não só na perspetiva da proteção e valorização da biodiversidade, mas também na sua importante função de sumidouro de carbono, contribuindo para a redução das concentrações de gases com efeito atmosférico de estufa e minimizando, assim, os efeitos das alterações climáticas.

No entanto, já a classificação de 30 % das águas nacionais como áreas protegidas marinhas deve ser encarada com precaução, a fim de que não sejam prejudicados nem afetados os pesqueiros nacionais, que correspondem a uma área inferior a estes 30 %.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bernardo Pessanha, do Chega, tem 2 minutos. Faça favor.

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Livre avoca hoje para Plenário este seu projeto de resolução porque não apareceu na Comissão de Ambiente para o discutir e votar na especialidade, como, de resto, costuma acontecer várias vezes nessa Comissão,…

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Como é que sabe?

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — … acabando por adiar as iniciativas que os próprios apresentam, por faltarem às reuniões.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Proclamam-se muito defensores do ambiente, mas depois não aparecem para debater as suas próprias iniciativas — são, afinal, uns ambientalistas de pacotilha.

Aplausos do CH.

Para nós, o respeito pelas instituições e pelos processos democráticos não é algo facultativo.

Quanto ao conteúdo do projeto, somos claros. No ponto 1, trata-se de uma resolução genérica, sem impacto prático ou plano de execução, um exemplo clássico de declarações de intenções, mas sem substância. Já o ponto 2 não passa de mais burocracia, mais custos públicos e nenhuma resposta concreta para os desafios das nossas comunidades piscatórias ou para a proteção dos ecossistemas marinhos. Trata-se de uma visão ideológica desconectada da realidade e que ignora, na prática, aqueles que dependem do mar para sobreviver.

E é aqui que reside a grande questão: o que oferece este projeto às comunidades que mais precisam? Nada. Esta é, por isso, uma recomendação vazia e desprovida de qualquer benefício real. E não basta proclamar preocupações ambientais, é preciso concretizar, criar soluções práticas que protejam os recursos naturais, sem prejudicar quem deles depende.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Chega reafirma o seu compromisso com o País. Votaremos contra o ponto 2, por ser irrealista e ineficaz;…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — … no ponto 1 abstemo-nos, embora reconhecendo ser uma recomendação bastante genérica e com poucos ou nenhuns efeitos práticos. Mas deixamos um recado ao Livre: não basta apresentar projetos, é necessário trabalhar por eles, estar presente na discussão…

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — … e mostrar compromisso. Portugal merece mais.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Nuno Gonçalves, do PSD, tem 2 minutos. Faça favor.

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — Sr. Presidente…

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço desculpa.
O Sr. Deputado Jorge Pinto estava a pedir a palavra para uma interpelação à Mesa? Faça favor.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — É uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, Sr. Presidente, para pedir à Mesa o favor de distribuir, assim que possível, a ata da reunião da Comissão de Ambiente anterior à reunião em que este ponto foi votado, em que o Sr. Deputado do Chega pediu o seu adiamento, quando ele podia ter sido votado,…

Vozes do CH: — Ah!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Vocês obrigaram a que fosse potestativo!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — … e também a ata da reunião em que ele foi efetivamente votado, onde eu não estive por razão de doença, importa dizê-lo.

Vozes do CH: — Ah!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — E, na distribuição dessa ata, que fique claro que o Sr. Deputado votou inicialmente abstenção…

Protestos da Deputada do CH Madalena Cordeiro.

… e apenas após ter percebido que havia um empate alterou o seu sentido de voto. Acho que, para bem de todos, ficaria bem isto ser claro.

O Sr. **Presidente**: — Sim senhor, ao ser entregue a ata, ver-se-á.
O Sr. Deputado Bernardo Pessanha pretende usar da palavra para…?

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Para juntar algum documento também, é?

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Sim, Sr. Presidente, é precisamente para confirmar que, nessa mesma ata cuja distribuição o Sr. Deputado pediu, consta que o Chega foi obrigado pelo Livre a apresentar um adiamento potestativo. Portanto, o Livre sabia muito bem que na reunião seguinte se ia discutir este projeto de resolução.

Aplausos do CH.

Protestos do L.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, a distribuição da ata será feita.
Sr. Deputado Nuno Gonçalves, do PSD, tem 2 minutos. Faça favor.

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados…

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Arranjem-se! Saíam de uma comissão e iam para outra!

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Ó Marina, isto não é contigo, é com o Livre!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Está a fazer comentários para a Câmara, qualquer um pode responder!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, isto é realmente… Sr.ª Deputada Rita Matias…
Sr. Deputado Nuno Gonçalves, faça favor.

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Estamos hoje a votar uma iniciativa que, embora bem-intencionada, é claramente extemporânea e carece de valor acrescentado no atual quadro político e legislativo. O PNEC 2030 (Plano Nacional de Energia e Clima 2030), recentemente aprovado por esta Assembleia, já contempla a relevância do ambiente marinho e dos oceanos, em particular no aproveitamento das energias oceânicas como eixo estratégico na política energética e climática do País.

Acrescentar agora medidas específicas de conservação e restauro de ecossistemas marinhos não só desvirtua o propósito central do plano, que é orientar a transição energética e a descarbonização, como ignora o facto de esse tipo de ações ter enquadramento mais adequado noutros instrumentos, como o futuro Plano Nacional de Restauro da Natureza, alinhado com a Lei do Restauro da Natureza, recentemente aprovada pela União Europeia.

Além disso, o Governo tem dado passos concretos na proteção do nosso vasto território marítimo: está em curso a criação da maior área marinha protegida do Atlântico Norte, nos Açores; foi recentemente criado o Parque Natural Marinho do Recife do Algarve-Pedra do Valado; prevê-se ainda a área marinha Cascais-Sintra-Mafra. Portugal tem estado ativo nos fóruns internacionais e assumiu compromissos claros, como a meta de proteger 30 % das águas nacionais até 2030 no âmbito do Acordo de Kunming-Montreal.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, esta proposta ignora os progressos feitos e menospreza o processo democrático e participado da revisão do PNEC 2030. Insistir agora nesta alteração revela desconhecimento do esforço em curso e traduz uma insistência desnecessária num tema que tem a sua sede própria noutros planos.

Por isso, votamos contra, não por desvalorizar a relevância dos ecossistemas marinhos, mas porque acreditamos que legislar exige rigor, coerência e respeito pelo tempo e pela função própria de cada instrumento de planeamento.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, tem 1 minuto. Faça favor.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, o PAN acompanha esta proposta do Livre, e é precisamente por intervenções como a que acabámos de ouvir que é tão pertinente que se consagrem medidas de adaptação, de mitigação e de preservação, sobretudo, da biodiversidade marinha e do seu ecossistema, porque não podemos ter apenas uma visão economicista e extrativista dos oceanos.

É evidente que temos de descarbonizar e temos de garantir que, do ponto de vista e na perspetiva da descarbonização, isso está presente nos vários setores da economia, incluindo na economia marinha, mas não podemos ter essa visão espartilhada. Se não preservarmos os oceanos e as espécies que o mesmo acolhe, e se não tivermos uma meta concreta e objetiva até 2030, claramente, vamos falhar com a preservação de um dos maiores ecossistemas e sumidouros de carbono, dos quais estamos dependentes para termos a qualidade de vida e o bem-estar tal como os conhecemos até aqui.

Nesse sentido, não podemos acompanhar a visão deste Governo, que tem sido uma visão que claramente deixa para trás estes compromissos climáticos, e iremos votar favoravelmente os dois pontos da proposta do Livre.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Ricardo Pinheiro, do Partido Socialista, tem 2 minutos. Faça favor.

O Sr. **Ricardo Pinheiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O Partido Socialista solidariza-se claramente com a bancada parlamentar do Livre, que tem quatro Deputados, da mesma forma que se solidarizou quando o Chega tinha poucos Deputados. É preciso percebermos o esforço que muitas vezes fazem para estarem presentes em cada uma das comissões.

Aplausos do PS.

De facto, a proposta do Livre traz muito mais àquilo que é a realidade do Plano Nacional de Energia e Clima do que a mera proposta e aquilo que aqui está a ser discutido.

O PNEC exige que se retirem da economia portuguesa mais de 74 milhões de toneladas de CO_2. E, de facto, este Parlamento, quando aceita o mercado voluntário de carbono, que é um mercado que pode trazer à economia portuguesa mais de 5 mil milhões de euros de valor acrescentado, aceita que a floresta e os agricultores em Portugal podem claramente ter um aumento de benefício com a introdução do mercado voluntário de carbono, com uma questão que é extraordinariamente importante, e que também foi do acordo de todo o Parlamento, que é a possibilidade de introduzirmos adicionalidade àquilo que é o valor de mercado da floresta, da agricultura biológica portuguesa, em Portugal.

No entanto, Portugal tem o privilégio de ter uma das maiores áreas marítimas e de referência, à escala mundial. Sendo o oceano um dos maiores sumidouros que o planeta tem, faz todo o sentido que a proposta do Livre seja repensada, e eu tenho a certeza absoluta de que o Partido Social Democrata o fará, naquele que é o cuidado que tem com a execução do Plano Nacional de Energia e Clima, já que o ambiente é um tema que até aproxima a bancada do PS e a do PSD.

É por este motivo que o Partido Socialista vota favoravelmente: porque, se podemos valorizar os agricultores, claramente, também podemos valorizar os pescadores de Portugal. Por esse motivo, eu pedia àqueles que votaram contra que pudessem valorizar a proposta do partido Livre.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda, tem 2 minutos. Faça favor.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, a preservação das áreas marinhas e da sua biodiversidade anda lado a lado com a sustentabilidade da atividade pesqueira, e é sempre bom recordar isso. A preservação das áreas marítimas é essencial para que sobretudo a pesca de subsistência continue a existir. Portanto, andam lado a lado.

O combate às alterações climáticas faz-se ao mesmo tempo que se promove uma transição justa, ecológica e que garanta que, nos empregos do futuro, preservamos atividades tradicionais, como é o caso das pescas. Portanto, a proposta que o Livre aqui traz tem toda a sua pertinência.

O compromisso internacional que Portugal assumiu para que 30 % das suas águas sejam áreas protegidas é um contributo para a sustentabilidade da economia portuguesa, mas também é essencial para garantir que levamos a sério o combate às alterações climáticas e que relevamos o papel que os oceanos e as águas territoriais portuguesas têm como sumidouros de carbono.

Portanto, este debate é, sim, sobre a sustentabilidade do emprego em Portugal, sobre a sustentabilidade das comunidades piscatórias e sobre o emprego do futuro e a responsabilidade que temos, como legisladores e legisladoras, de garantir que fazemos tudo para mitigar os efeitos das alterações climáticas e para a preservação da biodiversidade das águas portuguesas.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Está assim encerrado o período de intervenções.

Vamos passar à votação, na especialidade, do ponto 1 do Projeto de Resolução n.º 472/XVI/1.ª (L) — Recomenda a inclusão de medidas específicas sobre a proteção, conservação e restauro dos ecossistemas marinhos no Plano Nacional de Energia e Clima 2030.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN, os votos contra do PSD e do CDS-PP e as abstenções do CH e do Deputado não inscrito Miguel Arruda.

Vamos agora votar, na especialidade, o ponto 2 do mesmo projeto de resolução.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, do CDS-PP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda, os votos a favor do PS, da IL, do BE, do L e do PAN e a abstenção do PCP.

Segue-se a votação final global do Projeto de Resolução n.º 472/XVI/1.ª (L) — Recomenda a inclusão de medidas específicas sobre a proteção, conservação e restauro dos ecossistemas marinhos no Plano Nacional de Energia e Clima 2030.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN, os votos contra do PSD e do CDS-PP e as abstenções do CH e do Deputado não inscrito Miguel Arruda.

Prosseguimos com a votação do requerimento, apresentado pelo Bloco de Esquerda, solicitando a prorrogação da baixa à Comissão de Educação e Ciência, sem votação, por 90 dias, do Projeto de Lei n.º 376/XVI/1.ª (BE) — Aprova o estatuto da carreira de investigação científica, o regime comum das carreiras próprias de investigação científica em regime de direito privado e o regime transitório da carreira de investigação científica.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

De seguida, vamos proceder à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º 27/XVI/1.ª (GOV) — Altera o Código Penal e o Regulamento das Custas Processuais, no sentido de reforçar o quadro penal relativo a crimes de agressão contra forças de segurança e outros agentes de serviço público.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do CDS-PP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda, os votos contra do PS, do BE, do PCP e do L e as abstenções da IL e do PAN.

Passamos à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º 38/XVI/1.ª (GOV) — Altera a Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto, no sentido de alargar o período de duração máxima da proteção temporária de pessoas deslocadas de países terceiros, impossibilitadas de regressar em curto prazo ao seu país de origem.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Passamos agora à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 482/XVI/1.ª (IL) — Recomenda ao Governo que promova, no plano internacional, a defesa da democracia, dos direitos humanos e do Estado de direito na Geórgia.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, do CH, da IL, do BE, do L, do CDS-PP, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e o voto contra do PCP.

De seguida, passamos à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 515/XVI/1.ª (L) — Recomenda

o desenvolvimento de esforços para a adoção de uma convenção internacional sobre os direitos das pessoas mais velhas.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do BE, do PCP, do L e do PAN e as abstenções do PSD, do CH, da IL, do CDS-PP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda.

Passamos à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 579/XVI/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que participe nas operações de evacuação médica da Faixa de Gaza.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do BE, do PCP, do L e do PAN, os votos contra do PSD e do CDS-PP e as abstenções do CH, da IL e do Deputado não inscrito Miguel Arruda.

Prosseguimos com a votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 623/XVI/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas especiais de reforço da rede consular portuguesa.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

A Sr.ª Deputada Marina Gonçalves pede a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, era só para anunciar que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai apresentar uma declaração de voto escrita sobre este projeto.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr.ª Deputada.

Segue-se a votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 625/XVI/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo que defina um novo quadro de incentivos ao associativismo juvenil no estrangeiro.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Passamos, de seguida, à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Resolução n.º 182/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que adote medidas de prevenção do suicídio nas forças de segurança.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN e as abstenções do PSD, do PS, do CH, do CDS-PP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda.

Passamos à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Resolução n.º 271/XVI/1.ª (PAN) — Pela aprovação de medidas de prevenção e combate à violência sexual com base em imagens.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, da IL, do BE, do PCP, do L, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e as abstenções do PSD e do CDS-PP.

Vamos ter agora a votação de dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, de que o Sr. Secretário vai dar conta.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, passo a ler:

«A Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o levantamento da imunidade parlamentar da Sr.ª Deputada Sandra Margarida de Melo Pereira Ribeiro, no âmbito

do inquérito 2901/23.9T9FAR, que corre termos no Tribunal Judicial da Comarca de Faro – Juízo de Instrução Criminal de Faro – Juiz 1.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos então votar o parecer.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Sr. Secretário, pode prosseguir.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, passo a ler:

«A Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, tendo presente a pronúncia do Sr. Deputado Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, emitiu parecer no sentido de nada ter a opor à prestação de depoimento pelo mesmo, por escrito, na qualidade de Assistente/Demandante, no âmbito do Processo 1133/21.5T9LSB, que corre termos no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa – Juízo Local Criminal de Lisboa – Juiz 12.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Findas as votações, vamos passar ponto seguinte da ordem de trabalhos, com o debate do Projeto de Resolução n.º 162/XVI/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a autonomização dos crimes de ódio no *Relatório Anual de Segurança Interna*, juntamente com, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 476/XVI/1.ª (CH) — Altera a Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto (Aprova a Lei de Segurança Interna) em matéria de elaboração do *Relatório Anual de Segurança Interna* e com os Projetos de Resolução n.os 597/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a revisão e atualização do enquadramento legal dos crimes de ódio, o reforço de apoio às vítimas e a recolha, monitorização e disponibilização de dados referentes a estes crimes, 606/XVI/1.ª (L) — Recomenda que sejam implementadas as orientações da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa relativas a crimes de ódio e 610/XVI/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a inclusão de informação e estatísticas no *Relatório Anual de Segurança Interna* sobre nacionalidade, sexo e idade dos criminosos e das vítimas, crimes previstos no artigo 240.º do Código Penal, e outros.

Para a primeira intervenção de apresentação, dou a palavra ao Sr. Deputado António Rodrigues, do Partido Social Democrata, que dispõe de 7 minutos.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as Deputadas e Srs. Deputados: É uma hora muito imprópria, mas a matéria é muito relevante, porque o RASI (*Relatório Anual de Segurança Interna*) é um instrumento fundamental quando falamos de segurança interna.

A segurança interna assume uma relevância global relativamente ao País, à segurança das pessoas, ao património, a todos os bens. Naturalmente, precisamos de instrumentos, e o RASI constitui esse instrumento, que crescentemente tem tido relevância ao longo dos anos.

Não é, obviamente, um documento que defina prioridades, não é, obviamente, algo que defina estratégias, mas é uma alavanca com a qual todos nós contamos para poder desenvolver essas mesmas estratégias, esses mesmos instrumentos, para poder curar dessa mesma responsabilidade de assegurar a segurança interna.

Ao longo dos anos, o RASI tem vindo a ser melhorado, tem tido contributos de todos os órgãos de polícia criminal, e, para todos aqueles que recebem dados, de uma forma cruzada, de uma forma relevante, quer relativamente a participações quer relativamente a condenações, isso dá-nos uma fotografia global sobre a criminalidade em Portugal, a violação sistemática da lei por parte daqueles que não são capazes de viver dentro de uma comunidade pacífica, de uma comunidade segura.

O RASI, ao longo destes anos, como dizia, tem tido múltiplas alterações positivas, na perspetiva da recolha e do tratamento dos dados estatísticos, e é com ele que temos trabalhado, sistematicamente.

Não vamos a tempo de poder introduzir estes dados, provavelmente, na avaliação do ano de 2024, mas estamos muito tempo ainda para, no futuro próximo, podermos vir a avaliar todos esses dados que

sucessivamente temos trabalhado, mas, mais do que isso, sucessivamente temos tratado, referido e construído soluções em termos de ataque à criminalidade e à construção da segurança interna do País.

Por isso, o conjunto de projetos de resolução e de um projeto de lei que temos perante nós merecem-nos todos a mesma atenção. Todos eles se preocupam com a mesma finalidade: a recolha e tratamento de dados relevantes para podermos construir novas soluções no domínio da segurança interna.

Chegámos, inclusivamente, a propor a todos os partidos que eles baixassem, sem votação, à Comissão, porque todos eles merecem a nossa aprovação, o nosso acolhimento, a nossa atenção, nesta lógica de construirmos a partir daqui as nossas próprias perspetivas. Nem todas correspondem às soluções que consideramos as mais adequadas, mas há algumas que, seguramente, contribuirão de modo adequado para podermos aprofundar esta análise, esta reflexão e, acima de tudo, a interpretação destes dados em termos de futuro.

Daí que, pela parte do PSD, se apresentou o projeto de resolução já há algum tempo, ainda de modo a que pudéssemos introduzir isso na avaliação de dados em 2024, nomeadamente aquilo que se refere ao tratamento dos crimes de ódio — veremos se ainda é possível poder fazer isso, a seu tempo, não sabemos se o será para 2024 —, mas, seguramente, será um instrumento fundamental relativamente também a muito discurso político, crescente, designadamente ao crime de ódio ou àquilo que fomenta, acima de tudo, o crime de ódio.

Por isso, estamos à vontade nesta discussão. Estamos crentes de que ela vai ser adequada e salvaguardar a construção de um documento final bem mais relevante nesse tratamento e na definição de políticas e estratégias e, acima de tudo, também, das interpretações do fenómeno criminal, da participação relevante, porque também aí se discute a forma de termos acesso a toda a informação de crimes que, muitas vezes, não eram denunciados.

Portanto, o RASI, ao longo destes anos, solidamente constitui um instrumento fundamental para todos nós; daí, estarmos hoje aqui para, de forma consensual, de forma transversal, receber os contributos de todos, principalmente para podermos encontrar, em sede de especialidade, uma solução que contribua para esta definição das políticas e das estratégias de segurança interna de forma mais adequada.

Aplausos do PSD.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Rodrigo Saraiva.

O Sr. **Presidente**: — Para a apresentação da iniciativa legislativa por parte do Grupo Parlamentar do Chega, tem a palavra a Sr.ª Deputada Vanessa Barata. Tem até 6 minutos.

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A segurança é um dos principais valores de uma sociedade democrática, um direito absoluto fundamental e uma necessidade humana elementar.

Num mundo cada vez mais dinâmico e onde fervilham os conflitos entre nações sob os mais variados pretextos e motivações, a segurança dos povos reveste-se de importância acrescida, numa ótica de preservação das democracias, vital para a liberdade dos indivíduos e para a soberania dos Estados.

O *Relatório Anual de Segurança Interna* é elaborado todos os anos e serve de ferramenta de trabalho para o legislador. É neste relatório que se afere da situação do País em matéria de segurança interna, bem como sobre a atividade desenvolvida no âmbito das forças e dos serviços de segurança.

Muita tinta tem corrido sobre o RASI e sobre os dados estatísticos que ele apresenta e que ele omite. Várias têm sido as alterações ao seu conteúdo e à sua metodologia, ao longo dos anos, e isso, devem os portugueses saber, serve um propósito político aos sucessivos governos. Aquilo que o relatório vai analisar e a forma como analisa, muda em função da necessidade, maior ou menor, de destacar determinada realidade.

Srs. Deputados, até agora o RASI não tem incluído a nacionalidade, nem a naturalidade de quem pratica os crimes, algo que foi, esta semana, aqui discutido e votado. O que não se pode medir, não se pode gerir.

Por isso, temos definitivamente de parar de comparar maçãs com laranjas, temos de parar de tapar o sol com a peneira e não ter medo da realidade que os dados nos podem trazer, porque a omissão de dados como a nacionalidade, a naturalidade ou a etnia dos criminosos…

Vozes do BE e do L: — Ah!

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — … só serve para alimentar as ilusões fracassadas da política criminal socialista e para afirmar ideologias falidas, proto-anarquistas, que ajudam a manter na sombra quem nos quer mal, quem nos humilha e, depois, humilham quem luta pela defesa e pela segurança públicas.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ó pá, está calado!

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — Por isso, a proposta que o Chega apresenta pretende estabelecer que a definição da estrutura do *Relatório Anual de Segurança Interna* seja objeto de decreto-lei. Ou seja, em vez de termos uma só pessoa, que é o Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, responsável pela metodologia do relatório e a definir os seus moldes, teremos um decreto-lei estruturado, concreto e que terá de ser alterado, caso se queira também alterar as variáveis em análise.

Vozes do CH: — Muito bem!

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — Com esta proposta aumentaremos a certeza e a segurança jurídicas, acabaremos com a instrumentalização deste relatório e acabaremos com o negacionismo de certas bancadas quanto à insegurança.

Vozes do CH: — Muito bem!

Srs. Deputados, este é um justo contributo para um país mais seguro e mais rigoroso com a sua segurança. Como disse Margaret Thatcher um dia: «A segurança não é negociável;…

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Muito bem!…

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — … a segurança é o alicerce sobre o qual todas as outras liberdades são construídas.»

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a apresentação da iniciativa legislativa por parte do PAN, dou a palavra à Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real. Tem até 2 minutos.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Neste debate, o PAN não acompanha, evidentemente, aqueles que querem trazer para o RASI questões como a nacionalidade ou — como acabámos aqui de ouvir, porque foram ao cerne da questão — a etnia, porque, se calhar, teríamos de discutir aqui se, efetivamente, vamos passar a incluir dados como a ocupação ou a filiação partidária, por exemplo,…

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Ora!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isto é o quê? Isto é relevante para quê?

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … porque as percentagens de criminalidade ou aquilo que possa ser a perigosidade para a sociedade, se calhar, seriam muito maiores em determinados contextos do que aqueles que poderíamos pensar e que tanto ameaçam, por exemplo, determinadas comunidades.

Protestos do Deputado Pedro Pinto.

Mas porque este debate tem de ser um debate sério e em torno dos crimes de ódio e da insegurança que os crimes de ódio — nomeadamente contra minorias étnicas, imigrantes, pessoas da comunidade LGBTIQIA+ (Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Transgénero, *Queer*, Intersexo, Assexuais e outros), que têm sido vítimas, efetivamente, não só da discriminação mas da violência, ou, até mesmo, contra a igualdade de género, que persiste no nosso País e continua a ser também um dos maiores e mais graves problemas de segurança nacional —, é evidente que tem de haver esforço e trabalho comuns por parte desta Assembleia para que possamos combater estes fenómenos a partir do tratamento dos seus dados.

Basta olharmos para 2023 para percebermos que os crimes de ódio aumentaram 38 % face ao ano anterior, e estes são dados, evidentemente, preocupantes. É apenas a ponta do icebergue, mas tem de ser olhado com a seriedade de quem quer efetivamente resolver não só estas questões, como também trazer a revisão do enquadramento legal que nos permita garantir que os crimes de ódio, sejam em contexto privado ou em contexto público — como também ouvimos tantas vezes não só na rua, mas, infelizmente, dentro deste próprio Parlamento —, têm a verdadeira resposta que é precisa por parte da sociedade portuguesa.

O que é fundamental que saia do debate na especialidade — e o PAN está disponível para este trabalho com as várias forças políticas, na especialidade —, é que possamos não só ver em que medida é que a monitorização do RASI nos pode ajudar à revisão do enquadramento legal, mas não alinharmos em discursos populistas, de uns contra os outros. Porque se é para falarmos em dados e procurarmos virar uns contra os outros, então, comecem a olhar para dentro da própria casa, que, se calhar, é aquilo que fazem efetivamente de melhor.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Está tudo dentro da estufa!

Protestos da Deputada do PAN Inês de Sousa Real.

Contraprotestos dos Deputados do CH Bruno Nunes e Patrícia Carvalho.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Vai cavar batatas!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a apresentação da iniciativa legislativa por parte do Grupo Parlamentar do Livre, dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Muacho. Tem até 4 minutos.

Protestos do CH.

Peço à Câmara que dê condições para que o Sr. Deputado faça a sua intervenção.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — «Vai cavar batatas» já não é *bullying*?

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Srs. Deputados…

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Qual é o problema de cavar batatas?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Eu já cavei batatas. Qual é o problema?

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Srs. Deputados, quando digo «Srs. Deputados» ou «Sr.as Deputadas» é na expectativa que o som baixe, não que ele cresça!

Sr. Deputado Paulo Muacho, faça favor.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Agradeço ao PSD trazer aqui esta discussão. O discurso de ódio é um problema cada vez maior na nossa sociedade. Nós vemos isso de forma transversal. Vemos isso também aqui dentro do Parlamento e isso tem reflexos lá fora.

Aliás, tem reflexos também naquilo que deveria ser a política nas escolas. Ainda há pouco, estivemos a discutir a disciplina de Cidadania, e um dos objetivos dessa Cidadania é precisamente educar para o respeito mútuo, para diminuir estes fenómenos de crimes de ódio que acontecem na nossa sociedade.

Os crimes de ódio são crimes de mensagem. Tentam passar uma mensagem a um grupo de pessoas, tentam coartar a liberdade de um grupo de pessoas atacando essas pessoas especificamente, ou, até, pessoas que estão relacionadas de alguma forma com esses grupos de pessoas, seja por racismo, homofobia, transfobia, seja por que for. E nós sabemos que esses crimes estão a aumentar no nosso País.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Ou por serem do Chega!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — O RASI de 2023 já nos diz que os crimes contra a identidade cultural e integridade pessoal aumentaram 28 %, em 2023, face a 2022. Por isso, precisamos de ter, como o PSD propõe, dados mais completos e mais claros relativamente a esta realidade. Mas não basta pedirmos para esses dados serem incluídos no relatório; há toda uma forma de procedimento das nossas polícias que tem de ser alterada e, aliás, a Organização para a Cooperação e Segurança na Europa alertou precisamente para estas situações. Fez três recomendações, não só relativamente à questão estatística que o PSD aqui propõe, mas também relativamente à necessidade de as autoridades nacionais procederem ao registo das motivações, quando são reportados estes crimes de ódio — o que não acontece da melhor forma, neste momento —, e também ao reforço da sensibilização e da formação dos agentes de justiça para combater os crimes de ódio.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

Por isso, este tema está relacionado com várias outras questões, como o policiamento de proximidade, o policiamento que está mais próximo de comunidades específicas. Por isso é que o Livre também já trouxe a este Parlamento uma iniciativa nesse sentido, para que as polícias tenham programas específicos que integrem populações específicas, grupos específicos da nossa sociedade, para que, de forma mais eficaz, possam fazer o seu trabalho. Mas vamos precisar de fazer um debate mais alargado sobre as limitações da nossa lei penal nesta matéria, porque a lei restringe a um elenco determinado de crimes a possibilidade de haver agravante por causa da motivação e por ser uma motivação discriminatória ou uma motivação com finalidades de ódio.

Precisamos, sim, de reconhecer que este é um fenómeno transversal e que qualquer tipo de criminalidade pode ter subjacente estas motivações de ódio, de discriminação, de exclusão e de tentar limitar a liberdade dos nossos concidadãos. É um debate que, como digo, teremos de fazer, mas, para isso, também é importante que se conheça melhor a realidade subjacente a este fenómeno.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a apresentação da iniciativa legislativa do CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio. Dispõe de 4 minutos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: A segurança dos portugueses não pode ser um tema tabu nem um campo para disputas ideológicas. A segurança é um direito fundamental e este Parlamento tem a obrigação de garantir que as forças de segurança e os decisores políticos tenham à sua disposição as ferramentas necessárias para proteger os cidadãos.

Infelizmente, nos últimos oito anos, temos visto a esquerda, com o PS à cabeça, a descurar esta responsabilidade. Os governos socialistas sucederam-se sempre com a mesma postura: relativizar a criminalidade, desinvestir nas forças de segurança e olhar para o lado sempre que o tema era a segurança.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Está lá o Telmo!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O resultado está à vista: os portugueses sentem-se cada vez menos seguros.

Será este sentimento perceção ou realidade? Esse é precisamente o problema. Não temos dados completos, rigorosos e transparentes que nos permitam responder a esta questão em concreto.

O RASI diz-nos onde os crimes ocorrem, mas não nos diz quem os comete,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … quem são as vítimas, se há padrões ou se há fatores sociais ou económicos que potenciem a criminalidade. Como podemos, então, combater um problema sem o conhecer na totalidade?

O CDS apresenta hoje, por isso, um projeto de resolução que visa preencher estas lacunas: propomos que o RASI passe a incluir informações como a nacionalidade, a idade, o sexo de criminosos e vítimas, os antecedentes criminais dos infratores e até a sua situação profissional e nível de escolaridade. Estes dados não são uma questão de ideologia, são uma questão de transparência e eficácia, porque uma política de segurança séria não se pode fazer por «achómetro», nem por discursos inflamados sem suporte na realidade.

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

É preciso informação clara, objetiva e útil para que se possam tomar decisões informadas, separar os factos dos mitos e dar respostas concretas aos portugueses que hoje sentem a insegurança a crescer.

O aumento dos crimes de ódio, o crescimento da criminalidade organizada, a falta de meios das forças de segurança, tudo isto são desafios reais, que exigem soluções reais. Não podemos continuar a debater a segurança com base em perceções vagas ou relatórios incompletos. Se queremos uma política de segurança eficaz, temos de começar pelo princípio: conhecer a realidade tal qual ela é, sem filtros, sem omissões e sem preconceitos.

Sr.as e Srs. Deputados, este Parlamento tem hoje duas escolhas: continuar a fechar os olhos ou enfrentar a realidade com coragem. O CDS escolhe a transparência, a verdade e a segurança dos portugueses.

Aplausos do PSD e da Deputada do CH Rita Matias.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento do Grupo Parlamentar do Chega, que vai ser feito pelo Sr. Deputado Marcus Santos. Tem até 2 minutos para fazer esse pedido de esclarecimento e o Sr. Deputado Paulo Núncio depois terá ainda 39 segundos para responder.

Tem a palavra o Sr. Deputado Marcus Santos.

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — Sr. Presidente, cumprimento os Srs. Deputados, cumprimento o Sr. Deputado Paulo Núncio.

Verdade e fiabilidade, são estas as expectativas que temos em relação ao RASI, algo que o anterior Governo nunca quis e que, a nosso ver, este Governo também parece não estar disposto a priorizar.

No entanto, daremos o benefício da dúvida até que possamos analisar o próximo RASI, que será o primeiro a refletir quase um ano inteiro de responsabilidade do Governo da AD em relação à segurança interna.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Cá estamos para ver!

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — Não estamos de acordo com o projeto que é apresentado pelo PSD, mas alinhamos com o vosso projeto de resolução, que vai no sentido daquilo que defendemos, que devem ser fornecidas a nacionalidade, a etnia e a situação de permanência em Portugal das pessoas envolvidas, para que assim possamos saber se realmente existe crime de ódio, quem são os seus autores e a quem beneficia.

Por isso, na verdade não é uma pergunta, é só dizer que nós alinhamos com o projeto do CDS-PP. E é isso.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, é apenas para dizer que o nosso projeto visa exatamente isto: criar condições para que existam dados objetivos e concretos que nos permitam combater a insegurança com mais eficácia.

E volto a dizer, este Parlamento tem duas escolhas: ou continuar a fechar os olhos ou enfrentar a realidade. Nós enfrentaremos a realidade.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar à fase das intervenções dos grupos parlamentares. A primeira será do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra, até 6 minutos, a Sr.ª Deputada Cláudia Santos. Faça o favor.

A Sr.ª **Cláudia Santos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Tratamos, neste ponto da agenda, as estatísticas da criminalidade e o discurso de ódio.

Nós achamos que os elementos empíricos sobre a criminalidade são importantes, sem eles não há boa política criminal. Não se deve legislar à flor da pele, não se deve legislar com base na notícia sobre o crime do dia.

Persiste, porém, para nós uma interrogação profunda: o que é que explica esta nova e crescente atenção aos números da criminalidade? Porque é que estamos aqui hoje, numa sexta-feira — e já é tarde —, a conversar sobre os critérios de elaboração do RASI?

Há uma frase célebre atribuída a um escritor escocês sobre o modo como alguns políticos se relacionam com as estatísticas criminais. A ideia é simples: as estatísticas criminais estão para certos políticos como os candeeiros de rua estão para quem bebeu de mais — servem para eles se apoiarem, mas não os iluminam nada.

Risos do PS, do BE, do PCP e do L.

Por isso, questionamos se haverá neste debate alguma intenção de pôr em causa as estatísticas criminais, sobretudo porque elas não alimentam os discursos catastrofistas em matéria de segurança interna; e nós receamos que os projetos do Chega e do CDS tenham essa dificuldade.

Aliás, Sr.ª Deputada Vanessa Barata, há uma dificuldade intransponível naquilo que disse. A Sr.ª Deputada veio aqui dizer que o Chega acha mal que os critérios de elaboração do RASI sejam alterados em função dos interesses de quem governa. Todavia, nós olhamos para o projeto de lei do Chega achando que o Chega vai dizer que critérios devem ser tidos em conta na elaboração do RASI, e o que é que dizem? Que esses critérios são determinados pelo diploma legislativo do… Governo! Parece uma contradição insuperável.

Vozes do PS: — Ah!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Exato!

Risos do PS.

A Sr.ª **Cláudia Santos** (PS): — Ora, nós, que não aceitamos que o Estado atue em matéria de segurança interna e justiça com base em perceções, queremos valorizar a realidade. As perceções erradas não devem, de facto, ser reforçadas, devem ser combatidas através de esclarecimento e, para isso, precisamos de estudos empíricos. Portanto, aceitaremos as melhorias fundamentadas e rejeitaremos aquelas que façam apelo a critérios que são irrazoáveis ou estigmatizantes, como sucede com o projeto de lei do CDS.

O RASI já inclui, nas tipologias criminais em que isso é considerado relevante, a referência a género, idade, sexo e, em alguns casos, nacionalidade. Não se vê razão para alargar essa referenciação a outras manifestações criminais, mas claro, não temos objeção a que o RASI alargue o espaço já dedicado aos crimes de ódio como pretende o PSD e também achamos pertinente a implementação das recomendações da OSCE (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa) referidas no projeto do Livre.

Mas não é possível neste Plenário falar sobre crimes de ódio como se não houvesse, entre nós, quem contribua para esse discurso. Os exemplos são, infelizmente, muitos, portanto, vamos escolher dois: a 18 de dezembro, o Chega publicou na sua página oficial, numa rede social, um cartaz onde aparecem duas mulheres negras e estrangeiras com os seus bebés ao colo, acompanhadas da frase: «Portugal sem parasitas.» É uma das mais óbvias e indignas formas de discriminação e discurso de ódio…

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

A Sr.ª **Cláudia Santos** (PS): — … que alguma vez me recordo de ter visto.

Aplausos do PS e do L.

Não é a primeira vez que se associa a palavra «parasitas» a grupos de pessoas. O regime nazi referia-se aos judeus como «vermes parasitas» com uma evidente estratégia de despersonalização: era uma estratégia de comunicação com o objetivo de tratar pessoas como se não fossem pessoas, como se não fossem sequer humanos.

Protestos do Deputado do CH Marcus Santos.

Tudo isto é conhecido. Tudo isto está tratado e nem o Chega pode desconhecê-lo. O Parlamento não pode fazer leis que censurem e punam como crime o discurso de ódio e depois ficar indiferente a comportamentos como este e como outros a que vimos assistindo.

O que aconteceu na sessão plenária de ontem não pode ser negligenciado: atacar uma Sr.ª Deputada,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Falso! Falso!

A Sr.ª **Cláudia Santos** (PS): — … atacar a sua intervenção…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Falso!

A Sr.ª **Cláudia Santos** (PS): — … política, querendo reduzi-la a uma deficiência física,…

Aplausos do PS, do BE, do PCP e do L.

Protestos de Deputados do CH.

… escolher como alvo onde se espeta a faca um elemento identitário…

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Pode parar de mentir?!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Toda a gente ouviu!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Não ouviram as piadas da Isabel Moreira sobre um filho neurodivergente?!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr.ª Deputada Cláudia Santos, pode parar, por favor? E a contagem do tempo também.

Pausa.

Protestos de Deputados do CH e contraprotestos do PS.

A Sr.ª **Cláudia Santos** (PS): — Calma! Calma! Calma!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Presidente já disse hoje, nesta sessão, e demonstrou bem, a diferença entre o que é um aparte e o que é um boicote. Enquanto forem apartes, a Mesa está em silêncio; quando passa a ser boicote a uma intervenção, a Mesa tem de intervir.

Pausa.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Vocês são mesmo uns mentirosos!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Eu tenho todo o tempo do mundo e posso estar aqui à espera. Enquanto houver boicote, os trabalhos não continuam a decorrer. E estaremos todos aqui, até que haja condições para que o debate possa decorrer.

Pausa.

Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Cláudia Santos** (PS): — Obrigada, Sr. Presidente.

Atacar a intervenção política de uma Sr.ª Deputada querendo reduzi-la a uma deficiência física, escolher como alvo onde se espeta a faca um elemento identitário que faz da pessoa aquilo que ela é — aquilo que ela também é, porque cada pessoa é muito mais do que isso —,…

A Sr.ª **Alexandra Leitão** (PS): — Muito bem!

A Sr.ª **Cláudia Santos** (PS): — … dizer aquilo que ontem aqui se disse na bancada do Chega é uma prerrogativa da cobardia de *bullies* sem argumentos.

Aplausos do PS, do L e do PAN.

O fundamento para a rejeição do discurso de ódio é a igualdade entre todas as pessoas e a consequente recusa de qualquer discriminação com base em critérios identitários. E a liberdade de expressão, Sr. Presidente, sofre limites em nome de outros direitos de igual valia, como resulta da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e também da nossa Constituição.

A Sr.ª **Patrícia Carvalho** (CH): — Pois sofre, já não devias estar a falar!

A Sr.ª **Cláudia Santos** (PS): — No dia de hoje, num debate sobre discurso de ódio, seria impossível ficar indiferente perante indignidades da dimensão daquela que vem existindo aqui, neste Parlamento. Não ficamos e não ficaremos!

Aplausos do PS, do BE, do PCP, do L e do PAN.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr.ª Deputada, tem um pedido de esclarecimento que será feito pelo Grupo Parlamentar do Chega. Tem até 50 segundos…

Pausa.

O Sr. Deputado Pedro Pinto pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, para defesa da honra da bancada.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto. Tem até 2 minutos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, aquilo a que assistimos aqui, por parte da Sr.ª Deputada Cláudia Santos, tenho algumas dificuldades em apelidar.

Toda a gente percebeu e só quem está de má-fé — e nós sabemos que a extrema-esquerda está de má-fé — é que se aproveita…

Voz do PS: — Não! Não!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — … particularmente daquelas pessoas que dizem defender — e aproveitou! — para fazer aqui um número político.

O que aconteceu aqui ontem nesta Casa e o que se quis dizer foi que não é por ser deficiente que se deve eximir de falar sobre todos os assuntos para além da deficiência. Foi isso que nós quisemos dizer.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Foi isso, foi isso!

Protestos do PS, do BE, do PCP e do L.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E aquilo que os senhores querem dizer é uma coisa totalmente diferente. É isso que querem passar,…

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Foi isso que disse!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — … querem passar uma mensagem diferente lá para fora.

Protestos do BE, do PCP e do L.

Mas há uma coisa que nós não vamos permitir, nem nunca iremos permitir: nunca iremos permitir que condicionem o discurso do Chega.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Toda a gente ouviu!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E mais, e é importante referir isto também: onde é que estão as virgens ofendidas quando os Deputados do Chega são ofendidos nas redes sociais e tratados de tudo?

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Onde é que estão, quando são ofendidos por Deputados vossos, militantes vossos, onde é que vocês estão? Os senhores não estão, porque os senhores são a hipocrisia plantada nesta Casa.

Aplausos do CH, tendo o Deputado Eliseu Neves aplaudido de pé.

E mais, Sr.ª Deputada Cláudia Santos, se a Sr.ª Deputada fosse séria teria de dizer assim: «Os apartes que ocorreram ontem nesta Casa…» — se me perguntar se concordo com eles, eu vou-lhe dizer que não;…

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — … se houve excesso nos apartes, eu vou-lhe dizer que sim, que houve excesso nos apartes; mas quem começou com os apartes foi a Sr.ª Deputada Isabel Moreira,…

Aplausos do CH.

Protestos do BE e do PCP.

… que é o que a comunicação social não diz. A comunicação social diz que nós tentámos achincalhar a Sr.ª Deputada Ana Antunes. Não é verdade, foi a Sr.ª Deputada Isabel Moreira e levou a resposta à altura. Era isso que a comunicação social teria de dizer!

Protestos do PS, do BE, do PCP e do L e contraprotestos do CH.

Era isso que devia ter dito!

Risos da Deputada do PS Alexandra Leitão.

Os senhores não são sérios! A extrema-esquerda que está neste Parlamento não é séria. Os socialistas, bloquistas e livres vivem à conta de não serem sérios. Por nós, não passarão! Não passarão, não passarão!

Aplausos do CH, de pé.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Agora peçam desculpa à mãe da criancinha neurodivergente que foi insultada!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Já terminaram os 2 minutos para defesa da honra por parte do Grupo Parlamentar do Chega.

Agora teremos os mesmos 2 minutos por parte da Sr.ª Deputada Cláudia Santos, para prestar esclarecimentos. Faça favor.

A Sr.ª **Cláudia Santos** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Pinto, agradeço a forma como se me dirigiu e não me parece que o tom que adotou seja muito eficiente para quem quer dissociar o Chega de um discurso de ódio.

Vozes do CH: — Oh!

A Sr.ª **Cláudia Santos** (PS): — É um tom pouco eficiente, Sr. Deputado, para quem quer fazer essa dissociação.

De qualquer modo, também queria sublinhar que o Sr. Deputado se dirigiu a mim dizendo «se a Sr.ª Deputada fosse séria». Eu nunca o faria relativamente a si, Sr. Deputado, porque eu não me refiro ao Sr. Deputado, nem àquilo que o Sr. Deputado é, nem àquilo que é qualquer Sr. Deputado do Chega.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Diz coisas piores!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Chamou nazi! Comparou-nos ao nazismo!

A Sr.ª **Cláudia Santos** (PS): — Nós estamos aqui para falar sobre política.

De qualquer modo, felizmente, aquilo que a Sr.ª Deputada Diva Ribeiro disse em pleno Plenário ficou gravado, e também ficou gravado aquilo que disse a Sr.ª Deputada Rita Matias,…

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — O que é que foi? O que é que eu disse?!

A Sr.ª **Cláudia Santos** (PS): — … quando deixou muito claro que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista só mandava as mulheres para a frente, para a fila da frente, quando era para falar sobre questões femininas…

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — É verdade!

A Sr.ª **Cláudia Santos** (PS): — … e só punha a falar pessoas com deficiências quando o assunto era a deficiência.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — É verdade!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — É verdade só na tua cabeça! É verdade só na tua cabeça!

A Sr.ª **Cláudia Santos** (PS): — Isso é uma falsidade tão profunda, para mais quando a Sr.ª Deputada Ana Sofia, que vilipendiaram de forma inimaginável,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É falso! É mentira!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — E a Romualda?!

A Sr.ª **Cláudia Santos** (PS): — … tinha intervindo com grande elevação na véspera, num debate sobre segurança interna.

Portanto, Srs. Deputados, aquilo que lamentamos é que não tenham aproveitado esta oportunidade para pedir desculpa.

Aplausos do PS, do BE, do PCP, do L e do PAN.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A Sr.ª Deputada Rita Matias está a pedir a palavra. Para que efeito, Sr.ª Deputada?

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Faça favor. Tem 1 minuto.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, era para pedir os bons ofícios da Mesa, para que, se possível, fosse distribuído por todos os grupos parlamentares o borrão da ata de ontem,…

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Deve estar uma bela borrada!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — … para que ficasse muito claro que não houve qualquer crítica em relação à Sr.ª Deputada Ana Sofia Antunes por parte de nenhum Sr. Deputado desta bancada…

Aplausos do CH.

… e para que ficasse claro também que a Sr.ª Deputada Isabel Moreira fez comentários em relação a um Deputado aqui sentado nesta bancada e ao seu filho, que é neurodivergente.

Isto não está a passar na comunicação social, mas se alguém foi criticado foi o Sr. Deputado Filipe Melo, em função do filho neurodivergente que tem, e isto é inadmissível, Sr. Presidente.

Aplausos do CH.

A Sr.ª **Cláudia Santos** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — É para uma interpelação?

A Sr.ª **Cláudia Santos** (PS): — Exatamente, Sr. Presidente, sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem 1 minuto, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Cláudia Santos** (PS): — Sr. Presidente, nós queríamos pedir a distribuição à Câmara de uma publicação feita na rede oficial do Chega, com uma imagem de duas mulheres negras com os seus bebés ao colo, cuja legenda é «Portugal sem parasitas». Não foi apagada, entretanto.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Muito pertinente!

A Sr.ª **Cláudia Santos** (PS): — E queríamos também pedir a divulgação da *Enciclopédia do Holocausto*, onde se explica amplamente a associação de judeus parasitas com o intuito de fomentar o genocídio.

Aplausos do PS e do L.

Protestos do CH e contraprotestos do PS.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Pensei que era para pedir desculpa. Ficava-vos melhor!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Srs. Deputados, as interpelações foram ouvidas. Eu preciso de dar continuidade aos trabalhos, porque estávamos a meio de intervenções e pedidos de esclarecimento.

As interpelações foram ouvidas e, sobre aquelas que foram para solicitar a distribuição de documentação, peço que a mesma seja enviada aos serviços.

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — Sr. Presidente,…

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr.ª Deputada, ainda não lhe dei a palavra, porque ainda não terminei. Eu estava à espera de que a Câmara desse condições para eu terminar. Portanto, peço que a informação seja distribuída.

Permitam-me só que diga o seguinte: em bom português, há uma expressão popular que diz «Quem vai à guerra dá e leva», e quem agride não é vítima no segundo seguinte.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Deputado Pedro Pinto também fez considerações, e a Mesa também pode dizer algo sobre isso. Demorou 24 horas para comentar aquilo que foi dito ontem, que todos ouvimos, e aproveitou para lamentar ou para dizer que não subscrevia vários dos apartes que ouviu. Penso que só lhe faltou, depois, ser consequente e pedir desculpa por aquilo que houve.

Aplausos do PS, do BE, do PCP e do L.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — De uma parte e outra!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado, não precisa de apontar para as outras bancadas, porque só responde pela sua. As outras bancadas que também cometem excessos terão de ter outras pessoas a pedir desculpa pelos excessos que cometem.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Eu estou a referir-me a si porque fez a intervenção, e estou a referir-me àquilo que aconteceu ontem.

Protestos do CH.

E, quando a Mesa fala, a Câmara tem de ouvir, tal como quando fala qualquer Deputado toda a Câmara tem de ouvir. E a Mesa neste momento está a falar.

Relativamente ao que aconteceu ontem, aquilo que foi dito pode ter sido dito da forma que não era pretendido, mas foi dito. Foi grave, foi indigno e foi factualmente errado, porque a maior parte das intervenções que a Sr.ª Deputada Ana Sofia Antunes fez nesta Câmara até foi sobre assuntos europeus.

A Sr. **Marina Gonçalves** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Portanto, era só este comentário que eu também queria fazer relativamente às interpelações e às defesas de honra que existiram.

A Sr. **Marina Gonçalves** (PS): — Muito bem, Sr. Presidente!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Dando continuidade ao debate, a Sr.ª Deputada Vanessa Barata tem um pedido de esclarecimento a fazer à Sr.ª Deputada Cláudia Santos, penso eu — agora já estou um pouco perdido, peço desculpa por isso.

Portanto, a Sr.ª Deputada Vanessa Barata tem 50 segundos para o pedido de esclarecimento e, depois, a Sr.ª Deputada Cláudia Santos tem 38 segundos. Tem a palavra, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Cláudia Santos, vou escusar-me de explicar o que certamente o PS saberá e, se não sabe, deveria saber. Uma coisa é ser o Governo, através de um diploma concreto, a definir o conteúdo do RASI e outra coisa, muito diferente, é ser o Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna a dizer o que é que deve lá constar.

Estão constantemente a acusar o Chega, ou o Governo, ou quem quer que seja, ou toda a gente, de legislar à flor da pele, no entanto, votaram esta semana contra a inclusão de mais informação no RASI. A minha pergunta é: têm medo de mais informação?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — Receiam o quê? O que é que receiam com mais informação no RASI?

Acho que receiam que a informação sobre a nacionalidade vá expor a realidade da alta criminalidade e da relação entre imigração e criminalidade.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Cláudia Santos, por 38 segundos.

A Sr.ª **Cláudia Santos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Vanessa Barata, agradeço a sua pergunta. Agora, sim, é uma pergunta.

O RASI já contém informação sobre nacionalidade nos tipos legais de crime em que esse é um critério relevante, assim como já contém informação sobre idade ou sexo quando isso é relevante, por exemplo, nos crimes de violência doméstica ou homicídio. Contém informação sobre idade quando isso é relevante, por exemplo, no que tem a ver com delinquência juvenil.

Portanto, o RASI não pode ser uma compilação de 25 listas telefónicas. O RASI é uma estatística oficial da justiça que tem um propósito, que é favorecer a elaboração de política criminal. E, portanto, o que nós não aceitamos, e recusaremos sempre, são critérios estigmatizantes na elaboração do RASI.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Continuamos com as intervenções dos grupos parlamentares. A próxima é do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal. Até 3 minutos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Leitão.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Uma coisa que devemos ter em mente é que os dados, por si só, não são estigmatizantes, não discriminam.

Os dados são fundamentais para se fazerem políticas públicas, sejam criminais, sejam de outra ordem qualquer, porque, ao não se obterem dados suficientes, permite-se que não só os discursos políticos, mas também as políticas públicas, sejam feitos com base em «achismos», perceções ou sensações.

Portanto, é para salvaguarda de todos e para acabarmos de uma vez por todas com o aproveitamento político que se faz de determinadas situações, com a confusão de conceitos que se tenta trazer para cima da mesa para pôr uns contra os outros, que precisamos de dados. É por isso que os dados nunca são demais.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — E se não queremos então que o debate seja toldado pelos populistas, se não queremos que as soluções sejam desadequadas, ou que sejam extremistas, ou que sejam radicais, mas sim que respeitem o equilíbrio entre a segurança, neste caso, e os direitos individuais e a liberdade, então que se tenha o máximo de dados possível, para garantir que as soluções que são apresentadas são aquelas de que o País de facto necessita e para garantir que, de uma vez por todas, se acaba com o miserável aproveitamento político que se anda a fazer de toda esta situação.

Aplauso da IL.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Distribua o discurso do Rocha na Convenção da IL!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Eu não sou o Rocha!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português. Até 3 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Temos cinco iniciativas em discussão e queria dizer, porque o tempo é escasso, que acompanhamos três dessas iniciativas.

Acompanhamos as iniciativas do PSD, do Livre e do PAN, porque nos parece que trazem um contributo relevante para aquilo que interessa ao *Relatório Anual de Segurança Interna*, que é a tipificação, a tipologia dos crimes cometidos, porque isso é, obviamente, muito relevante para que as forças de segurança possam adequar os seus dispositivos, as suas prioridades, àqueles que são, de facto, os grandes desafios da criminalidade.

No entanto, não acompanhamos o projeto de resolução do CDS e o projeto de lei apresentado pelo Chega. O projeto de resolução do CDS retoma uma discussão que aqui tivemos há muito pouco tempo, por proposta de Iniciativa Liberal, sobre a inclusão dos dados da nacionalidade. Mas o CDS traz para o RASI um grau de exigência absolutamente extraordinário, porque pretende as nacionalidades, os elementos acessórios da nacionalidade — seja isso o que for —, idades, sexo das vítimas e dos criminosos, mais a identificação dos motivos de cada crime.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Dados objetivos, Sr. Deputado!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Deputado, eu diria que isto é quase tão insondável como os desígnios do Senhor!

Risos do PCP e de Deputados do PS.

Pretende ainda informação sobre os antecedentes criminais dos infratores, a situação profissional e o nível de escolaridade de criminosos e vítimas.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Quanto mais informação, melhor!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Deputado, falta aqui, porventura, os números de telemóvel, as moradas fiscais e o número de utente do Serviço Nacional de Saúde.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Ou o *Facebook*!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Falta o número da segurança social dos trabalhadores do PCP!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Srs. Deputados, para o ano que vem, se isto for aprovado e se o Governo conseguir cumprir o que o CDS propõe, seremos os primeiros a dar os parabéns ao Ministério da Administração Interna, caso isto seja possível,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ah, muito obrigado!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — … embora seja não só inviável como pouco relevante em matéria de segurança interna.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Mas ainda assim suscetível de parabéns!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — O Chega está preocupado com a manipulação que o Governo possa fazer de dados do RASI e diz: «Bom, o Governo pode manipular os dados para favorecer a procura turística e a perceção de segurança, manipulando os dados, dando uma perceção de que há segurança.» Eu diria que se o Governo não manipular os dados para criar uma perceção de insegurança, então isso é uma maçada para o discurso do Chega, que vive precisamente disso.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas concorda ou não?!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — O que o Chega aqui vem dizer é que, para evitar a governamentalização do RASI, ele fica dependente de um decreto-lei do Governo.

Risos do PCP.

Srs. Deputados, ou o Chega escreveu o que não queria escrever ou isto não faz sentido nenhum. Eu acho que isto não faz sentido nenhum, Srs. Deputados.

Aplauso do PCP, de Deputados do PS e do Deputado do L Paulo Muacho.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, que dispõe de até 3 minutos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente: O debate sobre o RASI não pode deixar de nos trazer a interrogação sobre se os Deputados e as bancadas que propõem alterações ao RASI leem de facto o RASI, porque a informação sobre a nacionalidade e o género em todos os crimes em que isso se afigura relevante já lá consta.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Quais?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Exemplos: crimes contra menores, violência doméstica, tráfico de pessoas.

O País, a República, os decisores políticos, precisam de saber informação sobre a nacionalidade em relação a qualquer crime? Que decisão é que vamos tomar, enquanto Deputados e decisores públicos, se passarmos a ter informação discriminada sobre a idade, o género, a nacionalidade, a autorização de residência ou em relação à apanha ilegal da amêijoa? Isso altera alguma coisa do ponto de vista da definição de política pública?

Protestos da IL.

Explica certas variações e certas tentações populistas securitárias nalgumas bancadas, mas não explica certamente nenhuma necessidade de inversão da política pública seguida até agora em relação à criminalidade comunicada.

Segundo aspeto: tem sido erradamente dito, ao longo de dias, e por vários decisores políticos irresponsáveis, que não há dados em relação à nacionalidade, mas há. Nós sabemos qual é a nacionalidade dos arguidos e sabemos a sua proporção: de 2012 a 2022, em que a população imigrante residente em Portugal passou de 400 000 para 798 000 — quase duplicou —, o número de arguidos passou de 120 000 para 67 000. Toda esta informação é pública.

A mesma coisa acontece em relação à população reclusa, que se mantém estável na sua proporção — 16 % — há anos. E o País assistiu a um aumento da população imigrante e não assistiu ao aumento da população estrangeira nos seus estabelecimentos prisionais.

E, como o Diretor Nacional da PJ já teve oportunidade de explicar, o número de autorizações de residência em Portugal aumentou, mas o número de detenções feitas pela PJ com pessoas com autorização de residência em Portugal é o mais baixo em 15 anos.

Este debate não é sobre a boa segurança pública, não é sobre o facto de Portugal ser um dos países mais seguros do mundo, sobre o facto de Portugal ter problemas de criminalidade para resolver. Este debate é mesmo sobre a direita ter escolhido o populismo penal e securitário como orientações da sua política.

Aplausos do BE e do L e da Deputada do PS Alexandra Leitão.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É o contrário!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção pelo Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Leitão, dispondo de até 1 minuto e 18 segundos.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente: Queria só aproveitar para esclarecer o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, que fez um conjunto alargado de confusões entre vários dados para, com isso, fazer associações e tirar conclusões erradas ou, pelo menos, precipitadas — nem vou dizer que são erradas ou certas, não se sabe!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Diga o que é que não se sabe!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Por isso, a necessidade efetiva de ter mais dados e dados concretos permite saber…

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Saber o quê?

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Olhe, permite, desde logo, por exemplo, medidas concretas para fiscalização relativas a dados que se venham a obter sobre nacionalidade. Permite o reforço de propostas e medidas de inclusão de determinados grupos, contando para isso com os dados da nacionalidade.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Dados que estão no RASI!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Portanto, aquilo que os senhores fazem — e aí, lamento, tenho de meter a esquerda praticamente toda no mesmo saco — é vir acusar uns de populismo penal e securitismo…

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — E bem!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — … porque querem dados, porque querem saber qual é a realidade do País, porque querem dados para se poder trabalhar em políticas públicas que, de facto, vão ao encontro dos problemas das pessoas.

Isso é única e exclusivamente o que a Iniciativa Liberal quer…

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Não é isso que vocês querem!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — … e é isso que a Iniciativa Liberal tem defendido, tendo inclusivamente apresentado propostas neste sentido.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção, pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, que tem até 18 segundos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente: É apenas para responder ao Deputado do Bloco de Esquerda. É exatamente ao contrário do que diz. O populismo penal que vocês promovem…

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Nomeadamente? Um exemplo!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … tem na base a ignorância e a falta de conhecimento de dados.

Isso permite-vos, por exemplo, acusar constantemente a polícia de racismo. Isso é falso. Estão a afirmar coisas que não são baseadas em factos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Está rebuscado!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O nosso objetivo é ter dados reais para termos uma segurança a sério em Portugal.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção, pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, que tem até 29 segundos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente: Sr.ª Deputada da Iniciativa Liberal, ainda bem que a esquerda está no mesmo saco. O que ficámos a saber, desde há uns tempos para cá, é que a IL está no mesmo saco do Chega e do CDS nesta matéria, porque na sua intervenção não conseguiu dar um exemplo de um dado relevante…

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Nacionalidade!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — … que não seja atualmente público sobre políticas para a inclusão, em relação à qual há informação pública sobre etnia e nacionalidade,…

Protestos da IL.

… ou sobre crimes contra imigrantes, em relação aos quais há informação bastante no RASI e informação disponibilizada pelo Ministério da Justiça.

A Iniciativa Liberal pôs-se num caminho apertado e agora tem dificuldade em sair de lá. Percebe-se bem o incómodo.

Aplausos do BE.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Preocupa-te com o teu partido!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Qual partido?!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Com toda a serenidade, vamos encaminhar-nos para o encerramento deste ponto. Tem a palavra o Sr. Deputado António Rodrigues, do Grupo Parlamentar do PSD, que aos 2 minutos de encerramento junta os 2 minutos e 43 segundos que ainda tinha do debate.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente: Ao termos proposto um projeto de resolução para discutirmos a segurança interna, nunca pensámos que ela pudesse começar a ser posta em causa dentro deste Plenário.

Tudo aquilo que pretendíamos discutir era a obtenção de dados, factualidades, para podermos ter instrumentos com que trabalhar. Mas acabámos por ter discussões cruzadas sobre excesso de elementos, confusão de elementos e a quase desnecessidade do trabalho que podemos fazer para garantir essa mesma segurança interna.

Nunca é demais, como aqui foi dito, ter dados. E recordo que as alterações que houve ao RASI nos últimos anos contribuíram para que pudéssemos aprofundar questões sobre violência doméstica, violência no namoro, crimes contra a terceira idade, contra a juventude. E, pior, crimes perpetrados por jovens, delinquência grupal e toda uma série de situações que, ao longo dos anos, foram aprimorando este instrumento.

Agora, quando estamos a falar do RASI não estamos aqui, ao contrário do que outros fizeram, para nos agredirmos uns aos outros relativamente a esta matéria, a não ser que queiram também introduzir no RASI quantas vezes é que um grupo parlamentar agride outro.

Como se isso fosse útil,…

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Se calhar, é!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): —… como se isso fosse positivo e como se isso contribuísse para a segurança interna do País!

Lamento, mas nós vamos um bocadinho mais à frente do que isso. Estamos preocupados em refletir de forma séria sobre estas matérias. Queremos discutir as situações entre nós para podermos, quando discutirmos o RASI, saber do que falamos e podermos, como disse na primeira intervenção, criar verdadeiras políticas, verdadeiras estratégias para promover a segurança interna.

Não estão livres de críticas aqueles que utilizaram a sua intervenção para atacar um grupo parlamentar por causa de um episódio anterior. Esses, ao apontar o ódio aos outros, alimentaram esse mesmo ódio dentro deste Plenário. Esses, que estão aqui a discutir questões pontuais que nada têm a ver com segurança interna, apenas fazem passar pior imagem deste Parlamento, que quer discutir situações que são relevantes para o povo português, e estão mais preocupados com o seu umbigo ou com a vitória em relação aos outros que estão ao lado.

Protestos da Deputada do PS Alexandra Leitão.

Nós viemos aqui para introduzir um tema, para refletir em conjunto e, como disse, discutirmos consensualmente com todos os grupos parlamentares as matérias relevantes para a definição da política pública.

Todos os outros acabam por não querer fazer isso e estão muito mais preocupados consigo mesmos.

Aplausos do PSD.

A Sr.ª **Alexandra Leitão** (PS): — Portanto, somos todos iguais, é isso? Que vergonha!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Terminamos assim a ordem de trabalhos do dia de hoje.

A próxima sessão plenária será no dia 19 de fevereiro, quarta-feira, às 15 horas, e tem uma ordem do dia extensíssima: o ponto único de declarações políticas.

Bom fim de semana, Srs. Deputados.

Está encerrada a sessão.

Eram 14 horas e 25 minutos.

———

Declarações de voto enviadas à Mesa para publicação

Relativa ao Projeto de Resolução n.º 601/XVI/1.ª:

O Grupo Parlamentar do Chega absteve-se na votação, na generalidade, ocorrida no dia 14 de fevereiro de 2025, do Projeto de Resolução n.º 601/XVI/1ª, que recomenda ao Governo o desenvolvimento e implementação de um novo referencial de educação para o bem-estar animal e que a educação para o bem-estar animal seja de caráter obrigatório na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento,

Os motivos pelos quais tomámos esta posição são simples, claros e de fácil compreensão. O Chega, como partido conservador, estima, respeita e reconhece o valor intrínseco e inalienável de cada ser vivo no meio em que se insere. Como tal, pugnamos por uma estreita articulação entre os seres humanos e o meio animal, na assunção da ideia de que temos um dever de cuidar e de respeitar todos os seres vivos e sencientes.

Como tal, não colocamos objeções a que matérias relacionadas com o bem-estar animal sejam parte integrante do currículo dos alunos nas várias disciplinas ao longo da escolaridade obrigatória. Mais ainda, consideramos que matérias como esta devem ser abordadas de forma holística e integrada, em todas as disciplinas, transversalmente.

Consideramos que a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento devia ser uma oferta facultativa no que diz respeito à sua frequência, através da apresentação do Projeto de Lei n.º 345/XVI/1.ª, que estabelecia novo regime jurídico da lecionação e organização curricular da disciplina e área curricular de Cidadania e Desenvolvimento nos ensinos básico e secundário, e que foi reprovado em Plenário.

Entendemos que deve ficar à responsabilidade e ao encargo dos pais a decisão dos seus educandos frequentarem ou não a referida disciplina. Nesse sentido, o tema do bem-estar animal não pode ficar confinado a uma só parte do currículo, a 45 minutos de aula por semana, ou à discricionariedade de quem leciona a unidade letiva. Em contrapartida, defendemos que o respeito pela natureza, a sensibilidade face a questões ambientais e o respeito pelos animais não devem ser questões apenas abordadas numa disciplina opcional, mas sim integrar uma estratégia articulada destinada a todos os anos letivos e a todos os ciclos de estudos.

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA.

———

Nota: *As declarações de voto anunciadas pela Deputada do PS Marina Gonçalves, pelo Deputado do CH Pedro Pinto e pela Deputada do L Isabel Mendes Lopes não foram entregues no prazo previsto no n.º 4 do artigo 87.º do Regimento da Assembleia da República.*

———

Relativa ao Projeto de Resolução n.º 283/XVI/1.ª [votado na reunião plenária de 7 de fevereiro de 2025 — DAR I Série n.º 86 (2025-02-08)]:

O Partido Socialista é totalmente favorável ao alargamento da capacidade da rede de creches e em particular favorável ao alargamento da oferta pública de creches, objeto primordial deste projeto de resolução, para que o

próprio Estado e instituições públicas tenham um papel direto e mais ativo no reforço de oferta que beneficia crianças e famílias.

O PS orgulha-se de ter tido sempre a responsabilidade histórica do aumento da rede de equipamentos sociais em Portugal, incluindo para a infância, e do acesso a estas respostas, desde logo em parceria com o setor social, contribuindo para o forte crescimento da cobertura de respostas sociais em que o País era profundamente deficitário. Os Governos do PS foram não só responsáveis por um forte investimento na rede de equipamentos sociais mas foram também pioneiros num investimento sistemático e desligado de critérios casuísticos para melhorar a cobertura do território nacional em função de prioridades a este nível e não de meras decisões políticas. Primeiro, no quadro do Pacto de Cooperação assinado pelo Governo de António Guterres; mais tarde, com o lançamento do Programa PARES (Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais), que conheceu sucessivas gerações até à atualidade; e, recentemente, com o passo decisivo da gratuitidade das creches que tende a generalizar o acesso à creche para todas as crianças cujas famílias assim o decidam, desde que assegurada a respetiva vaga.

O presente projeto de resolução expressava a intenção, em particular nas áreas geográficas de maior necessidade, de ver o próprio Estado e instituições públicas assumirem maior responsabilidade direta no alargamento da oferta. Estipulava, assim, um princípio justo e adequado, em que o Estado deveria assumir, também por esta via da prestação direta do serviço, a sua responsabilidade na abertura de mais vagas e melhor acesso à oferta de creches, desde logo em zonas onde a cobertura é ainda deficitária.

Todavia, o texto do projeto de resolução foi profundamente transformado em sede de especialidade, através de propostas votadas pelo partido Chega e pelo PPD/PSD, passando a propor precisamente o contrário do que era defendido pelo proponente e que teve votação alargada na generalidade.

Assim, o texto final passa a prever expressamente que, quando forem detetadas necessidades de alargamento da rede, o Estado contratualiza com o setor privado e com o setor social novas respostas. O PS nada tem contra a iniciativa privada nestas áreas, nem contra protocolos com o setor social, que aliás constituem a base maioritária do atual sistema, mas o que estava aqui em causa era estabelecer que o Estado pode e deve ter um papel mais ativo na prestação direta deste serviço às crianças e às famílias, e não a mera reprodução do sistema já existente, ou até a sua maior orientação para assentar em respostas sociais e até privadas.

Assim, o Partido Socialista abstém-se neste projeto de resolução em virtude do seu desvirtuamento em sede de Comissão, designadamente pelos partidos Chega e PSD, mantendo a sua posição originária de apoio ao alargamento da rede de creches, do aumento do número de vagas disponíveis e, muito em concreto, de um papel mais ativo do próprio Estado e de instituições públicas na prestação deste serviço às crianças e às famílias.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

[*Recebida na Divisão de Redação a 14 de fevereiro de 2025.*]

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.